



À

Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental

Interessada: Gerdau Aços Longos S.A

Processo Administrativo COPAM nº 03621/2005/007/2015

Assunto: recurso contra arquivamento do processo de revalidação da licença de operação



## SUPRAM NORTE DE MINAS

Protocolo nº 2018 3 782/2019 Adm. Cardoso Arruda  
MG - 10.361.559

Recebido em 04/12/2019

Visto Renovação de licença

GERDAU AÇOS LONGOS S.A (GERDAU), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.358.761/0124-18 (doc.1), com sede localizada na Rua Dr. José Maria Lacerda, nº 1340, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-120 (doc.2), por seus procuradores (doc.3), apresenta, nos termos do art. 40, III do Decreto estadual nº 47.383/2018, RECURSO contra a decisão publicada na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, pelas razões a seguir aduzidas.

### I – Admissibilidade do recurso

#### I.1 - Tempestividade

1. Conforme disposto no artigo 44 do Decreto estadual nº 47383/2018, o interessado poderá apresentar recurso no prazo de 30 dias contados da data da publicação da decisão impugnada.
2. Considerando que a publicação da decisão de arquivamento do processo de revalidação de licença de operação (REVL0) nº 03621/2005/007/2015 ocorreu em edição da Imprensa Oficial



do dia 02 de novembro de 2019 (sábado) (doc.4), o prazo inicia-se em 04/11/2019 (segunda-feira) e encerra-se em 03/12/2019 (terça-feira), de modo que o recurso é tempestivo.

## I.2 – Apresentação e endereçamento

3. Dispõe o art. 41 do Decreto estadual nº 47.383/2018 que “compete às Unidades Regionais Colegiadas – URCs – do Copam decidir, como última instância administrativa, o recurso referente a processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad, admitida a reconsideração pelas respectivas unidades.” As mesmas disposições são encontradas no art. 9º, V, a do Decreto estadual nº 46.953/16.

4. Assim, o presente recurso, considerando ainda o disposto no art. 47 do Decreto estadual nº 47.383/18, está sendo protocolado na Supram NM, de modo que deve ser conhecido.

## I.4 – Recolhimento da taxa para interposição da defesa administrativa

5. Conforme disposto no art. 46, IV do Decreto estadual nº 47.383/2018, é requisito para o conhecimento do recurso a apresentação do comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da tabela A do regulamento das taxas estaduais.

6. Atesta o comprovante anexo (doc.5) que a taxa foi devidamente recolhida pela Recorrente, razão pela qual o recurso deve ser conhecido.

## II – Síntese dos fatos

1. Gerdau Aços Longos S.A. protocolou em 08/10/2015 o processo de Revalidação de Licença de Operação (REVLO) para o empreendimento composto pelas Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, processo administrativo número 3621/2005/007/2015, onde são desenvolvidas as atividades de produção de biorredutor oriundo de floresta plantada e Silvicultura.

2. Após tramitação anormal e demasiado longa, tendo GERDAU respondido, por mais de uma oportunidade às informações complementares expedidas pelo órgão ambiental responsável pela análise de seu licenciamento, foi a empresa surpreendida com a publicação na imprensa Oficial,



da notícia de arquivamento de seu processo, sob a motivação de "*apresentação insatisfatória de informações complementares*".

3. Diligentemente, GERDAU providenciou vistas dos autos do processo administrativo objetivando conhecer quais informações complementares teriam sido insatisfatoriamente apresentadas, uma vez que sempre atendeu integralmente aos pedidos feitos pelos analistas do órgão ambiental.

4. De posse dos autos, GERDAU teve conhecimento do parecer técnico exarado por intermédio da papeleta de despacho nº 93/2019 (nº SIAM 0676378/2019) (doc. 6) que sugeriu o arquivamento do processo de REVLO.

5. Da análise do referido parecer extrai-se que, segundo juízo do analista responsável pela sua elaboração, não só teria havido apresentação insatisfatória de informações complementares, mas também o descumprimento de condicionantes fixadas nas licenças de operação objeto de revalidação.

6. Embora extensa análise das condicionantes e informações complementares tenha sido desenvolvida ao longo do texto da papeleta que sugere o arquivamento, a sua conclusão foi exaradas nos seguintes termos: "*Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade de legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, a equipe técnica da SUPRAM NM sugere o arquivamento do processo de Revalidação de Licença de Operação PA número 3621/2005/007/2015, do empreendimento Gerdau Aços Longos S.A/Fazenda Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, município de Rio Pardo de Minas/MG.*" (grifos no original)

7. Da leitura da papeleta extrai-se que as informações complementares reputadas insatisfatórias referem-se (i) ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal (ii) delimitação das bordas de chapadas e PTRF (iii) boletim de ocorrência da invasão (iv) complementação dos estudos de fauna (v) proposta de cercamento /proteção de reservas (vi) programa de educação ambiental.

8. No que se refere ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal sugere o analista responsável pela confecção da papeleta de arquivamento que em razão de averbações de reserva legal em áreas anteriormente destinadas ao cultivo do eucalipto, essas áreas



especialmente protegidas contaria com presença muito grande de espécies exóticas. O Ofício nº 3221/2018 – Supram NM (doc. 7) estabeleceu as seguintes informações complementares:

**2. Levantamento de espécies exóticas na reserva legal (Eucalipto)**

- a) Apresentar um levantamento da presença e densidade de árvores de eucalipto abrangendo todas as áreas de reserva legal do empreendimento, nas fazendas Riocho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II;
- b) O levantamento deverá produzir um relatório com a classificação das áreas de reserva de acordo com a densidade da espécie exótica levantada e sua representação geográfica através de mapas;
- c) Este estudo deverá, também, ser realizado nas áreas de corredores ecológicos existentes no empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

9. Note-se que não há metodologia definida para o levantamento da presença e densidade de espécies exóticas na área de reserva legal. Nada obstante, de posse do estudo realizado pelo processamento de imagens áreas feitas por drones o analista ambiental e confrontando-o com as apurações de campo, entendeu ele que o "levantamento deveria ter sido estratificado", sugerindo, portanto, e após a entrega do estudo, uma metodologia que antes não fora prevista.

10. Quanto à delimitação das bordas de chapadas e PTRF o ofício de informações complementares pediu o seguinte:

**4. Delimitação de bordas de chapada**

- a) Considerando a existência de relevo acidentado nas fazendas que compõem o empreendimento, pede-se para que seja feito o levantamento de bordas de chapada e a proposição dos afastamentos de talhões ou adequação dos recuos já existentes, considerando o artigo 9º, incisos V e VI da lei estadual 20.922/2013;
- b) O critério utilizado deverá ser harmonizado entre as duas fazendas;
- c) Apresentar PRAD/PTRF para os pontos em que forem necessários os afastamentos em função de bordas de chapada;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e projetos.

11



11. As informações prestadas foram consideradas insatisfatórias. Segundo o analista, a partir do levantamento das bordas de chapada, GERDAU propôs delimitação das APPs. Tanto o levantamento, quanto a delimitação foram aprovados pela SUPRAM NM. Entretanto, a proposta de recuperação das áreas não teria atendido a equipe da SUPRAM.

12. Segundo consta na papeleta de arquivamento a *"equipe da SUPRAM entende que os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa"*.

13. Quanto ao boletim de ocorrência da invasão, após reconhecer que a informação lançada na papeleta de que teria ocorrido supressão de vegetação em área de reserva legal é equivocada, solicitou-se apresentação do registro junto à PMMG que comprovaria que a intervenção ambiental irregular ocorreu por terceiros e não pela GERDAU. Após a apresentação do BO apurou-se, a partir da verificação das coordenadas geográficas disponíveis, que a área intervinda não era correspondente àquela sobre a qual o boletim versava.

14. Quanto à complementação dos estudos de fauna a própria papeleta de arquivamento deixa claro que não houve solicitação de informações complementares nesta temática, senão vejamos:

#### **Complementação dos estudos de fauna**

Os estudos de fauna referente às classes apresentadas pelo empreendedor foram analisados e considerados satisfatórios, no entanto há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que não foi contemplada na informação complementar original. No PCA apresentado não consta proposta de Programa de Monitoramento de Fauna para nenhum grupo, bem como nenhuma documentação para emissão da Autorização de Manejo de Fauna.

#### **Programa de Educação Ambiental (PEA)**

15. Destaque-se, inclusive, que os estudos de fauna, segundo trecho em recorte acima, *"foram analisados e considerados satisfatórios"*.

16. No que se refere à proposta de cercamento /proteção de reservas destacamos o item do ofício de informações complementares que estabeleceu a obrigação:



#### **11. Proposta de cercamento**

Considerando o acesso de animais domésticos às áreas de reserva legal em recuperação, identificados em vistoria e nos relatórios de acompanhamento apresentados, pede-se para que seja apresentada uma proposta de cercamento das áreas de reserva e APP, identificando os pontos críticos de acesso de animais.

17. GERDAU apresentou proposta alternativa de cumprimento da obrigação que foi de plano rechaçada pela SUPRAM NM, conforme se detalhará adiante.

18. Finalmente, quanto ao Programa de Educação Ambiental a obrigação foi imposta no item 9 do ofício, senão vejamos:

#### **9. Programa de Educação Ambiental (PEA)**

Apresentar novo PEA conforme diretrizes da Deliberação Normativa 214 de 26 de abril de 2017, conforme determinado pelo §1º do artigo 14º da referida norma.

19. Argumenta-se que no estudo protocolizado perante a SUPRAM NM nenhuma justificativa foi apresentada para a elaboração de um PEA "conjunto" envolvendo outros processos de licenciamento ambiental, diversos do licenciamento de REVLO objeto do arquivamento.

20. O Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) também teria sido considerado insatisfatório.

21. A sugestão de arquivamento foi acatada sem ressalvas pelo Ilmo. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Unidade que assinou o ato de arquivamento, aderindo aos fundamentos expostos na papeleta.

22. Ocorre que, conforme se exporá, o ato de arquivamento está assentado sobre premissas equivocadas, merecendo revisão por este d. Colegiado, na hipótese de não ser reconsiderada a decisão pela instância a quo.

### **III – Das razões recursais**

#### **III.1 – Da ausência de correspondência entre a decisão da autoridade**



administrativa e o ato que lhe dá suporte. Desnecessidade de impugnação específica da do suposto descumprimento de condicionantes.

23. Como visto, no parecer técnico alinharam-se diversos argumentos que deveriam, segundo juízo do analista ambiental, levar ao arquivamento do processo de REVLO nº 3621/2005/007/2015.

24. Em meio às informações complementares reputadas insatisfatórias, foram ainda analisados os cumprimentos de condicionantes atrelados às licenças de operação em revalidação, especialmente as condicionantes nº 3, 4 e 5 do processo 3621/2005/002/2009 e a condicionante nº 2 do processo 3621/2005/005/2014.

25. Ocorre que a decisão proferida pelo Superintendente Regional – ato de arquivamento (doc. 8) – não foi motivada pelo suposto descumprimento de condicionantes e tal fato, por si só, já afastaria a necessidade de se impugnar essa informação que está lançada no parecer técnico que lastreia a decisão administrativa do Superintendente Regional.

26. GERDAU não só cumpriu as referidas condicionantes, como de fato ainda cumpre aquelas cuja execução é diferida no tempo. Porém não é esta a questão. O que motiva o presente recurso é o ato injusto e arbitrário de arquivamento do processo de licenciamento ambiental que tem, por expressa disposição normativa, hipóteses de cabimento:

Decreto estadual nº 47.383/18

Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I – a requerimento do empreendedor;

II – quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18;

III – quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;



IV – quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26.

27. Como se vê, a via do arquivamento não poderia ser adotada caso houvesse descumprimento de condicionantes, o que não é o caso!

28. Pelo exposto, e ante a clara incongruência entre o parecer técnico e a decisão de arquivamento que o toma por fundamento, o suposto descumprimento de condicionantes deixa de ser impugnado especificamente neste recurso.

### III.2 – Do cumprimento satisfatório das informações complementares – necessária revisão do ato de arquivamento.

#### III.2.1 – Das divergências quanto ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal

29. Como anteriormente exposto, entendeu o analista autor do parecer técnico, que existiria quantidade grande de espécies exóticas e que tal fato se daria em decorrência da metodologia adotada para levantamento de espécies que *"deveria ter sido estratificado, agrupando espacialmente as áreas com maior presença da espécie em vez de utilizar como base os talhões antigos, que não refletem a realidade atual já que a rebrota do eucalipto não foi uniforme"*.

30. Ocorre que à época da realização do levantamento foram feitas consultas às referências normativas para se definir a metodologia de medição, uma vez que no item 2 do ofício de informações complementares, citado acima, não havia qualquer direcionamento acerca da metodologia para a sua realização.

31. Assim, não tendo sido encontradas referências normativas, ou qualquer direcionamento da SUPRAM NM, adotou-se no estudo a identificação dos indivíduos de eucalipto nas áreas de reserva legal por meio de imagens de uma Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) e cálculo da densidade, observando-se os seguintes critérios:





- Identificação visual dos indivíduos nas áreas de estudo, avaliando o formato das copas dos eucaliptos nas ortofotos geradas. Isso se torna possível pois os indivíduos exóticos apresentam um formato mais regular quando comparado a indivíduos nativos do cerrado;
- Concomitante à análise de forma, foram também realizadas mudanças de tonalidades nas imagens com combinações de bandas e alteração de brilho. Neste processo são obtidos resultados em que os brilhos dos indivíduos exóticos se destacam de forma mais regular que indivíduos nativos do cerrado;
- Para destacar os parâmetros referentes ao crescimento superior dos indivíduos exóticos quando comparado aos indivíduos nativos do cerrado, foi realizada uma avaliação por meio das alturas. Neste processo foram comparados os Modelo Digital de Superfície com o Modelo Digital do Terreno. Desta forma, nos locais onde se destacaram valores pontuais na área de estudo com observações onde a diferença nos modelos foi superior a 5 metros de altura representaria uma potencial ocorrência de indivíduo exótico.
- Por fim, para avaliar se os pontos apresentavam padrões de distribuição dos antigos plantios, foram realizadas avaliações das linhas de plantio e espaçamento dos indivíduos nas imagens da base histórica de imagens do Google Earth, sendo perceptivo em alguns pontos as linhas dos antigos plantios em função da continuidade espacial dos indivíduos.

32. Desta forma, para o tratamento das informações seria necessária a utilização de algum critério espacial, o que foi feito a partir dos limites dos antigos talhões a fim de facilitar a operacionalização das ações necessárias em caso de remoção/recuperação destas áreas.

33. A área apresentada nas imagens 4 e 5 do parecer técnico são as mesmas apresentadas no estudo como de alta densidade dentro da faixa de 40 a 50 indivíduos/ha, como mostram as figuras abaixo. Como essas áreas foram classificadas na faixa mais alta de densidade de eucalipto, não haverá prejuízo em campo, já que elas estão contempladas no PTRF e haverá a supressão dos indivíduos de eucalipto.



Figura 1 – Imagem obtida com o uso de RPA das áreas apresentadas nas Figuras 4 e 5 do ofício SUPRAM NM 3962/2019.



Figura 2 – Classificação das áreas apresentadas nas Figuras 4 e 5 do ofício SUPRAM NM 3962/2019.



34. Houve uma revisão nos demais pontos considerados no levantamento apresentado em atendimento às informações complementares, e verificou-se que os talhões 31, 34 e 38 apresentam uma densidade real maior do que o apresentado no estudo (

35.

36. **Figura 3**), que pode ser justificada principalmente, por inconsistências no critério relacionado à altura. Ressalta-se que estes talhões poderão ser incluídos no PTRF e correspondem a uma área de 47,3853 ha dentro das Reservas Legais, que totalizam 980,8495ha. Esse montante representa menos de 5% da área de estudo atendendo assim as exigências de avaliação da qualidade dos produtos cartográficos da Norma da Especificação Técnica para Controle e Qualidade de Dados Geoespaciais (ET-CQDG – 1ª Edição 2016, p. 65), que determina um erro máximo de 10%.

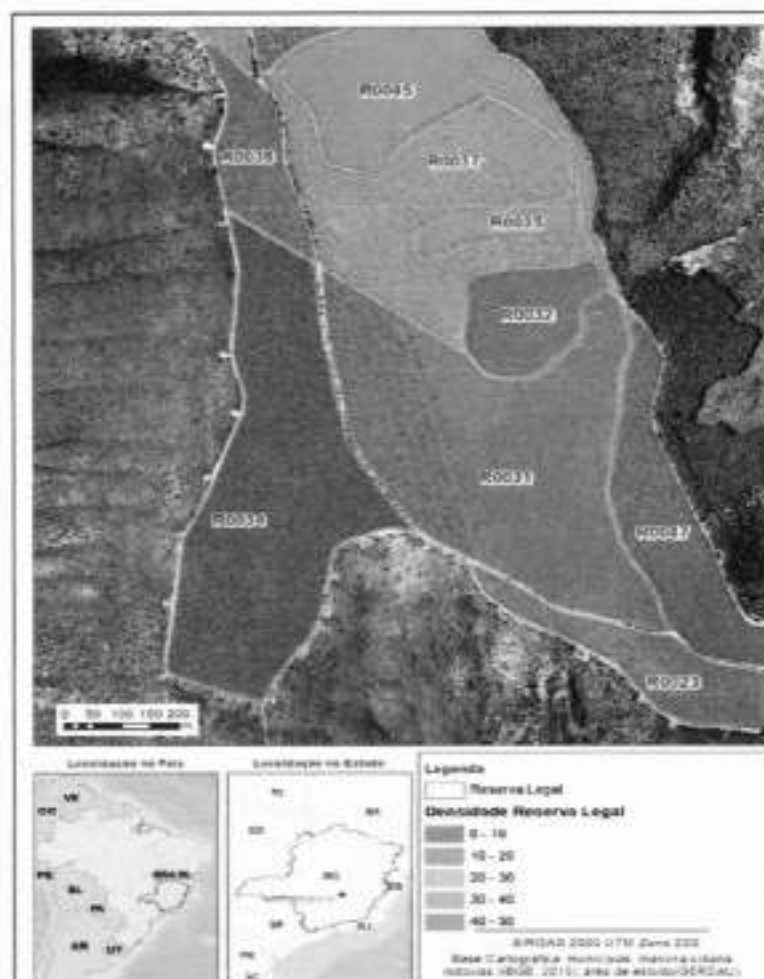


Figura 3 – Classificação dos talhões 31, 34 e 38, que apresentaram inconsistência.



37. Do exposto, percebe-se que a metodologia adotada por GERDAU para a realização do levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal pode e deve ser considerado satisfatório.

38. Ademais, ainda que assim não fosse, a informação complementar solicitada no item 2 do ofício de encaminhamento não trouxe ou definiu a metodologia que deveria ser aplicada *in casu*, motivo pelo qual, a identificação posterior, já no parecer técnico e com promoção de arquivamento, fere os direitos de GERDAU de reapresentar as informações nos termos solicitados, tornando o ato de arquivamento desproporcional e ilegal.

39. Há claro maferimento do direito de defesa e manifestação de GERDAU nos autos do processo administrativo, ferindo de morte a garantia constitucional do devido processo legal, estabelecida no art. 5º, LIV da CRFB/88.

40. Pelo exposto, a decisão de arquivamento neste aspecto deve ser revista, sendo o que desde já se requer.

### III.2.2 – Da satisfatoriedade das propostas de recuperação das APPs de bordas de chapada

41. Como visto, muito embora o levantamento das bordas de chapada e delimitação das suas APPs tenham sido considerados satisfatórios pelo órgão ambiental, a proposta de recuperação das áreas apresentadas por GERDAU não o foram.

42. Segundo juízo dos analistas da SUPRAM *“os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa.”*

43. Ocorre que, como explanado por GERDAU quando da apresentação de resposta ao ofício de informações complementares, a proposta de manutenção de acessos foi apresentada e justificada para aqueles acessos que se encontram em divisa de propriedade e, por esse motivo, não é possível fechá-los, sob pena de, assim procedendo, GERDAU encravar o prédio vizinho, afetando direito de terceiro.



44. A matéria – direito de vizinhança e servidões – é extensamente regulada no Código Civil, e, certamente, seria oposta à GERDAU caso a mesma obstaculizasse as estradas de acesso entre propriedades limítrofes.

45. Por outro lado, para os acessos que se verificam entre talhões, foi proposta a recuperação, através da técnica de condução da regeneração natural, o que é plenamente compatível com o que foi solicitado em sede de informações complementares.

46. As propostas apresentadas por GERDAU estão plenamente de acordo com a legislação florestal e com a melhor técnica, não sendo crível que o juízo meramente solipsista do analista ambiental prevaleça na presente situação e determine o arquivamento de um processo de revalidação que tramita por extensos 4 anos!

47. Por todo o exposto, pugna GERDAU pelo reconhecimento da satisfatoriedade desta informação complementar, afastando-se, assim, a inconsistência motivadora do arquivamento.

### III.2.3 – Da entrega equivocada de outro boletim de ocorrência. Informação complementar que não tem o condão de determinar o arquivamento do processo

48. GERDAU foi instada a apresentar, conforme item 10 do Ofício de informações, boletim de ocorrência que havia afirmado possuir e que comprovaria que a intervenção ambiental identificada em sua propriedade decorreria da invasão de seu terreno por terceiro.

49. O BO foi apresentado e se constatou que as coordenadas do local da intervenção, registradas no BO, divergiam amplamente do local fiscalizado pelos agentes do Estado.

50. GERDAU reconhece que o BO apresentada refere-se à outra área que não aquela referida pelos agentes de fiscalização. Mas desse fato NÃO PODERIA DECORRER a afirmação de inconsistência no cumprimento de informação complementar capaz de acarretar no arquivamento de seu processo.

51. Ora, se o BO não comprova que a intervenção foi realizada por terceiro, o que no caso não procede, já que a área fiscalizada foi, de fato, intervinda por vizinho que se autônoma



proprietário, o máximo que se poderia esperar dessa situação seria a lavratura de um auto de infração pela intervenção irregular. O que, inclusive, aconteceu!

52. Mas o que não pode ocorrer, porque é ilógico, desarrazoado, desproporcional e sem propósito, é o arquivamento do processo de revalidação, sob esse argumento.

53. A exigência de apresentação de um boletim de ocorrência sequer deveria poder ser realizada por intermédio de informações complementares, já que não agrega ao procedimento de licenciamento ambiental qualquer informação útil e necessária à sua instrução e conclusão.

54. Se a dúvida da SUPRAM girava em torno do cometimento de uma infração ambiental, que fosse instaurado procedimento próprio.

55. O arquivamento do processo fundado na inconsistência do BO é desproporcional e deve ser revista por esta autoridade julgadora.

### III.2.4 – Da ausência de previsão no ofício nº 3221/2018 de complementação dos estudos de fauna

56. O parecer técnico que sugeriu o arquivamento do processo é taxativo ao afirmar que “os estudos de fauna referentes às classes apresentadas pelo empreendedor **foram analisados e considerados satisfatórios (...)**”.

57. O mesmo parecer, lavrado um ano mais tarde ao Ofício nº 3221/2018, estabeleceu, entretanto, outra e nova obrigação que GERDAU, em razão da tramitação do parecer ao Superintendente e deste à publicação de decisão, sequer teve condições de tomar conhecimento e, eventualmente, atender.

58. O parecer técnico afirma que “há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que **não foi contemplada na informação complementar original.**”

59. Ora, se o levantamento de entomofauna não foi contemplado na informação complementar original, como pode o processo de REVLO da GERDAU ser arquivado ao fundamento de informações complementares insatisfatórias??



60. Há clara conduta contraditória da Administração Ambiental não só perniciosa, mas extremamente prejudicial à empresa, na medida em que determina o arquivamento de um processo oneroso, mas vital para as suas atividades.

61. Trata-se, como se pode ver, de mais uma incongruência da análise processual que deve ser rechaçada para se manter em tramitação o requerimento de revalidação de licença, sendo o que desde já se requer.

### III.2.5 – Da proposta de cercamento de áreas de reserva legal e APPs

62. GERDAU, conhecendo a propriedade onde desenvolve suas atividades, bem como as comunidades locais com as quais interage, informou à SUPRAM que a proposta de cercamento de áreas de RL e APP seria inócua devido às constantes violações de cerca para passagem de animais.

63. Caso viesse a realizar o cercamento, como pedido em complementação de informações, constantes seriam as violações e inefetiva seria a medida. Por esse motivo, alternativamente e em diálogo transparente com o órgão ambiental, sugeriu, em detrimento do cercamento, que fosse realizado um trabalho de conscientização com a vizinhança, partindo da premissa que instruir e orientar é sempre melhor do que punir.

64. Ocorre que a SUPRAM, sumariamente, informando tratar-se de um processo instruído com EIA/RIMA e que, por isso, necessariamente deveria contar com um programa de educação ambiental (PEA), negou, por intermédio do ato de arquivamento, a alternativa aventada.

65. Aqui, não diferentemente do que se verificou nos tópicos precedentes, a Administração Ambiental simplesmente olvidou os direitos mais basilares da empresa que deveriam ser garantidos em um processo administrativo, como é o caso do contraditório e da ampla defesa, previstos no já referido art. 5º LIV da CRFB 88.

66. Não se pode negar que uma decisão que viola direitos e garantias constitucionais é amplamente ilegal e padece, portanto, de insanável nulidade, devendo ser revista integralmente!

### III.2.5 – Do Programa de Educação Ambiental



67. Preliminarmente, neste tópico, deve-se salientar que o processo de adequação das empresas à Deliberação Normativa COPAM nº 214, de 26 de abril de 2017 não foi realizado sem ranhuras. Esse processo gerou dúvidas e questionamentos, bem como entendimentos diversos, tanto por parte dos empreendedores, quanto por parte dos analistas e técnicos do próprio órgão ambiental, uma vez que as novas disposições acerca da educação ambiental foram ampliativas e bem diversas daquelas previstas na DN COPAM nº 110/07.

68. As dúvidas e divergências anotadas acabaram por provocar a edição da Instrução de Serviço SISEMA nº 04 de 2018 que visava esclarecer os "procedimentos para elaboração, análise e acompanhamento dos programas de educação ambiental exigíveis nos processos administrativos de licenciamento ambiental".

69. A referida IS é posterior às complementações de informação solicitadas à GERDAU o que, de antemão, revela que o cenário e contexto de incertezas e dúvidas.

70. Feitas essas considerações preliminares, passa-se a análise dos pontos que teriam sido insatisfatoriamente atendidos.

71. De acordo com o parecer nº 93/2019, a AID não foi definida de acordo com os impactos do empreendimento e o estudo foi apresentado em conjunto para todas as fazendas, sem que fosse feita justificativa para tal. Destaca-se no parecer que existem dois processos de licenciamento, um para as fazendas Riachos dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II e outro para as Fazendas cercado de Cima e de Baixo.

72. Tanto a DN COPAM nº 214/2017, quanto a IS 04/2018 apontam para a possibilidade de elaboração e execução dos Programas de Educação Ambiental de forma integrada, somando forças e possibilitando sinergias. Neste sentido, o PEA apresentado mostra-se adequado e em consonância com as determinações normativas.

73. Em relação às Áreas de Influência Direta, informa-se que não foram consideradas as comunidades do entorno de cada um dos empreendimentos. Neste sentido, cumpre dizer que o processo de mobilização e reconhecimento de campo foi realizado nas comunidades onde havia sido identificadas associações comunitárias ou de moradores, sendo consideradas as informações repassadas pelos representantes dessas associações para análise das visitas posteriores.





74. É importante destacar que a dinâmica populacional da região enquadra a maior parte dos moradores no que o IBGE define como povoados ou outros aglomerados rurais isolados, que são caracterizados por contarem com número de casas inferior a 50 e menos de 250 moradores.

75. De acordo com as informações obtidas em campo com os *stakeholders* entrevistados e com o reconhecimento realizado pela equipe de campo, a maior parte da região (excetuando-se as comunidades visitadas e onde ocorreram as entrevistas com lideranças) possui ocupação humana espaçada, formada por pequenos aglomerados de casas.

76. Ainda assim os moradores desses povoados ou aglomerados foram mobilizados e participaram do diagnóstico nas comunidades que contavam com o mínimo de estrutura para a realização da atividade, tendo sido disponibilizado transporte pelo empreendedor. As informações da atividade de mobilização estão apresentadas no Quadro 1, abaixo. As comunidades atendidas por cada reunião de DSP bem como o número de participantes de cada reunião estão apresentados no Quadro 2. Destaca-se que os DSPs realizados na região de Rio Pardo de Minas atingiram 248 pessoas, um quantitativo que não pode ser desconsiderado.

| Fazenda              | Entidade   | Comunidade  | Entrevistado               | Função                        | Contato                                 |
|----------------------|--|-------------|----------------------------|-------------------------------|---|
| Riacho do Porcos     | Associação Comunitária dos Moreiras                                      | Moreiras    | Vitor Maria do Carmo       | Presidente<br>Vice-presidente | (38) 99199-2694<br>(38) 99868-4912      |
|                      | Associação Comunitária dos Pequenos Proprietários Rurais de Bomfim II    | Bomfim II   | José Milton Ribeiro        | Diretoria                     | (38) 99996-0227<br>Elson-<br>Presidente |
|                      | Associação Comunitária dos Pequenos Proprietários Rurais Fazenda Pintado | Pintado     | Denilson Nascimento de Sá  | Presidente                    | (38) 99932-5556                         |
|                      | Associação dos moradores de Brejinho e São Camilo                        | Brejinho    | Jovanito Dias dos Santos   | Diretoria                     |   |
| Vale das Embaúbas I  | Associação Comunitária de Bonito   | Bonito      | Antônio Pereira dos Santos | Presidente                    | (38) 99135-8062                         |
| Vale das Embaúbas II | Associação Comunitária de Água Boa                                       | Água Boa II | Alda Ribeiro Araújo        | Presidente                    | (38) 99139-7152                         |
| Cercado de Baixo     | Associação Comunitária de Aurora   | Aurora      | Clea Márcia Evangelista    | Presidente                    | (38) 99231-7038                         |



| Fazenda         | Entidade                          | Comunidade | Entrevistado             | Função     | Contato                                       |
|-----------------|-----------------------------------|------------|--------------------------|------------|---|
| Cercado de Cima | Associação Comunitária da Rocinha | Rocinha    | Anderson Barbosa da Cruz | Presidente | (38) 99122-0743<br>(38) 99117-9245 (wapp)     |
|                 | Associação Comunitária do Gênio   | Gênio      | Geralda Ferreira Serva   | Diretoria  | (38) 99138-5652<br>(38) 99167-3317 Presidente |

Quadro 1 – Listagem de entrevistados durante a atividade de mobilização

| Fazenda                            | Data/Hora   | Local de realização | Comunidades Participantes                        | Nº de participantes |
|------------------------------------|-------------|---------------------|--|---------------------|
| Fazenda Riacho dos Porcos          | 25/10 - 18h | Moreiras            | Moreiras   | 16                  |
|                                    | 23/10 - 18h | Bomfim              | Pintado, São Camilo, Brejinho                    | 53                  |
| Fazenda Cercado de Buixo e de Cima | 23/10 - 19h | Aurora              | Rocinha, Gênio e Prata                           | 89                  |
| Fazenda Vale das Embaúbas          | 24/10 - 18h | Bonito              | Estiva, Santa Cruz, Passagem do Meio e Jaguaripe | 30                  |
|                                    | 24/10 - 18h | Água Boa            | Fetal, Corisco, Cambaio, Atolciro                | 60                  |
| <b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>      |             |                     |  | <b>248</b>          |

Quadro 2 – Listagem das comunidades participantes do DSP, por fazenda

77. Deve-se considerar, portanto, que o DSP foi realizado em cada uma de suas áreas de influência, sendo consideradas as relações entre as comunidades e aglomerados rurais para a realização de reuniões em conjunto, inclusive com o fornecimento de transporte pelo empreendedor, facilitando e incentivando a participação dos comunitários.



78. De acordo com a avaliação da SUPRAM NM, a atividade de mobilização foi insatisfatória por ter sido realizada através da aplicação de questionários semiestruturados junto às principais lideranças das comunidades. Neste sentido, cabe destacar que as normas não abarcam os procedimentos necessários para o processo de mobilização. A conversa inicial com as lideranças comunitárias é importante para conhecer o território, escutar os representantes dos moradores e preparar a equipe técnica para os pontos que poderão surgir durante a atividade de diagnóstico.

79. Assim, a aplicação dos questionários semiestruturados pode ser encarado como um pré-diagnóstico.

80. A conversa com as lideranças teve também como objetivo a avaliação das melhores datas e horários para a realização da atividade, bem como a definição do local e da logística de transporte a ser fornecido para as comunidades que se encontravam mais afastadas do local definido para o DSP.

81. O contato prévio também era importante para a consolidação da parceria entre empresa e comunidade, já que as lideranças foram fundamentais na mobilização do restante da comunidade que, deve-se destacar, foi feito também com a fixação de cartazes em locais frequentados pelos moradores com as informações relacionadas ao evento.

82. Por fim, e não menos importante, deve-se destacar que se o processo de mobilização não tivesse sido satisfatório, não haveria o comparecimento massivo da comunidade às reuniões.

83. De acordo com o parecer, a devolutiva foi realizada apenas com lideranças, sem envolver as comunidades interessadas. No entanto, a reunião foi agendada na sede do município considerando duas questões principais: i) o alinhamento de temática em todas as comunidades, relacionado à escassez de água e as dificuldades que a falta do recurso causa à agricultura; e ii) atendimento logístico.

84. Neste sentido foram convidados representantes de instituições locais e os moradores das comunidades, totalizando 75 pessoas presentes, sendo 49 das comunidades atendidas e 26 representantes de diversas instituições que poderiam potencializar e apoiar as ações do PEA. A lista de presença encontra-se em anexo a este documento.

85. Quanto ao público externo, o parecer informa que a metodologia foi considerada insatisfatória e apresentou-se inconsistente com o DSP, sem esclarecer quais pontos teriam deixado



de atender às normas. É preciso destacar que o projeto está aderente às demandas comunitárias, voltadas para a escassez de água, secamento de nascentes e as dificuldades que tal contexto provoca na agricultura local.

86. Por todos os ângulos em que se examina a questão, resta claro e notório que o PEA seguiu as diretrizes normativas vigentes e, em meio às dúvidas sobre a adequada condução dos novos procedimentos estabelecidos, deve ser considerado satisfatório, sobretudo por que alcançou seu público-alvo.

87. Aqui, como nos demais tópicos, mostra-se que as informações complementares apresentadas são amplamente satisfatórias e, por esse motivo, a decisão de arquivamento deve ser revista.

#### IV – Conclusão e pedidos

88. Pelas razões de fato e de direito expostas, GERDAU AÇOS LONGOS S.A requer que o presente recurso seja conhecido e provido para:

- a) que a autoridade prolatora da decisão de arquivamento reconsidere a sua decisão;
- b) não sendo reconsiderada a decisão, que a instância julgadora competente reforme a decisão do Superintendente Regional de Meio Ambiental da SUPRAM NM, que determinou o arquivamento do processo REVLO 3621/2005/007/2015, ante a integral e satisfatória apresentação das informações complementares aviadas através do OF. Nº 3221/2018;

89. Para todos os fins legais e processuais, sob pena de nulidade, requer que as intimações, comunicações e notificações relativas ao presente recurso e processo administrativo correlato sejam remetidas, via postal, em nome exclusivo da Gerdau Aços Longos S.A, para o endereço da Rua Dr. José Maria Lacerda, nº 1340, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-120.



90. Protesta provar os fatos alegados por todos os meios legalmente admissíveis e requer, desde já, a juntada dos documentos em anexo. Protesta, ainda, neste ato, pela juntada de outros documentos até que o processo administrativo seja remetido à autoridade julgadora.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2019

Marcelo Azevedo  
OAB/MG 130.790

  
Bruno Malta  
OAB/MG 96.869

  
Mária de Almeida  
OAB/MG 186.307

  
Bianca Barbosa  
OAB/MG 197.142



## LISTA DE DOCUMENTOS

Doc.1 – Cartão CNPJ

Doc.2 – Atos constitutivos

Doc.3 – Procuração

Doc. 4 – Extrato de publicação da decisão de arquivamento – 02/11

Doc. 5 – Comprovante de pagamento de taxa de expediente

Doc. 6 – Parecer técnico Supram NM - papelada de despacho nº 93/2019

Doc 7 - Ofício nº 3221/2018 – Supram NM

Doc. 8 – Ato de arquivamento



**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.1 – Cartão CNPJ

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

|  <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b><br><b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b> |   |   |                                       |
|--|---|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>07.358.761/0124-18</b><br>FILIAL   | <b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b> |   | DATA DE ABERTURA<br><b>25/01/2010</b> |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>GERDAU ACOS LONGOS S.A.</b>   |   |   |                                       |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>*****  |   |   | PORTE<br><b>DEMAIS</b>                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto</b>  |   |   |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>02.10-1-08 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas</b>                                       |   |   |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>205-4 - Sociedade Anônima Fechada</b>  |   |   |                                       |
| LOGRADOURO<br><b>ESTM RIO PARDO DE MINAS/VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, KM 18</b>   | NÚMERO<br><b>S/N</b>                                    | COMPLEMENTO<br><b>: FAZENDA VALE DAS ; ; EMBAUBAS.;</b> |                                       |
| CEP<br><b>39.530-000</b>   | BARRIO/DISTRITO<br><b>ZONA RURAL</b>                    | MUNICÍPIO<br><b>RIO PARDO DE MINAS</b>                  | UF<br><b>MG</b>                       |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br><b>LUCIA.VARGAS@GERDAU.COM.BR</b>   |   | TELEFONE<br><b>(51) 3450-7665</b>                       |                                       |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>*****   |   |   |                                       |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>   |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>25/01/2010</b>         |                                       |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL   |   |   |                                       |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****   |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****                      |                                       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/12/2019 às 17:06:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)





**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.2 – Atos constitutivos



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2017/149449-0  
JUCERJA  
3330027581-9  
GERDAU ACOS LONGOS S/A

04 mai 2017 14:43  
Guia: 102295720

Atos: 304

Cumulativo e exigência no Juntar - Calculado: 554,00 Pago: 554,00  
evento local do sistema DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00  
HASH: M170514944900  
LLT ARO: 00003032003 25/04/2017 308

NIRE (se não for, colocar quando solicitado em outra UF) **333 00 27 581 9**  
CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA **205.4**  
Nº DE ATOS **304**  
(Ver Tabela 1)

**1 - REQUERIMENTO**

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: **GERDAU ACOS LONGOS S/A**

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE, RS  
Rua Uruguai, 288 - Centro - CEP: 91110-000  
Fone: (51) 3021.1000  
2017 PORTAL: 1505-0000-0000  
Certificado de AUTENTICIDADE e SIMILITUDE emitido por GERDAU ACOS LONGOS S/A em 25/04/2017 às 14:43:00 em Porto Alegre, RS, em 25/04/2017.  
Em Testemunha da Verdade  
Sandro Pranta Mansur, Tabelião Autorizado  
Inscrição: RS 4.50 - Seu Digital: RS 140 - 10.42.11.1683077.50672.182

D323.258

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
NIRE: 3330027581-9  
NIRE: 3330027581-9  
Protocolo: 002017149449-0 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
T 0114 ABANDONADO

00003036681  
DATA: 05/05/2017

*Sandro F. S. Derwanger*  
SANTANDER  
SECRETÁRIO GERAL

ATO **IEAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (2017) 443**

| C. I. V. |  | SUCCESSION DE DIRETORIA |  |
|----------|--|-------------------------|--|
|          |  |                         |  |
|          |  |                         |  |
|          |  |                         |  |

Porto Alegre  
Local

24.04.2017  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **STANISLAU AUGUSTO DE MOURA**

Assinatura:

Telefone do contato: **(51) 8323.2371**

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em ordem.  
A decisão.

NÃO

Nome

Responsável

NÃO

Nome

Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

Processo em exigência.  
(Visto despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publicar-se e arquivar-se.

Processo indeferido. Publicar-se.

Nome

Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

Processo em exigência.  
(Visto despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publicar-se e arquivar-se.

Processo indeferido. Publicar-se.

05.05.2017  
Data

*Rubens Orlando da Silva*  
Rubens Orlando da Silva  
Vogal - JUCERJA  
ID: Funcional: 4405234-5  
Presidente da Junta

*Mário Antonio de O. Simão*  
Mário Antonio de O. Simão  
Vogal  
ID: 5071760-4  
Vogal

*Ronaldo Mansur*  
Ronaldo Mansur  
Vogal - JUCERJA  
ID: Funcional: 5075825-0  
Vogal

OBSERVAÇÕES:

14.02.1554

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819

Protocolo: 002017149449-0 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C756659B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

*Sandro F. S. Derwanger*  
SANTANDER  
Secretário Geral

136

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.  
CNPJ nº 07.358.761/0001-69  
NIRE nº 33300275819

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, NA SEDE SOCIAL, NO RIO DE JANEIRO-RJ, NA AV. JOÃO XXIII, 6.777, SANTA CRUZ, ÀS 16h00min, DO DIA 20 DE ABRIL 2017.**

1. As demonstrações financeiras foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (páginas 22 a 27) e no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (páginas E13 a E16), no dia 17/03/2017 e as assembleias foram convocadas através de editais publicados nos dias 11; 12; e 17 de abril de 2017, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (páginas 32; 40; e 87, respectivamente) e nos dias 11; 12; e 13 de abril de 2017, no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (páginas E-3; E-3; e E-5, respectivamente), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre os jornais que veicularão as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Ratificar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013; e 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente.
2. Estavam presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, bem como o representante dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Adriano Machado, inscrito no CRC PR-042584/0-7. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor Harley Lorentz Scardobelli que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para secretário.
3. A Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções.

**"RESOLUÇÃO Nº 47/2017-AGO:**

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A. resolve aprovar as contas do exercício social findo em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações financeiras."

**"RESOLUÇÃO Nº 48/2017-AGO:**

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A. resolve aprovar a proposta da administração de absorver integralmente os prejuízos verificados no exercício findo em 31/12/2016, no valor de R\$ 548.615.654,05, utilizando o saldo existente na conta de Reserva para investimentos e Capital de Giro, no valor de R\$ 403.327.967,56, e parcialmente o saldo existente na conta de Reserva Legal, no valor de R\$ 145.287.686,49. Em razão dos prejuízos, não serão distribuídos dividendos aos acionistas."

**"RESOLUÇÃO Nº 49/2017-AGO:**

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., nos termos do art. 6º, § único do Estatuto Social, determinou a eleição dos seguintes membros da Diretoria, com mandato até a

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036081 - 05/05/2017

Gerardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Assembleia Geral Ordinária de 2018: **Diretor Presidente:** ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, 1811, Bairro Floresta, CEP 90220-005, portador da CI/SSP-RS 6002167903 e CPF 404.841.220-53; **Diretores Vice-Presidentes:** CLAUDIO JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, separado judicialmente, engenheiro, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Travessa Azevedo, 5, Bairro Floresta, CEP 90220-200, portador da CI/SSP-RS nº 3002596629 e CPF nº 404.840.330-34; GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, advogado, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Luciana de Abreu, 471/802, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90570-060, portador da CI/SSP-RS nº 1024145052 e CPF nº 481.716.320-91; FRANCISCO DEPPERMANN FORTES, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Túlio de Rose, 400, apto. 901, Torre A, Bairro Passo d'Areia, CEP 91340-110, portador da CI/SSP-RS 9016133861 e CPF 403.690.130-34; e HARLEY LORENTZ SCARDOELLI, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Veríssimo de Matos, 10, apto. 501, Bairro Bela Vista, Porto Alegre, RS, CEP: 90440-180, portador da CI/SSP-RS nº 3002593238 e do CPF nº 447.421.500-15; e **Diretores:** FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO, brasileiro, viúvo, natural de Porto Alegre, RS, administrador de empresas, residente e domiciliado na Alameda Colômbia, 920, Residencial 2, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06470-010, portador da CI/SJTC-RS nº 8020206317 e do CPF nº 352.524.130-53; e GUSTAVO WERNECK DA CUNHA, brasileiro, natural de Belo Horizonte, MG, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Rua Guararapes, 2073, apto 1102-B, Torre Magenta, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, CEP 04561-004, portador da CI/SSP/MG nº 4.072.110 e do CPF nº 972.434.346-49.

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., em face do que dispõe o art.9º do Estatuto Social, resolve designar o Diretor Presidente e os Diretores Vice-Presidentes, eleitos nesta data, para que, cumulativamente, integrem o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018."

**"RESOLUÇÃO Nº 50/2017-AGO:**

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve fixar as remunerações individuais de seus administradores, obedecido o seguinte limite global: a remuneração média individual do conjunto de administradores não pode ultrapassar, no período de até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, o montante mensal de R\$ 500.000,00. O pagamento será feito em 12 parcelas mensais, mais uma 13ª parcela acrescida de 1/3 de seu valor.

**"RESOLUÇÃO Nº 51/2017-AGO:**

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve aprovar que as publicações previstas na Lei 6.404/76 sejam efetuadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal Valor Econômico - Caderno Regional do Rio de Janeiro."

4. A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções:

**"RESOLUÇÃO Nº 17/2017-AGE:**

A Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve re-ratificar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013,

incluindo o seguinte imóvel: O imóvel objeto da matrícula nº 37.261, aberta no Tabelionato Agular de Registro de Imóveis de Dourados, MS, Livro 2, folha 1, Registro Geral, a saber: Um terreno determinado por arte do quarteirão nº 118, situado no perímetro urbano da cidade de Dourado, totalizando 1.228,7 m<sup>2</sup> de área edificada e 4.285,7m<sup>2</sup> de área de terras.  
Valor contábil: R\$ 298.935,63

**"RESOLUÇÃO Nº 18/2017-AGE:**

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente, como segue: **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.** CNPJ nº 07.358.761/0001-69. NIRE Nº 33300275819. **ESTATUTO SOCIAL, CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO. Art. 1º.** A GERDAU AÇOS LONGOS S.A. com sede e foro no Rio de Janeiro-RJ, na Av. João XXIII nº 6.777, Santa Cruz, CEP nº 23.565-235, é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor. **Art. 2º.** A Sociedade tem por objeto principal a indústria e o comércio de produtos de aço e respectivas matérias-primas e subprodutos, comercialização de combustíveis sólidos, dentre eles, carvão metalúrgico, carvão térmico, antracito, coque metalúrgico, coque fundição e coque verde de petróleo, podendo ainda exercer atividades complementares destas e quaisquer outras que, direta ou indiretamente, se relacionem com o seu objeto, incluindo mineração, construção, transformação de laminados e prestação de serviços técnicos especializados, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como a exportação e importação de bens de ou para sua indústria e atividades relacionadas à produção de carvão vegetal, o transporte via rodoviária, ferroviária, marítima e ou pluvial de bens de sua indústria, as atividades portuárias fora de área de porto organizado e as de operador portuário, de que trata a Lei nº 8.630, de 25.02.93, e ainda, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. **§ 1º.** A sede social da Companhia terá o título de "GERDAU COSIGUA" e os estabelecimentos que têm por objeto principal a indústria e o comércio de produtos de aços longos terão os seguintes títulos: o situado no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Sapucaia do Sul, "GERDAU RIOGRANDENSE"; os situados no Estado do Paraná, Municípios de Curitiba e Araucária, "GERDAU GUAÍRA"; o situado no Estado da Bahia, Município de Simões Filho, "GERDAU USIBA"; o situado no Estado do Ceará, Município de Maracanaú, "GERDAU CEARENSE"; os situados no Estado de Pernambuco, Município de Recife, "GERDAU AÇONORTE". Os estabelecimentos que têm por objeto indústria e beneficiamento de armaduras para construção civil e o comércio de produtos siderúrgicos e metalúrgicos em geral, sucata de metais, laminados de ferro e aço inclusive a importação e exportação desses produtos, localizados em todo o território nacional terão como título "GERDAU ARMAFER". Os estabelecimentos que têm por objeto a compra, beneficiamento e o comércio atacadista de sucata de metais, metálicos ferrosos e não ferrosos e de produtos de aço em geral, inclusive a importação e exportação desses produtos, em todo o território nacional terão como título "GERDAU METÁLICOS". Os estabelecimentos inscritos no CNPJ nº 07.358.761/0183-78 a 07.358.761/0285-00, localizados em todo o território nacional terão como título "COMERCIAL GERDAU". **§ 2º.** A Companhia, respeitadas as disposições legais, pode participar de outras sociedades, no País e no exterior. **Art. 3º.** A duração da Companhia é por tempo indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES. Art. 4º.** O Capital Social é de R\$ 3.654.212.262,98 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e doze mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos), dividido em 200.544.497 (duzentos milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentas e noventa e sete) ações, sendo 200.526.235 (duzentos milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentas e trinta e cinco) ações ordinárias e 18.262 (dezoito mil, duzentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal. **§ 1º.** As ações são todas escriturais, gozando as preferenciais dos mesmos direitos das ordinárias, exceto o de voto, e conferindo, ainda, a seus titulares, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2785563C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger  
Secretário-Geral

liquidação da Companhia. § 2º. A Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais ou promover aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, observando o limite de metade do total das ações emitidas. § 3º. Nos aumentos de capital, por subscrição, poderá deixar de ser observada a proporcionalidade existente entre as diversas espécies e/ou classes de ações de emissão da Companhia. **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO. SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 5º.** A Administração da Companhia incumbe à Diretoria. § 1º. A investidura de cada um dos membros eleitos da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, independentemente de caução. § 2º. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre sua distribuição. **SEÇÃO II - DIRETORIA. Art. 6º.** A Diretoria se compõe de: a) um Diretor Presidente; b) dois a dez Diretores Vice-Presidentes; e, c) um a quarenta Diretores, com ou sem designação especial. § único. Os Diretores, pessoas físicas residentes no País, serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano. **Art. 7º.** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ela determinadas e, extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes ou, ainda, por dois dentre seus membros. § 1º. As reuniões da Diretoria instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. § 2º. Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio. **Art. 8º.** Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais. § 1º. O Diretor Presidente presidirá o Comitê Executivo e será responsável pela condução geral dos negócios, devendo voltar-se ao direcionamento estratégico da Companhia e pelo acompanhamento de seus resultados. § 2º. O Diretor Presidente será responsável pelo desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exercerá a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados. **Art. 9º.** Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob orientação do denominado Comitê Executivo, órgão de deliberação colegiada constituído pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Vice-Presidentes para tanto especificamente designados pela Assembleia Geral. **Art. 10.** Incumbe ao Comitê Executivo elaborar: a) o planejamento estratégico, da Companhia, e seu respectivo plano de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos; b) o portfólio de negócios da Companhia; c) as propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia. **Art. 11.** Incumbe, ainda, ao Comitê Executivo: a) estabelecer as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; b) fixar a estrutura administrativa da Companhia, obedecida a atribuição de funções dos Diretores; c) definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas; d) aprovar a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a colaboradores ou membros dos órgãos sociais da Companhia; e) elaborar e submeter à Assembleia Geral as políticas e práticas financeiras, mercadológica e de recursos humanos, incluindo remuneração e participação nos lucros ou resultados; f) orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão; g) autorizar a participação em outras sociedades, bem como a formação de consórcio, "joint ventures" e alianças estratégicas, no Brasil e no exterior; h) elaborar os programas de expansão ou investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados; i) autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, bem como a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acorder, estabelecer ainda quando julgar conveniente, quais membros da Diretoria ou



procuradores deverão praticar o ato autorizado; j) estabelecer critérios para a prática, pela Companhia, de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que a mesma participe, inclusive doação de bens inservíveis; k) acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Companhia; l) instruir os representantes da Companhia nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembléias Gerais das empresas coligadas e controladas; m) autorizar a abertura de filiais, sucursais, agências e escritórios; n) promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia; o) disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais; p) zelar e responder pela imagem institucional da Companhia; q) resolver os casos omissos. **Art. 12.** O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ele determinadas e extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou por dois dentre seus membros. **§ 1º.** As reuniões do Comitê Executivo instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. **§ 2º.** Cada membro do Comitê terá direito, nas reuniões, a um voto, sendo que o Diretor Presidente terá o voto de qualidade, além do seu próprio. **§ 3º.** Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio. **Art. 13.** O Comitê Executivo poderá deliberar a criação de comitês auxiliares, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros e ou os demais Diretores, empregados da Companhia e terceiros contratados, para promover o intercâmbio de experiências e a máxima sinergia entre as operações da Companhia, ou com o fito de coordenar, orientar, facilitar ou apoiar determinados processos ou operações. **§ único.** Os comitês assim criados encaminharão ao Comitê Executivo cópias das atas de suas reuniões e prestarão ao mesmo as informações que permitam avaliar o desempenho das suas atividades. **Art. 14.** Os Diretores, salvo casos excepcionais autorizados pelo Comitê Executivo (art. 12), exercerão seus cargos com dedicação integral de tempo e não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros. **Art. 15.** Compete aos Diretores representar a Companhia ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais. **Art. 16.** Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos. **§ 1º.** Os atos para cuja prática o presente Estatuto exija autorização prévia do Comitê Executivo só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição preliminar. **§ 2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza. **§ 3º.** O Comitê Executivo poderá autorizar a prática de atos que vinculem a Companhia, por apenas um dos Diretores ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador. **§ 4º.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: a) todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pelo Comitê Executivo, ou, então, outorgadas, em conjunto, por dois de seus membros ou por dois Diretores pelo Comitê designados; b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Comitê Executivo, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização; c) exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo, todas as demais procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão



poderes limitados. § 5º. Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL.** Art. 17. O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e de suplentes em igual número, acionistas ou não, sendo instalado e eleito em assembléia-geral. § único. Se os titulares de ações preferenciais e de ações minoritárias não exercerem os direitos que a Lei lhes confere na eleição do Conselho Fiscal, haverá, uma única votação, na qual serão eleitos todos os membros deste. Art. 18. O Conselho Fiscal considerar-se-á em exercício de funções a partir da Assembléia que o elegeu, e escolherá o seu Presidente na primeira reunião. Art. 19. O Conselho funcionará com a presença da maioria de seus membros e deliberará por maioria dos votos presentes, tendo o respectivo Presidente, além do voto pessoal, o de desempate. Art. 20. Ocorrendo impedimento, temporário ou definitivo, de um membro efetivo, o suplente será convocado pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, sendo ele o impedido, pelo Diretor-Presidente. § 1º. Os suplentes, que não sejam os previstos no parágrafo único do Art. 27, serão chamados pela ordem em que foram eleitos. § 2º. O suplente cessará as suas funções logo que termine o impedimento do substituído. **CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS.** Art. 21. A Assembléia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste capítulo, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. Art. 22. A Assembléia Geral será instalada por um Diretor, ou, na sua ausência, por um Acionista presente, sendo presidida e secretariada por Acionistas escolhidos na ocasião. § 1º. A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no anúncio de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária dos mesmos, assim como suspender, pelo mesmo período, os serviços de transferência e desdobramento de ações. § 2º. Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Art. 23. Dos trabalhos e das deliberações da Assembléia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei. Art. 24. A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única. Art. 25. A Assembléia Geral Ordinária deverá se realizar no prazo da lei e terá por objeto: i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; iii) eleger os membros da Diretoria e, quando for o caso, do Conselho Fiscal; **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO.** Art. 26. O exercício social se inicia a 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano. § 1º. Ao fim de cada exercício social a diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras: i) Balanço Patrimonial; ii) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; iii) Demonstração do resultado do exercício; e iv) Demonstração das origens e aplicações de recursos. § 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a diretoria apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste estatuto e na lei. Art. 27. Em cada exercício, os acionistas têm direito de receber dividendo correspondente, a pelo menos, 30% do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202, da Lei 8.404/76. § 1º. A Companhia poderá declarar, por deliberação da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dividendos intermediários, à conta de: a) lucro apurado em balanço semestral ou em periodicidade inferior; b) lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 2º. Os membros da Diretoria fazem jus a uma participação no lucro da Companhia, a ser deliberada pela Assembléia, observados os limites de Lei. É condição para o pagamento de tal participação a atribuição aos Acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o caput deste artigo. Sempre que forem levantados balanços semestrais e com base neles forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual ao percentual do

Bernardo S. Berwanger  
 Secretário Geral



dividendo obrigatório sobre o lucro líquido do período, poderá ser paga, por deliberação da Diretoria, aos administradores que indicar, participação no lucro semestral, "ad referendum" da Assembléia Geral. **Art. 28.** A Assembléia Geral Ordinária, mediante proposta da Diretoria, poderá fixar, em cada ano, respeitadas as eventuais limitações da Lei, o valor a atribuir à participação dos empregados e administradores nos lucros do exercício, depois de feitas as deduções legais e estatutárias. **Art. 29.** Ao deliberar sobre a destinação do lucro líquido, a Assembléia Geral Ordinária observará as seguintes prioridades: a) 5% do referido lucro para constituição de reserva, até os limites fixados no art. 193, da Lei 6.404/76; b) a quantia necessária para distribuição de dividendo; c) o saldo para livre aplicação pela Assembléia Geral. **§ único.** A Diretoria poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas de receber o dividendo obrigatório previsto no Art. 27, supra; b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. **Art. 30.** Os dividendos serão pagos na forma e no prazo da Lei nos locais determinados pela Diretoria. **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO. Art. 31.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral, cabendo a esta, em qualquer caso, estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação e fixar-lhes a remuneração."

5. Nada mais foi tratado.

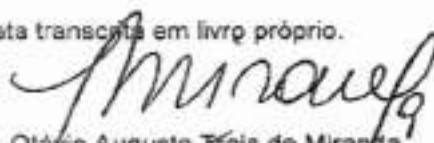
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2017.

(Ass.) Harley Lorentz Scardoelli - Presidente. Otávio Augusto Trois de Miranda - Secretário.  
Acionistas: GERDAU S.A. p.p.: Otávio Augusto Trois de Miranda. Auditores Independentes:  
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. p. Adriano Machado.

#### Declaração

Declaramos, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.

  
Harley Lorentz Scardoelli  
Presidente

  
Otávio Augusto Trois de Miranda  
Secretário e Advogado  
OAB/RS nº 23.728

334



### DECLARAÇÃO

Eu, **ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER**, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, 1811, Bairro Floresta, CEP 90220-005, portador da CI/SSP-RS nº 6002167903 e CIC nº 404.841.220-53, declaro, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou encontrar-me sob os efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Porto Alegre, 20 de abril de 2017.

**ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C756658B481C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003030681 - 05/05/2017

Bernardo S. Sarwinger  
Secretário Geral

20 M

22

ANO XLIII - Nº 050 - PARTE V  
SEXTA-FEIRA - 17 DE MARÇO DE 2017

DIÁRIO OFICIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PUBLICAÇÕES A PEDIDO



GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
COMPARA RENDIA  
CNPJ Nº 07.558.741/0001-41

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores AÇÕESISTAS**

Removido às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes e segue o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, presentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2016. As vendas atingiram 2,3 milhões de toneladas no ano de 2016, volume inferior ao de 2015, principalmente pela redução dos volumes vendidos no mercado interno em função do menor nível de atividade de construção e da indústria. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento em relação a 2015 devido às condições do mercado internacional. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 1,3 bilhões em 2016. A margem bruta líquida bruta decorreu pela receita líquida de vendas que foi em 12% no período. A Companhia obteve um resultado líquido negativo de R\$ 548,6 milhões no ano de 2016, considerando R\$ 2,4 per ação. Esse resultado negativo foi decorrente, principalmente,

do menor resultado operacional, influenciado pela perda de equivalência patrimonial. Em função desse prejuízo, a Companhia não distribuiu dividendos no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1,5 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 31,26 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 220,0 milhões no exercício. A dívida bruta da Companhia somou R\$ 1.179,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 18,6% eram de curto prazo e 81,4% de longo prazo. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, por empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017  
A ADMINISTRAÇÃO

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

Valores expressos em milhares de reais

|  | ATIVO |                   |                   | PASSIVO   |      |                   |
|--|-------|-------------------|-------------------|---|------|-------------------|
|  | Nota  | 2016              | 2015              | Nota  | 2016 | 2015              |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                            |       |                   |                   | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                                   |      |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 4     | 31.362            | 662.523           | Fornecedores  |      | 581.520           |
| Aplicações financeiras em títulos para negociação  | 4     | 339.440           | 75.990            | Emprestimos e financiamentos                                | 11   | 210.480           |
| Contas a receber de clientes                       | 5     | 820.511           | 806.952           | Impostos e contribuições a recolher                         | 14   | 75.510            |
| Estoques   | 6     | 1.093.050         | 1.088.932         | Salários e pagar  |      | 115.844           |
| Créditos tributários                               | 7     | 129.628           | 175.463           | Provisão para passivos ambientais                           | 18   | 3.027             |
| Imposto de renda a recuperar social e regular      |       | 53.925            | 476.771           | Outros passivos circulantes                                 |      | 83.265            |
| Outros ativos circulantes                          |       | 105.271           | 48.944            |   |      | 1.050.059         |
|  |       | <u>3.615.265</u>  | <u>3.815.445</u>  |   |      | <u>1.051.416</u>  |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                        |       |                   |                   | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                               |      |                   |
| Créditos tributários                               | 7     | 20.089            | 24.740            | Emprestimos e financiamentos                                | 12   | 889.988           |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 8     | 1.325.436         | 1.340.658         | Partes relacionadas   | 16   | 2.671.803         |
| Partes relacionadas                                | 16    | 66.145            | 62.967            | Provisão para passivos tributários, previdenciários e civis | 19   | 1.520.480         |
| Depósitos judiciais                                | 15    | 1.341.233         | 1.725.638         | Provisão para passivos ambientais                           | 18   | 639               |
| Outros ativos não circulantes                      |       | 75.796            | 149.950           | Outros passivos não circulantes                             |      | 27.603            |
| Investimentos                                      | 9     | 4.653.082         | 5,3               |   |      | <u>5.179.780</u>  |
| Imobilizado  | 10    | 3.186.505         | 3.345.083         | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                   | 15   |                   |
| Intangível   | 11    | 408.523           | 448.415           | Capital social  |      | 3.654.212         |
|  |       | <u>11.114.258</u> | <u>12.911.128</u> | Reservas de capital   |      | 1.236.147         |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                              |       | <u>13.729.523</u> | <u>16.726.573</u> | Reservas de lucros  |      | 336.326           |
|  |       |                   |                   | Ajustes de avaliação patrimonial                            |      | 1.584.705         |
|  |       |                   |                   | <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>             |      | <u>13.729.521</u> |
|  |       |                   |                   |   |      | <u>16.727.190</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

|                                   | Nota | 2016             | 2015               |
|-----------------------------------|------|------------------|--------------------|
| <b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>  | 21   | 1.251.882        | 8.438.298          |
| Custo das vendas                  | 22   | <u>6.122.707</u> | <u>(5.985.214)</u> |
| <b>LUCRO BRUTO</b>                |      | 119.097          | 862.985            |
| Despesas com vendas               | 23   | (324.942)        | (325.844)          |
| Despesas gerais e administrativas | 24   | (450.748)        | (559.520)          |
| Outras receitas operacionais      | 25   | 9.285            | 8.534              |
|                                   | 26   | <u>44.700</u>    | <u>19.801</u>      |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Valores expressos em milhares de reais

|   | Nota | 2016          | 2015            |
|---|------|---------------|-----------------|
| <b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>                              |      |               |                 |
| Prejuízo do exercício   |      | (548.610)     | 2.236.589       |
| Ajustes para reconciliar o passivo fluxo de caixa das atividades operacionais |      |               |                 |
| Depreciação, amortização e recuperação  | 27   | 467.067       | 491.416         |
| Resultado de equivalência patrimonial   | 8    | 515.685       | 350.238         |
| Variação cambial líquida  | 28   | 808.100       | 1.470.653       |
| Perdas pelo não recuperabilidade de ativos                                    | 16   | -             | 78.230          |
| Benefícios pós-emprego  |      | 6.521         | 18.700          |
|   | 8    | <u>14.286</u> | <u>(24.594)</u> |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C759658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00  
Arquivamento: 00003036861 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



| LUCRO BRUTO  |    | 2016      |           | 2015      |           |
|--|----|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Receitas com vendas  | 21 | 129.940   | 125.844   | 467.067   | 495.419   |
| Despesas gerais e administrativas  | 21 | (48.148)  | (58.133)  | (57.695)  | (50.238)  |
| Outras receitas operacionais   | 22 | 8.236     | 8.554     | -         | -         |
| Outras despesas operacionais   | 22 | (43.610)  | (19.907)  | -         | -         |
| Perda por não reconhecimento de ativos   | 30 | -         | (743.130) | -         | -         |
| Resultado do equilíbrio patrimonial  | 3  | (113.582) | (92.772)  | 409.372   | 445.181   |
| <b>PRELUIZADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS</b>                 |    |           |           |           |           |
| Receitas financeiras   | 23 | 63.726    | 236.733   | 10.671    | 10.671    |
| Despesas financeiras   | 23 | (47.268)  | (47.077)  | (10.671)  | (10.671)  |
| Variação cambial líquida   | 23 | 508.108   | 3.470.537 | 1.000.000 | 1.000.000 |
| <b>PRELUIZADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>   |    |           |           |           |           |
| Resultado de renda e contribuição social   |    | 624.230   | 2.961.423 | 409.372   | 445.181   |
| Correção   | 8  | -         | (57.153)  | -         | -         |
| Dividendos   | 9  | (14.289)  | (81.747)  | -         | -         |
| <b>PRELUIZADO DO EXERCÍCIO</b>   |    |           |           |           |           |
| Prejuízo por ação sem R.D. - ações e dívida  | 20 | (1.29)    | (11.15)   | -         | -         |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras. |    |           |           |           |           |

| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO                    |  | 2016        |             | 2015        |             |
|--|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Valores expressos em milhares de reais   |  |             |             |             |             |
| Prejuízo apurado na demonstração dos resultados  |  | (548.619)   | (2.236.598) | (1.000.000) | (1.000.000) |
| Valores potencialmente realizáveis para a demonstração dos resultados no futuro                        |  |             |             |             |             |
| Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)  |  | 682.238     | 1.524.007   | -           | -           |
| Correção não realizada em ativos financeiros disponíveis para venda                                    |  | -           | 7           | -           | -           |
| Valores potencialmente não realizáveis para a demonstração dos resultados no futuro                    |  |             |             |             |             |
| Pensionamentos com planos-benefício a empregados (*)   |  | (11.203)    | 2.149       | -           | -           |
| Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos  |  | (893.421)   | (1.681.653) | -           | -           |
| Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos   |  | (1.542.043) | (554.788)   | (1.000.000) | (1.000.000) |
| (*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimentos em empresa controlada e subsidiária. |  |             |             |             |             |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.             |  |             |             |             |             |

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  |  | 2016           |                    | 2015              |                             |
|--|--|----------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| Valores expressos em milhares de reais   |  |                |                    |                   |                             |
|  |  | Capital social | Reserva de capital | Reserva de lucros | Total do Patrimônio Líquido |
| Saldos em 01/01/2015   |  | 3.654.272      | 1.777.979          | 475.716           | 5.907.967                   |
| Prejuízo do exercício  |  | -              | -                  | (554.788)         | (554.788)                   |
| Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício                                    |  | -              | -                  | 1.681.653         | 1.681.653                   |
| Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício                                 |  | -              | -                  | 1.126.865         | 1.126.865                   |
| Adições de reservas  |  | -              | 57.153             | -                 | 57.153                      |
| Emissão de ações de participação em controlada e subsidiária                               |  | -              | -                  | 4.376             | 4.376                       |
| Efeito com plano de reservas a longo prazo   |  | -              | -                  | 8.080             | 8.080                       |
| Distribuições propostas à Assembleia Geral   |  | -              | -                  | -                 | -                           |
| Absorção de prejuízo do exercício  |  | -              | -                  | (2.236.598)       | (2.236.598)                 |
| Juros sobre capital próprio  |  | -              | -                  | 81.678            | 81.678                      |
| Saldos em 31/12/2016 (Nota 18)   |  | 3.654.272      | 1.835.132          | 475.716           | 5.965.120                   |
| Prejuízo do exercício  |  | -              | -                  | (554.788)         | (554.788)                   |
| Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício                                    |  | -              | -                  | 1.681.653         | 1.681.653                   |
| Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício                                 |  | -              | -                  | 1.126.865         | 1.126.865                   |
| Adições de reservas  |  | -              | 57.153             | -                 | 57.153                      |
| Emissão de ações de participação em controlada e subsidiária                               |  | -              | -                  | 4.376             | 4.376                       |
| Efeito com plano de reservas a longo prazo   |  | -              | -                  | 8.080             | 8.080                       |
| Distribuições propostas à Assembleia Geral   |  | -              | -                  | -                 | -                           |
| Absorção de prejuízo do exercício  |  | -              | -                  | (2.236.598)       | (2.236.598)                 |
| Juros sobre capital próprio  |  | -              | -                  | 81.678            | 81.678                      |
| Saldos em 31/12/2016 (Nota 18)   |  | 3.654.272      | 1.892.285          | 475.716           | 5.992.273                   |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras. |  |                |                    |                   |                             |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
**CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.**  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

*[Assinatura]*  
 Bernardo F. S. Benavente  
 Secretário Geral



**CONTINUAÇÃO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual em conjunto com suas filiais controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e produtos de ferro, atividades que estão amplamente em fase de produtos oferecidos ao mercado e competitividade das operações. Além disso, é a maior produtora de América Latina e, no mundo, transmissora anualmente milhões de toneladas de aço, referendo suas operações com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/03/2017.

destaque nas incidências, a Companhia estima o valor recuperável de ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda e (ii) seu valor intrínseco. O valor intrínseco é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contrato ou de um ativo até o fim de sua vida útil, independentemente da existência de incógnita de não recuperação de seu valor contábil, saldos de aço originados da continuação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida (em sua recuperação ocorre pelo menos uma vez por ano, em ocorrência). Quanto o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo impairment. A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do aço, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão de perdas reconhecidas está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria se não fosse revertido, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na "Folha 16". A Companhia não acredita que existam impactos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas na cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. 1.7 - **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equidade patrimonial sendo a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em conformidade com o resultado de equidade patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos subjacentes. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento impairment. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. 1.8 - **Passivos Financeiros e Instrumentos Patrimoniais:** a) **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância das transações consensuais; b) **Empregados e Beneficiários:** São demonstrados pelo valor líquido das quotas de participação emitidas e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do custo de juros efetivos; c) **Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é classificado em um contrato que demonstra a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidas todas as suas passivas; 1.9 - **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia as posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento do imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro supondo tributação de exercício, a qualquer dos impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos de renda e contribuição social diferida são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins locais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são determinados considerando-se aliquotas e incidências no momento da apresentação das Demonstrações Financeiras. Além de imposto de renda e contribuição social diferido, são reconhecidos o custo de enquadramento de exercício e saldo reduzido de medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. 1.10 - **Benefícios e empregados:** A Companhia possui planos de benefícios e empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e ações. Eventos suportados com status de benefícios de contribuição diferida e empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras de aposentadoria para estes planos. As remunerações atuais geradas por quotas e ações são as premissas atuais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados abrangentes. 1.11 - **Outros ativos e passivos reconhecidos em demonstrações:** São demonstrados pelo valor de realização líquido e pelo valor em contradição ou liquidação, associados, quando aplicável, das demonstrações abrangentes e informações monetárias relevantes. 1.12 - **Benefícios para outros**

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**


a) **Demonstrações Financeiras** - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, predominantemente, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e observam todas as informações relevantes previstas nas Demonstrações Financeiras, e, como resultado, as suas conclusões são consistentes com as informações administrativas e operacionais. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que exigem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.15. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para a valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estejam em vigor em 31/12/2016. b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas** - conforme permitido pelo parágrafo 4 da Lei do CPC 36 (RDC - Demonstrações consolidadas, a Sociedade não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo em vista que sua controladora é a Gerdau S.A., em conjunto com as demais propriedades controladas com a não apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Sociedade não possui instrumentos de dívida subordinados reconhecidos em mercado aberto, a Sociedade não registra ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras no Conselho de Valores Mobiliários de seu país regulador, e sua controladora é, assim, considerada, disponível ao público suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: 3.1 - **Conversão de saldos em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que se atua. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Participações e saldos:** As participações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se taxa de câmbio vigente na data de transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos iniciais e parciais, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equidade patrimonial, sua vida e modo funcional diferem da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$), sendo: (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; (ii) os valores de resultado são convertidos para câmbio médio mensal do câmbio; e (iii) todos os diferenciais resultantes da conversão de taxas de câmbio são reconhecidos na Demonstração dos Resultados abrangentes. 3.2 - **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em os seguintes categorias, mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, emobilizáveis e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da intenção para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como exposto na nota 3.3. a) **Ativos financeiros de valor justo reconhecido ao resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação,

destaque nas incidências, a Companhia estima o valor recuperável de ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda e (ii) seu valor intrínseco. O valor intrínseco é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contrato ou de um ativo até o fim de sua vida útil, independentemente da existência de incógnita de não recuperação de seu valor contábil, saldos de aço originados da continuação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida (em sua recuperação ocorre pelo menos uma vez por ano, em ocorrência). Quanto o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo impairment. A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do aço, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão de perdas reconhecidas está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria se não fosse revertido, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na "Folha 16". A Companhia não acredita que existam impactos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas na cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. 1.7 - **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equidade patrimonial sendo a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em conformidade com o resultado de equidade patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos subjacentes. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento impairment. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. 1.8 - **Passivos Financeiros e Instrumentos Patrimoniais:** a) **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância das transações consensuais; b) **Empregados e Beneficiários:** São demonstrados pelo valor líquido das quotas de participação emitidas e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do custo de juros efetivos; c) **Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é classificado em um contrato que demonstra a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidas todas as suas passivas; 1.9 - **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia as posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento do imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro supondo tributação de exercício, a qualquer dos impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos de renda e contribuição social diferida são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins locais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são determinados considerando-se aliquotas e incidências no momento da apresentação das Demonstrações Financeiras. Além de imposto de renda e contribuição social diferido, são reconhecidos o custo de enquadramento de exercício e saldo reduzido de medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. 1.10 - **Benefícios e empregados:** A Companhia possui planos de benefícios e empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e ações. Eventos suportados com status de benefícios de contribuição diferida e empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras de aposentadoria para estes planos. As remunerações atuais geradas por quotas e ações são as premissas atuais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados abrangentes. 1.11 - **Outros ativos e passivos reconhecidos em demonstrações:** São demonstrados pelo valor de realização líquido e pelo valor em contradição ou liquidação, associados, quando aplicável, das demonstrações abrangentes e informações monetárias relevantes. 1.12 - **Benefícios para outros**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765563C1D4E8B06B27C75865B94B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00  
Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

  
Bernardo F. S. Berninger  
Secretário Geral

reconhecida no Demonstrativo das Reservas Abonadas. 3.2 - **Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, de reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: **1) Ativos Juros Recebíveis:** os resultados operacionais e financeiros e disponíveis para venda, **2) Ativos de Realização:** dependem de transação para a qual o ativo financeiro tem subjacente, como detalhado na nota 15. **3) Ativos Financeiros em Valor Justo Reconhecido no Resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação reconhecidos inicialmente, pelo valor justo e os custos de transação são debitados a Demonstração do Resultado. **4) Aplicações e Recebíveis:** São ativos financeiros não disponíveis, com pagamento fixo ou determinável, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem "Cartões e recibos de clientes e demais contas a receber", "Cartões e recibos de clientes" e "Depósitos judiciais". São apresentadas como ativo circulante, exceto aquelas com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do bilhete, as quais são classificadas como ativos não circulantes. **5) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, compensações e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas pelo custo acrescido de juros acumulados, quando aplicável. A Companhia não possui montantes de caixa ou equivalentes de caixa relativos para os exercícios apresentados. **6) Aplicações Financeiras:** São classificadas como título para negociação se valor justo reconhecido em comparação ao resultado líquido para negociação; em virtude de propósito de investimento se a aplicação de recursos para obter ganho de curto prazo. Os juros, comissão financeira e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da variação do valor justo, são reconhecidos no resultado quando ocorridos. **7) Contas a receber de clientes:** São apresentadas a valores bruto, descontando-se a reserva de crédito a receber de clientes no mercado externo está avaliada com base no taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para risco de crédito é calculada com base na análise de risco dos créditos, que compreende a reputação creditícia, a situação econômica dos clientes, a situação de grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação das contrapartes jurídicas. É considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações adicionais a respeito de contas a receber em valores a receber e vendas, além da provisão para risco de crédito, estão demonstradas na nota 8. **8) Avaliação de risco de crédito de clientes:** A avaliação relativa ao risco de crédito de Companhia, líquida do provisão para risco de crédito é o valor das vendas a receber. A qualidade do crédito de clientes a receber é considerada adequada, sendo que o valor de risco efetivo de eventual perda no prazo e sobre os clientes encontra-se gerenciado como provisão para risco de crédito. **9) Avaliação de responsabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros desqualificados como resultado de perda ou deterioração de recuperabilidade de ativos impairment. Estes ativos financeiros são considerados ativos parciaismente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado significativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as características sobre os ativos no contrato. **10 - Estruções:** São avaliadas com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e o preço e o valor líquido realizable. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transações armazém e imposto não recuperáveis. O valor líquido realizable é o preço estimado de venda no curso normal das negociações, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações adicionais a respeito de valor líquido realizable estão demonstradas na nota 8. **11 - Imobilizado:** A Companhia utiliza o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, a exceção das terrenos, que não são depreciados. A Companhia aplica mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empreitadas e transações correlacionadas ao seguinte critério: para contabilização de bens e serviços de capitalização corre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo iniciada a contabilização dos custos de empreitadas quando o len do imobilizado encontra-se disponível para utilização. Em os custos de empreitadas são capitalizados produzindo o seu menor provável das empreitadas vigentes de acordo da capitalização ou à sua específica, no caso de empreitadas para a aquisição de imobilizado. Em os custos de empreitadas capitalizadas mensalmente não excedem o valor das despesas de juros acumuladas no período de capitalização, e em os custos de empreitadas capitalizadas são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinantes para o bem do imobilizado ao qual foram incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo real de utilização de certos ativos, à taxa que levam em consideração o valor útil estimado dos bens e o valor residual estimado das ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final de vida útil e o valor útil estimado dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item separado, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e o valor de mensuração de forma confiável. O saldo residual do bem substituído é baixado. Demais reformas e melhorias são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas. O valor residual do bem do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **12 - Intangíveis:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e cancela por extinção do valor recuperável, quando aplicável. São comparados por vezes que representam capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e clientes. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico. O valor residual dos bens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.0). O intangível de relacionamento com fornecedores é amortizado com base em um critério que considere o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por estes fornecedores adquiridos. A Companhia rever o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com base no método ao final de cada exercício. **13 - Provisão para redução do valor recuperável dos ativos e reversão da provisão constituída:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se

participação para estes bens. As demonstrações financeiras geradas por ajustes e alterações nas premissas utilizadas para o cálculo de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente no Demonstrativo das Reservas Abonadas. **1.19 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo custo de aquisição líquido e pelos valores corrigidos de variações cambiais, exceto quando aplicável, das contrapartes em moedas e variações monetárias incorridas (passivos). **1.12 - Transações sem partes relacionadas:** Os contratos de mútuo são avaliados pelos encargos contidos na variação cambial, quando aplicável. As transações de compra e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, como descrito na nota 15. **1.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pela assembleia da Companhia. O Estatuto Social prevê que, no máximo, 20% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão no encerramento do exercício social, no montante do dividendo líquido que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício em questão e limite do dividendo mínimo obrigatório durante o ano. **1.14 - Reconhecimento de receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são efetuadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém nenhum controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação possuem um mensurador de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram negociados satisfatoriamente ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **1.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são reconhecidos às operações normais e são registrados como despesa ou capitalização conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações de passivo e que não contribuem para gerar os futuros benefícios gerados ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou o custo de extinção são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discutidos com autoridades ambientais e outros períodos relevantes para a atividade de natureza e extensão de restauração que pode ser realizada. O custo total é determinado de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração e se aprovada pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, nova avaliação tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados à valor presente se o montante agregado da obrigação é o montante e pelo dos desembolsos de caixa foram feitos ou poderão ser desembolsados de uma maneira confiável. **1.16 - Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para reconhecer transações, passivos e outros benefícios. Para efetuar essas estimativas a Administração utilizou informações disponíveis na data de preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou similares, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas relevantes, principalmente, à estimativa do valor de indenização de ativos de vida longa (nota 10), provisão necessária para passivos tributários, trabalhistas e civis (nota 15) e estimativas referentes à criação de taxa de juros, volume aplicado dos ativos, escolha de taxa de mortalidade e expectativa de aumento dos preços (nota 17). O resultado das transações e informações quanto à criação realizable são divergi das estimativas. **1.17 - Novos pronunciamentos:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não adotou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas à IFRS 9 novas e revisadas emitidas durante 2016. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas qualificações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que essas pronunciamentos e modificações sejam adotados pelo CPC até a data de sua publicação definitiva. A Companhia não espera ter impacto de adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

**4 - CADA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

|  | 2016    | 2015    |
|--|---------|---------|
| Caixa                                    | 378     | 5.361   |
| Contas e aplicações de liquidez imediata | 91.377  | 854.672 |
| Caixa e equivalentes de caixa            | 91.755  | 860.033 |
| Títulos para negociação                  |         |         |
| Aplicações em renda fixa                 | 386.264 | 350.680 |
| Aplicações em debêntures                 | 51.128  | 352.142 |
| Aplicações Financeiras                   | 537.392 | 702.822 |

As aplicações financeiras em títulos para negociação incluem custos do Fundo Passível coberto por Certificado de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre de outros fundos de investimentos, overnight e debêntures de Gerda S.A. as quais são negociadas pelo seu valor justo. A saída gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. As debêntures são demonstradas em real, com juros efetivos a um percentual de taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa nominal média anual de juros foi de 14,02% e 13,24%, para o exercício findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, respectivamente.

**5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

|                                | 2016      | 2015     |
|--------------------------------|-----------|----------|
| Contas a receber de clientes   | 359.151   | 313.116  |
| Provisão para risco de crédito | (106.129) | (85.136) |
|                                | 253.022   | 227.980  |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275818  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
**CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.**  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC6D6827C75665B54B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D2B000  
 Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

  
 Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral



|   |         |         |  |        |        |        |        |        |        |
|---|---------|---------|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Imposto sobre Produtos Industrializados                     | 14.300  | 16.300  | Imposto de Renda e Contribuição Social | 10.000 | 11.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social      | 3700    | 3700    | Imposto de Renda                       | 10.000 | 11.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 |
| Programa de Integração Social e outras                      | 14.300  | 16.300  | Contribuição Social                    | 10.000 | 11.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 |
| <b>Não diretores</b>  |         |         |  |        |        |        |        |        |        |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros | 20.000  | 24.000  |  |        |        |        |        |        |        |
|   | 148.000 | 175.000 |  |        |        |        |        |        |        |

A expectativa de recuperação dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2025.

**II - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEFERIDOS**  
 Os impostos sobre o rendimento incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) que representa um imposto adicional às alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis de 20% e de 9%, respectivamente, para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A reconciliação dos efeitos do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

|   | 2016      | 2015      |
|---|-----------|-----------|
| Paid antes do imposto de renda e da contribuição social                 | 134.333   | 2.987.180 |
| Ajustes nominais  | 34%       | 34%       |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais | 181.602   | 871.305   |
| Ajustes dos impostos efetivos:  |           |           |
| - recuperação tributária  | (176.673) | (119.081) |
| - juros sobre o capital próprio   | -         | 29.971    |
| - resultados não controlados  | -         | (16.928)  |
| - não constituição de ativos fixos depreciables                         | -         | (106.253) |
| - alíquotas permanentes líquidas  | (30.289)  | (49.729)  |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado                     | (114.289) | (954.594) |
| Correção  | 67.158    | -         |
| Diferença   | (14.185)  | 92.317    |

**III - Geração e reconhecimento dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 detalhadas as seguintes movimentações:

|  | Saldo em 31/12/2015 | Recebimento no resultado | Saldo em 31/12/2016 |
|--|---------------------|--------------------------|---------------------|
| Prejuízo fiscal  | 82.955              | 208.261                  | 291.216             |
| Base negativa de contribuição social                     | 31.018              | 75.258                   | 102.277             |
| Variação cambial diferida                                | 713.816             | (376.158)                | 337.658             |
| Provisão para perdas                                     | 81.817              | (18.338)                 | 63.479              |
| Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis | 442.337             | 74.739                   | 517.076             |
| Diferença de origem temporária                           | (18.458)            | 34.000                   | 15.542              |
|  | 1.349.015           | (114.289)                | 1.234.726           |
| Ativos não controlados                                   | (1.280.000)         | -                        | (1.280.000)         |

**IV - Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social**

|                | 2016      | 2015      |
|----------------|-----------|-----------|
| 2016           | -         | 98.145    |
| 2017           | 191.303   | 241.418   |
| 2018           | 130.538   | 220.436   |
| 2019           | 156.047   | 252.000   |
| 2020           | 225.542   | 337.539   |
| 2021           | 180.698   | 220.041   |
| 2022 em diante | 280.245   | 120.294   |
|                | 1.226.466 | 1.342.862 |

**d) Ativos fiscais não semantizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativos fiscais de R\$ 64,946 R\$ 66,444 em 31/12/2016, os quais não têm um prazo fixo para expirar.

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2016 é de 8,5% e 8,4% em 2015. As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de depreciação e amortização:

|                                    |              |
|------------------------------------|--------------|
| Edifício, construção e melhorias   | 20 a 25 anos |
| Móveis, equipamentos e instalações | 10 anos      |
| Móveis e utensílios                | 10 anos      |
| Veículos                           | 5 anos       |
| Equipamentos eletrônicos de dados  | 2,5 a 5 anos |

**VI - VALORES CLASSIFICADOS EM GERÊNCIA** - a Companhia classifica base do ativo imobilizado em gerência de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 22,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015). A Companhia não reconhece provisão para perda de recuperabilidade de imobilizado no período R\$ 340,326 em 31/12/2016. A Companhia mantém ao longo do período exercido seu constante monitoramento do mercado secundário em busca de identificar a eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de sua produção de unidades de partes industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

**VII - INTANGÍVEL**  
 O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software.

|                          | Saldo em 01/01/2015 | Relacionamentos com fornecedores | Desenvolvimento de software | Total   |
|--------------------------|---------------------|----------------------------------|-----------------------------|---------|
| Reserva                  | 56.554              | -                                | 251.071                     | 307.625 |
| Amortização              | 0.000               | 61.869                           | 0.000                       | 61.869  |
| Saldo em 31/12/2015      | 47.554              | 289.202                          | 251.071                     | 587.827 |
| Amortização              | 0.000               | 33.496                           | 0.000                       | 33.496  |
| Saldo em 31/12/2016      | 47.554              | 322.698                          | 251.071                     | 621.323 |
| Vida útil média estimada | 5 a 25 anos         | 7 anos                           |                             |         |

**VIII - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|                                       | 2016      | 2015    |
|---------------------------------------|-----------|---------|
| Res (BRL)                             | 1.127.913 | 559.362 |
| Dólar Norte-Americano (USD)           | 21.545    | 41.195  |
| Total dos financiamentos              | 1.149.458 | 600.557 |
| Créditos                              | 218.493   | 234.322 |
| Não controlados                       | 998.965   | 366.235 |
| Valor do principal dos financiamentos | 1.151.760 | 552.874 |
| Valor dos juros dos financiamentos    | 25.777    | 33.248  |
| Total dos financiamentos              | 1.177.537 | 586.122 |

A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2016 é de 8,34% e 8,32% em 31/12/2015. Os empréstimos e financiamentos, denominados em real, são obrigados por taxa fixa ou indexados conforme as seguintes indicações: TLP (Taxa de Juros de Longo Prazo); CD (Certificado de Depósito Interbancário); IPCA (Índice Geral de Preços - Mercado); IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O cronograma de pagamento de parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

|                | 2016    | 2015    |
|----------------|---------|---------|
| 2017           | 181.192 | -       |
| 2018           | 142.083 | 521.840 |
| 2019           | 118.212 | 121.753 |
| 2020           | 118.482 | 118.629 |
| 2021           | 48.282  | 47.144  |
| 2022 em diante | 141.877 | 128.730 |
|                | 559.998 | 780.840 |

Garantias: Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINANCIAMENTOS, cujo saldo devido em 31/12/2016, em de R\$ 22,9 milhões (R\$ 38,6 milhões em 31/12/2015), foram oferecidos os bens objeto desta, em alienação fiduciária.



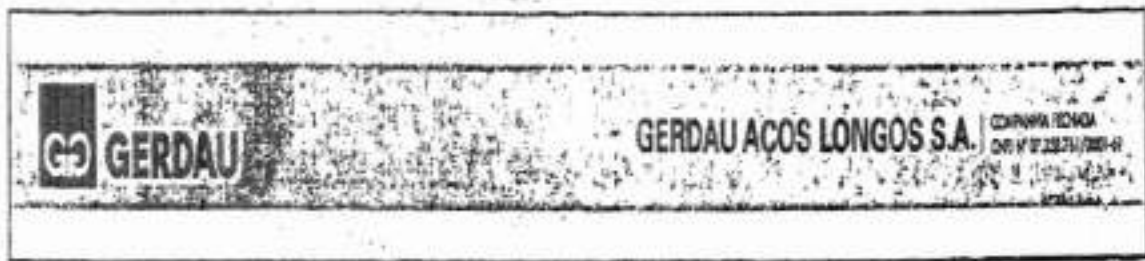
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C75665B84B1C1EEA47F2FE5974C7746DEF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

*Bernardo F. S. Berwanger*  
 Secretário-Geral



22/11

PUBLICAÇÕES A PEDIDO



11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**11 - Instrumentos financeiros**  
A Gerdaul Aços Longos S.A., sua controlada e controlada menor opera com instrumentos financeiros cujo nome são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas no balanço e escritas em Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Pólizas relacionadas, Depósitos judiciais, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. O Valor justo de instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, o valor que poderá ser recebido em liquidação antecipada, é o preço de mercado que poderia ser obtido no mercado de negociação. **Risco de preço das commodities:** É o risco de variações no preço dos produtos vendidos ou comprados por matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de commodities, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por variações nos preços mensurados de seus produtos ou matérias-primas. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as cotações de preços no mercado nacional e internacional. **Risco de taxa de juros:** É o risco de variações do custo de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa a receber futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos monitorando ativos e passivos financeiros denominados em taxa de juros fixas e flutuantes e utilizando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode controlar o swap de taxa de juros com objetivo de reduzir esse risco. **Risco de taxa de câmbio:** É o risco de efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa a receber futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando o câmbio entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seus custos e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira, não são de alto risco e seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, visando um desdobramento entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode controlar instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco refere-se à possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos de clientes junto a instituições financeiras e geradoras de operações de investimento financeiro. Para controlar esse risco, a Companhia adota como política a análise detalhada de situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas de acordo com o rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** Adotou de política de gestão de capital em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre os dívidas financeiras e o capital próprio. **Retorno Líquido:** baseado em políticas internas e determinado Os indicadores chave (KPI - Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão de Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado de Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida líquida é formada pelo principal de dívida reduzido pelo caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras (nota 4). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal de dívida e pelo Preterito Líquido) (nota 18). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme condições econômicas/financeiras, visando otimizar sua estrutura financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura refletir seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilidade. No longo prazo, a Companhia busca manter um nível de saliência baixo, admitindo variações pontuais no curto prazo.  
WACC ..... entre 10% - 12% a.a.  
Dívida Líquida/EBITDA ..... menor ou igual a 2,5x  
Fonte: as Demonstrações Financeiras Consolidadas, 2015 e 2016, em R\$ milhões.

|                               | Ativos e passivos com valor justo com ganhos e perdas reconhecidos |               | Ativos e passivos não reconhecidos |                                 | 2015  |
|-------------------------------|--|---------------|------------------------------------|---------------------------------|---|
|                               | Emprestimos e recebíveis   | no resultado  | Total                              | Passivos                        | Outros passivos financeiros no custo amortizado |
| Caixa e equivalentes de caixa | 680.523  | -             | 680.523                            | Fornecedores                    | 553.263   |
| Aplicações financeiras        | -  | 76.980        | 76.980                             | Empréstimos e financiamentos    | 895.192   |
| Contas a receber de clientes  | 836.832  | -             | 836.832                            | Pólizas relacionadas            | 4.352.415                                       |
| Pólizas relacionadas          | 82.587   | -             | 82.587                             | Outros passivos circulantes     | 83.248  |
| Depósitos judiciais           | 1.235.638  | -             | 1.235.638                          | Outros passivos não circulantes | 40.933  |
| Outros ativos circulantes     | 42.944   | -             | 42.944                             |                                 |   |
| Outros ativos não circulantes | 146.580  | -             | 146.580                            |                                 |   |
|                               | <b>2.986.244</b>   | <b>76.980</b> | <b>3.103.224</b>                   |                                 | <b>6.023.051</b>                                |

**11 - Mensuração do valor justo:** O CPC 29 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pelo cancelamento de um passivo em uma transação forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando de mensuração do valor justo pela empresa, para minimizar o uso de informações observáveis e maximizar o uso de informações não observáveis. **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos líquidos. **Nível 2 -** outras informações disponíveis, mesmo que não sejam cotados, mas que possam ser corroboradas pelas informações observáveis no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. **Nível 3 -** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para o balanço do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2016, a Companhia mantém certos ativos cujo mensuração do valor justo é realizada em bases observáveis. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados, Opções e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases observáveis e sujeitos à divulgação conforme os requisitos do CPC 40 em 31/12/2016, são os seguintes:

|   | Mensuração do valor justo |                  |  |                |  |                  |
|---|---------------------------|------------------|--|----------------|--|------------------|
|   | Saldo contábil            |                  | Preços cotados em mercados ativos para ativos líquidos (Nível 1) |                | Preços cotados em mercados não ativos para ativos líquidos (Nível 2) |                  |
|   | 2016                      | 2015             | 2016   | 2015           | 2016   | 2015             |
| Ativo circulante                                |                           |                  |  |                |  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                   | 680.523                   | 680.523          | -  | -              | 553.263  | 553.263          |
| Aplicações financeiras em fluxo para negociação | 339.440                   | 362.980          | 339.440  | 362.980        | 51.136   | 362.141          |
| Contas a receber de clientes                    | 836.832                   | 836.832          | -  | -              | 836.813  | 836.881          |
| Outros ativos circulantes                       | 105.273                   | 49.944           | -  | -              | 105.273  | 49.944           |
| Ativo não circulante                            |                           |                  |  |                |  |                  |
| Pólizas relacionadas                            | 82.587                    | 82.587           | -  | -              | 82.587   | 82.587           |
| Depósitos judiciais                             | 1.235.638                 | 1,235,638        | -  | -              | 1,235,638  | 1,235,638        |
| Outros ativos não circulantes                   | 75.796                    | 146,580          | -  | -              | 75,796   | 146,580          |
|   | <b>2.026.266</b>          | <b>2.105.064</b> | <b>339.440</b>   | <b>362.980</b> | <b>2.544.037</b>   | <b>2.544.037</b> |
| Passivo circulante                              |                           |                  |  |                |  |                  |
| Fornecedores                                    | 553.263                   | 553.263          | -  | -              | 553.263  | 553.263          |
| Empréstimos e financiamentos                    | 219.489                   | 234.322          | -  | -              | 219.489  | 234.322          |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2785583C1D4EC8D6B27C75685BB4B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003038681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA REGISTRADA  
CNPJ Nº 07.158.761/0001-69

**Corrupção**

2.519.780 correspondem à das processos que discutem administrativa a se encerrar e se encerram atualmente em fase de cobrança administrativa, sendo que, para um deles, a Companhia já obteve decisão judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia no montante de R\$ 2.888.300; vi) R\$ 505.361 correspondem à dois processos da Companhia que aguardam julgamento de seus Recursos Interiores na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); e vii) R\$ 556.789 correspondem a um processo cuja instauração foi autorizada pelo Conselho em 13/03/2017 e atualmente se encontra pendente de julgamento pelo Delegado de Julgamento do Estado Federal do Brasil. Pontos decisivos ocorridos no CARF no âmbito desses processos, e sobre temas envolvendo a Companhia incluído na denominada Operação Interna (a "Operação"), serão investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Flávio Adorno, a fim de avaliar possíveis atos ilícitos. Considerando o envolvimento de nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com apoio a um Comitê Especial do Conselho de Administração para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas, ii) se, à luz das práticas adotadas, a prática adotada foi seguida no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e iii) a contratação de empresas que prestaram à Companhia nos casos penais o CARF; iii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do contrato contratado; iv) se os termos de contratação destas empresas incluem cláusulas com a intenção de obter a prática de atos que violam os códigos de ética ou a legislação vigente; v) se os termos de contratação destas empresas incluem a previsão de sanções em caso de qualquer violação cometida ou de outra forma; e vi) se existe qualquer outro fato, ato, ato, ato, ou qualquer outro tipo de ato de potencial de comprometimento de boa-fé por parte das administradoras ou executivos da Companhia em seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, no relacionamento, observado ou conhecido fora do escopo dos contratos mencionados acima ("investigação interna"). A investigação interna está em andamento e, na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da investigação interna. Adicionalmente, o Conselho acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para certos itens requeridos ou qualquer qualquer contingência. Os aspectos jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia em relação à dedutibilidade de juros, que envolvem os processos acima mencionados, observam a estrita legalidade, e portanto, tais processos são classificados como de perda passível, mas, não provável. iii) **Contingências Fiscais:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza fiscal que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 166.157. Para tais demandas não há previsão de perda ou ganho, pois estas foram consideradas como de perda passível, com base na opinião de seus consultores legais. iv) **Débitos Judiciais:** A Companhia também possui débitos judiciais vinculados às prováveis situações, resolvidas e civis, e ainda assim demonstradas:

ii) Plano de pensão com contribuição definida - **plano empregado:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pelo empregador numa proporção de contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo desta modalidade foi de R\$ 23.612 em 31/12/2016 (R\$ 30.917 em 31/12/2015).

**18 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS**

A Administração da Companhia reconhece, na linha de "Problemas passivos ambientais", com base na melhor estimativa da perda, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 3.656 em 31/12/2016, sendo R\$ 1.107 no passivo circulante e R\$ 526 no passivo não circulante (R\$ 13.754 em 31/12/2015), sendo R\$ 1.475 no passivo circulante e R\$ 11.289 no passivo não circulante. A Companhia utiliza permissões e autorizações para determinar montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização de investigação e determinação do impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

**19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

i) **Capital social** - o capital social autorizado em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, estão subscritas e integralizadas 100.526.236 ações ordinárias e 18.262 ações preferenciais, resultando o capital social realizado de R\$ 2.154.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em condições de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no recebimento de caixa em caso de liquidação da Companhia. ii) **Reserva de capital** - refere-se principalmente à reserva de tipo "reserva" resgatada sob forma realizada em 2015 dentro dos termos do artigo 7º e 8º de Lei nº 9.512/97 no montante de R\$ 1.026.147 em 31/12/2016 (R\$ 1.034.152 em 31/12/2015). iii) **Reserva de lucros** - i) **Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserve seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. ii) **Reserva fiscal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de lucros fiscal, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser utilizada da base de cálculo dos dividendos. iii) **Investimentos e capital de giro** - o composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após consideração os requisitos de dividendos mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para substituição, pagamento de dividendos ou resgate de ações. iv) **Ajustes de avaliação profissional** - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior decidida pela Companhia, direta e indiretamente. Esse ajuste acumulado já está refletido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou base do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, eletos com plano de vencimento de longo prazo e a depreciação com plano de pensão de benefício definido. v) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

|             | 2016      | 2015      |
|-------------|-----------|-----------|
| Tributários | 1.250.254 | 1.104.988 |
| Tributárias | 50.214    | 34.658    |
| Cíveis      | 31.709    | 80.700    |
|             | 1.341.177 | 1.220.346 |

**19 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

ii) Composição dos saldos de mútuos

|                             | 2016   | 2015   |
|-----------------------------|--------|--------|
| Mútuos ativos               |        |        |
| Empresas controladas        |        |        |
| Gerdau S.A.                 | 2.853  | -      |
| Empresas coligadas          |        |        |
| Gerdau Açúcar S.A.          | 1.432  | 6.838  |
| Gerdau Açúcar Especial S.A. | 1.377  | 1.135  |
| Outros                      |        |        |
| Syncação Gerdau             | 67.493 | 64.257 |
| Outros                      |        |        |

|   | 2016    | 2015      |
|---|---------|-----------|
| Prejuízo do exercício   | 540.110 | 2.234.598 |
| Absorção de prejuízo do exercício pelo resgate de Lucros  | -       | -         |
| Investimentos e capital de giro   | 402.105 | 2.238.598 |
| Absorção de prejuízo do exercício pelo resgate legal  | 145.296 | -         |
| O prejuízo do exercício está objeto de proposta de Administração para absorção pelo resgate de Lucros |         |           |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171464490 - 04/05/2017  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE27655E3C1D4EC8D6B27C75665B94B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00  
Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



|                                      |                  |                  |   |        |        |
|--------------------------------------|------------------|------------------|---|--------|--------|
| Gerdau Açúcar S.A.                   | 1.377            | 1.376            | Investimentos e capital de giro                     | 40.248 | 44.962 |
| Gerdau Açúcar Especial S.A.          |                  |                  | Reserva de prejuízo de exercício pelo sistema legal | 16.288 |        |
| Demais                               |                  |                  |   |        |        |
| <b>Ativo Gerdau</b>                  | <b>57.480</b>    | <b>54.317</b>    |   |        |        |
| <b>Outros</b>                        | <b>66.85</b>     | <b>62.561</b>    |   |        |        |
| <b>Móveis passivos</b>               |                  |                  |   |        |        |
| <b>Empresas controladas</b>          |                  |                  |   |        |        |
| Gerdau S.A.                          |                  | 5.340            |   |        |        |
| Mercado Gerdau S.A.                  |                  | 559              |   |        |        |
| <b>Empresas controladas</b>          |                  |                  |   |        |        |
| Gerdau Açúcar Overseas Ltd.          | 2.671.662        | 4.783.678        |   |        |        |
| <b>Empresas coligadas</b>            |                  |                  |   |        |        |
| Isagui Com. Imp. e Exp. Ltda.        | (141)            | (48)             |   |        |        |
|                                      | <b>2.671.521</b> | <b>4.783.630</b> |   |        |        |
| <b>Despesas financeiras líquidas</b> | <b>252.680</b>   | <b>254.230</b>   |   |        |        |

b) **Condições de preço e entrega:** Os contratos de insumos entre as partes relacionadas são realizados por meio de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compra e venda de insumos e produtos são efetuadas em condições e preços acordados entre as partes.

c) **Operações com partes relacionadas:**

| Empresas controladas                                    | 2016      |         | 2015     |         | Empresas coligadas |
|---|-----------|---------|----------|---------|--------------------|
|   | Compras   | Vendas  | Compras  | Vendas  |                    |
| Gerdau S.A.   | 31.220    | 71.261  | -        | (1.376) | 18.678             |
| Delimatus Gerdau S.A.                                   | -         | -       | (28.023) | 51.136  | -                  |
| <b>Empresas coligadas</b>                               |           |         |          |         |                    |
| Dem S.A.  | -         | 60.000  | -        | 13.850  | 11.261             |
| Comercial Gerdau Bolívia                                | -         | 8.881   | -        | 3.360   | 7.946              |
| Gerdau Açúcar S.A.                                      | 1.125.817 | 131.122 | -        | 67.750  | 71.425             |
| Gerdau Açúcar Especial S.A.                             | 39.619    | 103.225 | -        | 0.340   | 0.680              |
| Gerdau Alimentos US Inc.                                | 32.228    | -       | -        | -       | -                  |
| Gerdau Leite S.A.                                       | -         | 3.448   | -        | 369     | -                  |
| Soc. Açúcar S.A.  | -         | 162.225 | -        | 81.658  | 471.922            |
| <b>Empresas relacionadas Del Peru S.A.A. - Solvperi</b> | -         | 254.225 | -        | 41.445  | 28.267             |
| Solera S.A.   | -         | 14.008  | -        | 1.322   | 2.516              |
| Gerdau ADA S.A.   | -         | 8.890   | -        | 141     | 2.770              |
| Industrias Nacionales C. por A.                         | -         | 59.497  | -        | 45.301  | -                  |
| Stalring de Dulcero, C.A.                               | -         | 1312    | -        | -       | -                  |
| Outros  | -         | 317     | -        | 1.452   | (8)                |

d) **Ativos controlados:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açúcar S.A., Gerdau Açúcar Especial S.A. e a controlada Gerdau S.A., possui garantia de subordinação GTL Trade Finance Inc., Gerdau Hedging Inc. e Gerdau Trade Inc., nas atividades de câmbio com vencimento em 10 anos e 30 anos (100/100) (100/100) no montante de R\$ 14,2 bilhões em 31/12/2016 R\$ 18,9 bilhões em 31/12/2015. **Ativos recebíveis:** A Companhia recebe eventuais doações de Gerdau S.A. em contratos de licenciamento, no montante de R\$ 221,3 milhões em 31/12/2016 R\$ 416,6 milhões em 31/12/2015. **Remuneração de Administração:** A Companhia paga a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 10.616 em 31/12/2016 R\$ 26.851 em 31/12/2015.

**17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

a) **Plano de pensão com benefício definido - plano-emprego:** A Companhia participa plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2016, foi aprovada a substituição do plano, sendo aprovado um novo plano de contribuição definido, conforme descrito na letra "b" abaixo, sendo permitido a transferência de montante referente à reserva matemática individual do plano antigo para o novo plano a seguir refer a esta reserva por meio de contribuições futuras do participante e de patrocinadora, além da transferência das rendidas, de lá não transferir a mesma e manter o benefício salda no plano de benefício definido, corrigido somente pelo IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está cobrindo os passivos decorrentes das mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada a seguir:

|   | 2016     | 2015     |
|---|----------|----------|
| Valor presente da obrigação de benefícios definidos         | 24.105   | (19.985) |
| Valor justo das ações de plano                              | 40.905   | 32.281   |
| Saldo líquido   | 16.800   | 12.296   |
| Reserva ao ativo patrimonial devido à limitação de recursos | (15.650) | (15.650) |
| Outro líquido   |          |          |

| Nomeador   | 2016   |            | 2015   |               |
|--|--|------------|--|---------------|
|  | Ordinária Preferencial                       | Total      | Ordinária Preferencial                       | Total         |
|  | Em milhares, exceto ações e dólares por ação |            | Em milhares, exceto ações e dólares por ação |               |
| Prejuízo líquido disponível para concessão de ações e preferências         | 548.510                                      | 60.548.519 | 0.236.794                                    | 1.004.236.589 |
| <b>Desmembrado</b>   |  |            |  |               |
| Nota de contrato de ações de preferência a médio e longo prazo em rescalda | 200.576.728                                  | 18.167     | 200.526.225                                  | 18.262        |
| Prejuízo por ação em R\$ - líquido e diluído                               | 0,74   | 0,74       | 11,15  | 11,17         |

**21 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

|                                  | 2016             | 2015             |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Receita bruta de vendas          | 8.944.858        | 10.420.026       |
| Impostos incidentes sobre vendas | (1.688.222)      | (1.989.621)      |
| Descontos                        | (4.744)          | (2.768)          |
| Receita líquida de vendas        | <b>7.251.892</b> | <b>8.427.637</b> |

**22 - DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por Função, conforme requerido pelo CPC 26, apresentada a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

|   | 2016             | 2015             |
|---|------------------|------------------|
| Depreciação, exatidão e amortização           | 167.067          | 165.419          |
| Salários, encargos sociais e benefícios       | (1.242.897)      | (1.266.530)      |
| Materiais-primas e materiais de uso e consumo | 1.562.323        | 5.191.248        |
| Provisões                                     | 140.864          | 623.107          |
| Perdas por não recuperabilidade de ativos     | -                | (40.333)         |
| Outras despesas operacionais                  | (628.718)        | (675.622)        |
|   | <b>(759.568)</b> | <b>6.138.269</b> |
| <b>Classificados como:</b>                    |                  |                  |
| Custo das produções vendidas                  | 6.722.751        | (1.566.324)      |
| Despesas com vendas                           | (328.947)        | (325.844)        |
| Despesas gerais e administrativas             | 160.148          | (188.525)        |
| Perdas por não recuperabilidade de ativos     | -                | (40.333)         |
| Outras receitas operacionais                  | 9.285            | 6.524            |
| Outras despesas operacionais                  | (45.518)         | (19.621)         |
|   | <b>(759.568)</b> | <b>6.138.269</b> |

**23 - RESULTADO FINANCEIRO**

|  | 2016             | 2015               |
|--|------------------|--------------------|
| Rendimento de aplicações financeiras                 | 68.570           | 171.815            |
| Juros recebidos e outras receitas financeiras        | 64.759           | 62.318             |
| <b>Total Receitas Financeiras</b>                    | <b>133.329</b>   | <b>234.133</b>     |
| Juros sobre dívidas                                  | (82.312)         | (98.789)           |
| Aplicações financeiras e outras despesas financeiras | (289.547)        | (411.267)          |
| <b>Total Despesas Financeiras</b>                    | <b>(471.859)</b> | <b>(417.723)</b>   |
| Variação cambial líquida                             | 628.100          | (1.470.653)        |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                  | <b>(210.990)</b> | <b>(1.745.947)</b> |

**24 - SEGURANÇAS**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, visando em caráter de reserva e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventual perda significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os riscos e ativos relacionados estão segregados de modo a não serem vendidos, alienados, dados de natureza, danos físicos e explosão. A principal cobertura de seguro é a modalidade de Seguro no montante de R\$ 750.000.

*Bernardo F. S. Berwanger*  
 Secretário Geral

23 de

PUBLICAÇÕES A PEDIDO



GERDAU AÇOS LONGOS S.A. | COMISSÃO FISCAL  
016110720.71/0001-07

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Administradoras e Adoradas  
Gerdau Aços Longos S.A.  
Osnirle

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

**Base para opinião**

Nossa opinião foi concluída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está centrada na seguir a seguinte "Responsabilidade do auditor independente das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com as principais éticas relevantes previstas no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Aceitamos que o trabalho de auditoria obtido é suficiente e adequado para fundamentar nossa opinião.

**Escopo**

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, apresentadas em curso de investigação as atividades operacionais envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito da operação "Zédel" bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme solicitação do Conselho de Administração da Gerdau S.A. A referida nota explicativa ressalta que ainda não se possuiu prova a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e das divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse item.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que constarem em "Relatório de Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem "Relatório de Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, se aplicável, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, se outra forma adequada estar disponível de forma relevante de, com base no trabalho realizado, concluir que há distorção relevante no Relatório de Administração, sempre requerido a comunicar isso. Não temos nada a declarar a esse respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as principais contábeis adotadas no Brasil e pelas políticas internas que ela determina, tanto necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pelo julgamento da capacidade de a Companhia continuar operando, quando aplicável, os recursos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossas obrigações são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria com base nesse trabalho. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que o auditor, realizado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, o sigilo, a falsificação, o acesso às representações falsas reconstruídas.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação dos métodos contábeis utilizados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes contábeis e se eventos de natureza contingível com o direito de apresentação adequada.

Comunicamos aos responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance do trabalho de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que constatamos durante nossas atividades.



Procedimentos Casper  
Auditores Independentes  
CRC 25900/0304 1º RJ

Porto Alegre, 17 de março de 2017

Adriano Machado  
Conato CRC 199438/0-7 5º RJ

**DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO**

Nome: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171484460 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765583C1D4EC6D8B27C75865BB4B1C1EEA47P2FE5B74C77480EF54D28D00  
Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente  
Secretário Geral

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Administrações e Ações

Gerda Açá Longo S/A

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerda Açá Longo S/A ("Companhia") que abrangem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício financeiro data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerda Açá Longo S/A em 31 de dezembro de 2016, e desenvolvimento de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício financeiro data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa opinião foi concluída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas responsabilizam, em conformidade com as normas éticas descritas na seção 4 seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" (normas internacionais em vigor) a Companhia, de acordo com as práticas éticas relevantes previstas no Código de Ética Profissional do Conselho e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprir com as demais responsabilidades descritas conforme essas normas. Acordamos que a auditoria de auditoria conduzida e realizada é apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Objeto**

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito de operação "Café" bem como investigação sendo conduzida por autoridades externas conforme deliberação do Conselho de Administração da Gerda Açá Longo S/A. A respeito desta situação discutimos livremente com a administração e os resultados destas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes destas investigações, incluindo a necessidade de restabelecimento de provisão para contingências decorrentes, se houver. Nossa opinião não será modificada em reação a este fato. Outras observações que respeitamos as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento sobre a auditoria ou de outra forma aparenta estar suscitado de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não fomos raras a relação a este respeito.

**Responsabilidades da administração e do governo pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas diretrizes internas que se apresentarem como necessárias para garantir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela seleção de contabilidade da Companhia durante o período divulgado, quando aplicável, os aspectos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo governo da Companhia são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria conforme nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, buscamos obter evidência profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como buscamos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de bulfo ou contatos internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e a estabilidade das estimativas contábeis e respectivos julgamentos feitos pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se essa base é apropriada em relação a eventos ou condições que possam impactar a vida significante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria por essa incerteza decorrente nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão sobre a continuidade operacional não é uma garantia de que a Companhia não sofrerá interrupção de continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as consequências necessárias a os eventos de maneira consistente com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos termos mencionados anteriormente a respeito, entre outras coisas, de alguma deficiência de época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossas atividades.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 12000000-5 1º RJ

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

Adriano Naves  
Contra CRC 190435840-7 1º RJ

**DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO**

**Diretor Presidente**  
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

**Diretores Vice-Presidentes**  
CLAUDIO JOHANNPETER  
GUILHERME CHADAS GERDAU JOHANNPETER  
FRANCISCO DEPPERMANI PORTES  
HARLEY LORENTI SCARDOELLI

**Controlador**  
DENISE ABEU LAYDAN  
CRC RS 06.202-1-54J  
CPF nº 984.526.76-15

OS COLAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA - EPP  
CNPJ nº 22.129.969/0001-84 - NIRE nº 3300275819  
Ata de Reunião de Sócios realizada em 07 de março de 2017, data, horário e local. Até 07 dias do mês de março de 2017, às 10 horas, na Praia de Botafogo, Sítio, Bloco 1, sala 101, Botafogo, no Estado do Rio de Janeiro. Convocação dispensada as localidades de convocação previstas no §2º do art. 1.072 do Código Civil, desde que o ato não implique a alteração da personalidade da entidade.

consequência, CEP 22.775-001. Mesa: Presidente: José Miguel de Oliveira; Secretário: Edna Alves Casaro de Oliveira. Orden de dia: (I) deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade atualmente no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) com o consequente cancelamento de 20.000 (vinte mil) quotas de emissão da Sociedade, dispensando-se as prestações já realizadas, nos termos do art. 1.052, I do Código Civil, e do art. 20 do Estatuto Social da Sociedade.

nominal de quotas. Os sócios deverão integralizar as 20.000 (vinte mil) quotas na proporção de sua participação, no prazo de 90 (noventa) dias após o registro da alteração do contrato social da Sociedade. Por fim, submetido à discussão e matéria do item (II) do orden de dia, decidem os sócios, por unanimidade, alterar o estatuto de sociedade da Sociedade atualmente na Praia de Botafogo, Sítio, Bloco 1, Sala 101, Botafogo, para a Praia Floriano, 55, sala 1005 (parte), Centro, Rio de Janeiro, CEP 20111-900. Essa alteração é o objeto desta Ata de Sócios.

Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticacao: 3CE2765563C104E8BD6B27C75865BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2016. As vendas atingiram 1,3 milhões de toneladas no ano de 2016, volume inferior ao de 2015, principalmente pela redução dos volumes vendidos no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento em relação a 2015 devido às oportunidades no mercado internacional. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 23 bilhões em 2016. A margem bruta lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas ficou em 22% no período. A Companhia apurou um resultado líquido negativo de R\$ 548,5 milhões no ano de 2016, representando R\$ 2,71 por ação. Esse resultado negativo foi decorrente, principalmente, do menor resultado

operacional, influenciado pela perda de equivalência patrimonial. Em função desse prejuízo, a Companhia não destinou dividendos no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 15 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 37,36 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 230,0 milhões no exercício. A dívida bruta da Companhia somava R\$ 1.179,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 16,6% eram de curto prazo e 83,4% de longo prazo. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispendidos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

| ATIVO  |      |                   |                   | PASSIVO  |      |                   |                   |
|--|------|-------------------|-------------------|--|------|-------------------|-------------------|
|  | Nota | 2016              | 2015              |  | Nota | 2016              | 2015              |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                            |      |                   |                   | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                                |      |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 4    | 91.390            | 660.523           | Fornecedores   |      | 561.933           | 553.263           |
| Aplicações financeiras em títulos para negociação  | 4    | 329.440           | 745.990           | Emprestimos e financiamentos                             | 12   | 219.489           | 234.322           |
| Contas a receber de clientes                       | 5    | 603.812           | 826.961           | Impostos e contribuições a receber                       | 14   | 75.510            | 86.481            |
| Estoques   | 6    | 1.083.693         | 1.098.523         | Salários a pagar   |      | 115.844           | 90.681            |
| Creditos tributários                               | 7    | 128.020           | 175.492           | Provisão para passivos ambientais                        | 18   | 3.027             | 3.475             |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar |      | 33.925            | 47.627            | Outros passivos circulantes                              |      | 83.275            | 83.348            |
| Outros ativos circulantes                          |      | 126.273           | 49.944            |  |      | 1.058.058         | 1.081.470         |
|  |      | 1.816.353         | 3.675.482         | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                            |      |                   |                   |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                        |      |                   |                   | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                            |      |                   |                   |
| Creditos tributários                               | 7    | 20.086            | 24.742            | Emprestimos e financiamentos                             | 12   | 958.968           | 750.940           |
| Imposto de renda e contribuição social devidos     | 8    | 1.326.426         | 1.340.656         | Partes relacionadas                                      | 18   | 2.671.903         | 4.368.465         |
| Partes relacionadas                                | 18   | 58.185            | 82.583            | Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis | 15   | 1.520.480         | 1.308.905         |
| Debitos judiciais                                  | 15   | 1.341.233         | 1.225.638         | Provisão para passivos ambientais                        | 18   | 839               | 10.289            |
| Outros ativos não circulantes                      |      | 75.790            | 149.560           | Outros passivos não circulantes                          |      | 27.163            | 40.923            |
| Investimentos                                      | 9    | 4.583.082         | 6.216.959         |  |      | 5.179.283         | 6.463.222         |
| Imobilizado  | 10   | 3.186.935         | 3.245.025         | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                |      |                   |                   |
| Intangível   | 11   | 493.573           | 448.475           | Capital social   |      | 3.554.212         | 2.664.212         |
|  |      | 11.114.298        | 12.911.708        | Reservas de capital                                      |      | 1.395.147         | 1.335.132         |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                              |      | <b>13.730.651</b> | <b>16.587.190</b> | Reservas de lucros                                       |      | 938.226           | 1.468.837         |
|  |      |                   |                   | Ajustes de avaliação patrimonial                         |      | 1.584.705         | 2.526.417         |
|  |      |                   |                   |  |      | 2.482.270         | 5.012.598         |
|  |      |                   |                   | <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>          |      | <b>13.730.651</b> | <b>16.587.190</b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

|                                   | Nota | 2016           | 2015           |
|-----------------------------------|------|----------------|----------------|
| <b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>  |      |                |                |
| Costo das vendas                  | 22   | (8.732.791)    | (7.985.264)    |
| <b>LUCRO BRUTO</b>                |      | <b>518.091</b> | <b>662.965</b> |
| Despesas com vendas               | 23   | (325.942)      | (325.644)      |
| Despesas gerais e administrativas | 22   | (460.148)      | (589.521)      |
| Outros receitas operacionais      | 22   | 9.285          | 3.954          |

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

|  | Nota | 2016      | 2015        |
|--|------|-----------|-------------|
| <b>Fluxo de caixa de atividade operacional</b>                                     |      |           |             |
| Prejuízo do exercício  |      | (548.616) | (2.236.596) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais: |      |           |             |
| Desincorporação, aquisição e amortização   | 22   | 462.067   | 495.419     |
| Resultado de equivalência patrimonial  | 9    | 515.686   | 360.238     |
| Variação cambial líquida   | 23   | 608.190   | 1.470.653   |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2785563C1D4EC8D6927C7566588481C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - (05/05/2017)

Bernardo F. S. Benavente  
Secretário Geral

|  |  | 2016 | 2015       |            |  |
|--|--|------|------------|------------|--|
| <b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>   |  | 21   | 1251.882   | 8.478.299  |  |
| Contas das vendas  |  | 22   | 16.732.751 | 13.985.361 |  |
| <b>LUCRO BRUTO</b>   |  |      | 519.081    | 882.985    |  |
| Despesas com vendas  |  | 22   | 1.025.342  | 1.258.646  |  |
| Despesas gerais e administrativas  |  | 22   | 460.148    | 549.525    |  |
| Outras receitas operacionais   |  | 22   | 9.285      | 1.854      |  |
| Outras despesas operacionais   |  | 22   | 45.313     | 19.807     |  |
| Perdas pela não recuperabilidade de ativos                               |  | 10   |            | 743.330    |  |
| Resultado de equivalência patrimonial                                    |  | 3    | 516.668    | 1.052.236  |  |
| <b>PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS</b> |  |      | 824.310    | 1.151.195  |  |
| Receitas financeiras   |  | 23   | 153.739    | 236.703    |  |
| Custos das financeiras   |  | 23   | 471.859    | 470.071    |  |
| Variação cambial, líquida  |  | 23   | 858.120    | 1.470.693  |  |
| <b>PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS</b>                                       |  |      | 534.330    | 1.361.163  |  |
| Imposto de renda e contribuição social                                   |  |      |            |            |  |
| Corrente   |  | 8    |            | 62.162     |  |
| Diferido   |  | 8    | 14.168     | 891.247    |  |
| <b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>   |  |      | 548.618    | 2.238.598  |  |
| Prejuízo por ajuste em R\$ - básico e diluído                            |  | 20   | 0,34       | 18,15      |  |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

|   | 2016             | 2015           |
|---|------------------|----------------|
| Prejuízo apurado na demonstração dos resultados   | (548.618)        | (2.238.598)    |
| <b>Valores potencialmente reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro</b>     |                  |                |
| Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)                                     | 1.682.228        | 1.624.867      |
| Cartões não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda                             |                  | (7)            |
| <b>Valores potencialmente não reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro</b> |                  |                |
| Renúncias com planos beneficiários empregados (*)   | (11.203)         | 2.149          |
| Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos   | 1.992.431        | 1.901.959      |
| <b>Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos</b>                               | <b>1.142.947</b> | <b>654.789</b> |

(\*) Concessões e outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligadas.  
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

|   |    |             |
|---|----|-------------|
| Plano de caixa de atividades operacional  |    |             |
| Prejuízo do exercício   |    | (548.618)   |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais |    | (2.238.598) |
| Depreciação, exaustão e amortização   | 21 | 467.067     |
| Resultado de equivalência patrimonial   | 9  | 576.885     |
| Variação cambial, líquida   | 23 | 608.100     |
| Perdas pela não recuperabilidade de ativos  | 10 | 743.330     |
| Benefícios pós-emprego  |    | 9.531       |
| Imposto de renda e contribuição social  | 8  | 14.286      |
| Variação do saldo em alienação de ativos  |    | 11.588      |
| Provisão para risco de crédito  | 5  | 77.899      |
| Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis                          | 15 | 219.875     |
| Receita de juros de aplicações financeiras  |    | 68.120      |
| Despesa de juros sobre dívidas financeiras  | 23 | 82.312      |
| Juros sobre multas com empresas ligadas   | 16 | 252.062     |
| Prejuízo por ajuste ao valor líquido residual de estoque                          | 6  | (10.091)    |
|   |    | 485.340     |

|  |    |             |
|--|----|-------------|
| <b>Variação de ativos e passivos</b>                         |    |             |
| Aumento Redução de contas a receber                          |    | (30.638)    |
| Redução de estoques  |    | 25.053      |
| Redução/Aumento de contas a pagar                            |    | (26.800)    |
| Outras contas de atividades operacionais                     |    | 85.000      |
| Recebimento de dividendos                                    | 9  | 112.205     |
| Aplicações financeiras de títulos para negociação            |    | (2.220.934) |
| Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação |    | 2.813.567   |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais                   |    | 907.886     |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos           |    | (87.933)    |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social          |    | (12.758)    |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais           |    | 819.547     |
| <b>Risco de caixa das atividades de investimento</b>         |    |             |
| Adições de mobilização                                       | 10 | (622.251)   |
| Resolvidos pela venda de mobilização                         |    | 2.243       |
| Adição de outros ativos intangíveis                          | 11 | (33.488)    |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento        |    | (283.496)   |
| <b>Risco de caixa das atividades de financiamentos</b>       |    |             |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio                   |    | (71.513)    |
| Empréstimos e financiamentos obtidos                         |    | 320.131     |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos                   |    | (154.739)   |
| Financiamentos com empresas ligadas, líquido                 |    | (1.300.379) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos      |    | (1.124.679) |
| Redução/Aumento do caixa e equivalentes de caixa             |    | (585.131)   |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         |    | 662.523     |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício          |    | 91.392      |


As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Reserva de lucros |                    |         |                    |                                 |                                  | Total do Patrimônio Líquido |
|---|-------------------|--------------------|---------|--------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|
|   | Capital social    | Reserva de capital | Local   | Incentivos fiscais | Investimentos e capital de giro | Ajustes de avaliação patrimonial |                             |
| <b>Saldo em 01/01/2015</b>                                      | 3.694.212         | 1.272.979          | 475.716 | 807.635            | 2.727.762                       | 3.811.710                        | 9.596.616                   |
| Prejuízo do exercício   | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | (662.212)                        | (2.238.598)                 |
| Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício         | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | 1.682.228                        | 1.682.228                   |
| Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício      | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | 1.682.228                        | (548.618)                   |
| Adições de reservas   | -                 | 67.153             | -       | -                  | -                               | -                                | 67.153                      |
| Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | 4.378                            | 4.378                       |
| Efeito com plano de incentivos a longo prazo                    | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | (6.089)                          | (6.089)                     |
| Destinações propostas à Assembleia Geral                        | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | -                                | -                           |
| Absorção de prejuízos do exercício                              | -                 | -                  | -       | -                  | (2.238.598)                     | (2.238.598)                      | (2.238.598)                 |
| Juros sobre capital próprio                                     | -                 | -                  | -       | -                  | 87.878                          | (87.878)                         | (87.878)                    |
| <b>Saldo em 31/12/2015 (Nota 19)</b>                            | 3.694.212         | 1.339.132          | 475.716 | 807.635            | 402.486                         | 1.489.827                        | 9.011.586                   |
| Prejuízo do exercício   | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | (662.431)                        | (548.618)                   |
| Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício         | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | 1.992.431                        | 1.992.431                   |
| Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício      | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | 1.992.431                        | (548.618)                   |
| Adições de reservas   | -                 | 6                  | -       | -                  | (18)                            | (18)                             | 6                           |
| Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | 2.240                            | 2.240                       |
| Efeito com plano de incentivos a longo prazo                    | -                 | -                  | -       | -                  | -                               | -                                | -                           |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE276563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA47F2FE5B74C77460EF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

  
 Bernardo F. S. Bierwanger  
 Secretário Geral



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Capital social | Reserva de lucro   |           |                    |                                 | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|----------------|--------------------|-----------|--------------------|---------------------------------|----------------------------------|-------------------|-----------------------------|
|   |                | Reserva de capital | Legal     | Incentivos fiscais | Investimentos e capital de giro |                                  |                   |                             |
| <b>Saldos em 01/01/2015</b>                                     | 3.654.212      | 1.271.976          | 475.716   | 607.825            | 2.727.752                       | 3.911.713                        | 856.212           | 9.509.618                   |
| Prejuízo do exercício   | -              | -                  | -         | -                  | -                               | -                                | (2.236.598)       | (2.236.598)                 |
| Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício         | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 1.681.809                        | -                 | 1.681.809                   |
| Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício      | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 1.681.809                        | (2.236.598)       | (554.789)                   |
| Ações de reserva  | -              | 57.152             | -         | -                  | -                               | -                                | -                 | 57.152                      |
| Elementos de alocação de participação em controlada e coligadas | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 4.376                            | -                 | 4.376                       |
| Debitos com plano de incentivos a longo prazo                   | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 6.983                            | -                 | 6.983                       |
| Destinações propostas à Assembleia Geral                        | -              | -                  | -         | -                  | -                               | -                                | -                 | -                           |
| Alocação de prejuízo do exercício                               | -              | -                  | -         | -                  | (2.236.598)                     | (2.236.598)                      | 2.236.598         | -                           |
| Juros sobre capital próprio                                     | -              | -                  | -         | -                  | 875.718                         | (875.718)                        | -                 | 875.718                     |
| <b>Saldos em 31/12/2015 (Nota 18)</b>                           | 3.654.212      | 1.329.128          | 475.716   | 607.825            | 402.480                         | 3.480.807                        | 2.526.417         | 9.912.569                   |
| Prejuízo do exercício   | -              | -                  | -         | -                  | -                               | -                                | (548.516)         | (548.516)                   |
| Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício         | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 993.431                          | -                 | 993.431                     |
| Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício      | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 993.431                          | (548.516)         | (1.542.347)                 |
| Ações de reserva  | -              | 15                 | -         | -                  | (15)                            | -                                | -                 | -                           |
| Elementos de alocação de participação em controlada e coligadas | -              | -                  | -         | -                  | -                               | 2.240                            | -                 | 2.240                       |
| Debitos com plano de incentivos a longo prazo                   | -              | -                  | -         | 143                | (143)                           | 19.479                           | -                 | 19.479                      |
| Destinações propostas à Assembleia Geral                        | -              | -                  | -         | -                  | -                               | -                                | -                 | -                           |
| Alocação de prejuízo do exercício                               | -              | -                  | (145.288) | -                  | (402.239)                       | (548.616)                        | 548.616           | -                           |
| <b>Saldos em 31/12/2016 (Nota 19)</b>                           | 3.654.212      | 1.326.147          | 330.428   | 607.779            | -                               | 938.208                          | 1.564.705         | 7.492.270                   |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

Gerdau Acos Longos S.A. a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital: A Gerdau Acos Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de acas longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de acas especiais do mundo. No Brasil, também produz acas planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a complexidade das operações. Além disso, é a maior produtora da América Latina e, no mundo, transformadora, anualmente, milhões de toneladas de suco de aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nos bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Miami. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Acos Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/01/2017.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Demonstrações Financeiras** - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras. A respeito delas, as quais estão conformes com as práticas adotadas pela Administração na sua gestão. A apresentação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.16. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos incrementos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2016. **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas** - conforme permitido pelo parágrafo 4(a) do CPC 36(RC) - Demonstrações Consolidadas, a Sociedade não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo em vista que sua controladora final Gerdau S.A., em conjunto com os demais proprietários concordaram com a não apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas; a Sociedade não possui instrumentos de dívidas ou patrimônio negociados em mercado aberto, a Sociedade não registrou ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e sua controladora final, como mencionada, disponibiliza ao público suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico

primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$), sendo: i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e iii) todas as diferenças resultantes da conversão de taxa de câmbio são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abangentes. **3.2 - Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 13. **a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. **b) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem: "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão de balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos, quando aplicável. A Companhia não possui moanetes de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados. **d) Aplicações financeiras:** Estão classificadas como títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, contendo monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as renegociações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **e) Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão situadas com base na taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações relevantes à obtenção de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco

  
Romário F. S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75865B54B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017



**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.** COMPANHIA SÓCIA DE CAPITAL ABERTO

**créditos**

de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito de contas a receber a vender é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. **ii) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro de investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionem com as ineficiências sobre os ativos na carteira. **3.3 - Estoque:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal das negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 3.4 - Imobilizado. A Companhia utiliza o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empreitadas e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo iniciada a capitalização dos custos de empreitadas quando o item de imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empreitadas são capitalizados considerando a taxa média ponderada das empreitadas vigentes da data de capitalização ou a taxa específica, no caso de empreitadas para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empreitadas capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empreitadas capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item de imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear baseado no nível de utilização de certos ativos, a taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos bens no final de sua vida útil. O valor residual no final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes bens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual não substituído é baixado. Custos de reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando ocorrem. O valor residual dos bens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução de valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e software. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico. O valor residual dos bens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.8). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em um método que considere o futuro benefício econômico esperado formado ao longo do tempo por essas novas fornecedores adquiridas. A Companhia reiza o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituída:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até a fim de sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de água enriquecida ou combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida sem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ativo, a reversão de perdas anteriormente e anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentava na data de reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada conforme demonstrado na nota 10. A Companhia não aceita que existam indicadores de uma alteração material nas estimativas e métodos usados no cálculo de perdas por redução de valor recuperável dos ativos.

Amortização da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

|  |         |
|--|---------|
| Saldo em 01/01/2015                          | 39.961  |
| Créditos provisionados no exercício          | 96.936  |
| Créditos recuperados no exercício            | 13.173  |
| Créditos baixados definitivamente da posição | 47.922  |
| Saldo em 31/12/2015                          | 75.802  |
| Créditos provisionados no exercício          | 108.839 |
| Créditos recuperados no exercício            | 29.129  |
| Créditos baixados definitivamente da posição | 47.954  |
| Saldo em 31/12/2016                          | 106.598 |

**6 - ESTOQUES**

|  | 2016      | 2015      |
|--|-----------|-----------|
| Produtos prontos                                 | 585.529   | 603.339   |
| Produtos em elaboração                           | 143.545   | 120.883   |
| Matérias-primas                                  | 234.972   | 232.827   |
| Matérias de aproveitamento                       | 72.781    | 86.149    |
| Adiantamento a fornecedores                      | 54.051    | 48.284    |
| Importações em andamento                         | 1.374     | 2.905     |
| Provisão para ajuste ao valor líquido realizável | 4.559     | 14.650    |
|  | 1.092.612 | 1.098.937 |

O saldo da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cujo provisão e reversão tem como contra partida o custo das vendas, está demonstrado abaixo:

|  |        |
|--|--------|
| Saldo em 01/01/2015                              | 15.128 |
| Provisão para ajuste ao valor líquido realizável | 6.542  |
| Reversão de ajuste ao valor líquido realizável   | 7.000  |
| Saldo em 31/12/2015                              | 14.670 |
| Provisão para ajuste ao valor líquido realizável | 17.821 |
| Reversão de ajuste ao valor líquido realizável   | 20.912 |
| Saldo em 31/12/2016                              | 4.559  |

**7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

|   | 2016    | 2015    |
|---|---------|---------|
| <b>Circulante</b>   |         |         |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços          | 70.362  | 95.564  |
| Imposto sobre Produtos Industrializados                     | 37.002  | 27.196  |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social      | 14.189  | 33.885  |
| Programa de Integração Social e outros                      | 7.345   | 16.067  |
|   | 128.898 | 172.712 |
| <b>Não circulante</b>                                       |         |         |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros | 20.096  | 14.742  |
|   | 148.994 | 187.454 |

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2028.

**8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As ilustrações estão em conformidade com o artigo 1.000 da Lei nº 6.402/76.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D8B27C75685BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00  
 Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral

Debitado pelo maior valor entre: do seu valor justo menos custos de venda ou do valor de venda líquido, sendo que o valor de venda líquido é mantido com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivado pelo custo de um ativo até o fim de sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de valor contábil, sendo de fato o gradiente de combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida sem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em exercício. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceção com relação à redução no valor do ativo: a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão ocorre circunstancialmente e está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentava na data de reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 10. A Companhia não acredita que existam indicadores de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa. Portanto, os seus resultados não foram corrigidos com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perder ou ganhar por mudança.

**3.7 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos depois em decorrência de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos adquiridos. Adicionalmente, as participações sobre os investimentos são ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

**3.8 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais:** a) **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais. b) **Emprestimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. c) **Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

**3.9 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são demonstrados considerando as alíquotas de lei vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Alíquotas de imposto de renda e contribuição social diferido são revisadas a cada data de encerramento de exercício e sendo reduzidas na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes.

**3.10 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e sobras, benefícios supérfluos com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remunerações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

**3.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou razoáveis, apropriados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e obrigações monetários nominais passivos.

**3.12 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútua são avaliados pelos encargos contratuais mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compra e vendas de insumos e produtos são avaliadas em condições e prazo pactuados entre as partes, como descrito na nota 10.

**3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** É reconhecido como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

**3.14 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são lançadas, e os descontos sobre vendas quando contrariados. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não possui mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação possam ser mensurados de maneira confiável, e provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

**3.15 - Investimentos em preservação de danos ao meio ambiente e provisões para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizados conforme o caso. Os que são reconhecidos a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para estimativa de natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração e ser estabelecido pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentações governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente de 1 a montante agregado da contigência e o montante e prazo dos desembolsos de caixa foram fixos ou puderam ser determinados de uma maneira confiável.

**3.16 - Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras variações. Para efetuar essas estimativas,

**Ativo não circulante**

|   |         |         |
|---|---------|---------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros | 20.085  | 24.742  |
|   | 148.043 | 200.225 |

A expectativa de realização dos créditos tributários de ativo não circulante é até o ano de 2020.

**4 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Os impostos sobre o renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. a) **Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

|   | 2016      | 2015      |
|---|-----------|-----------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social             | 634.330   | 2.861.192 |
| Alíquotas nominais  | 34%       | 34%       |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais | 181.671   | 972.825   |
| Ajustes dos impostos diferidos:   |           |           |
| - equivalência patrimonial  | (175.673) | (118.081) |
| - juros sobre o capital próprio   | -         | 29.811    |
| - resultado não operacional   | -         | (13.909)  |
| - não constituição de ativos fiscais diferidos                          | -         | (186.282) |
| - diferenças permanentes, líquidas                                      | (20.285)  | 143.770   |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado                     | (14.286)  | 624.954   |
| Corrente  | -         | 67.153    |
| Diferido  | (14.286)  | 692.107   |

**b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, contabilizados às alíquotas nominais:**

|  | Saldo em 31/12/2015 | Reconhecido no resultado | Saldo em 31/12/2016 |
|--|---------------------|--------------------------|---------------------|
| Prejuízo fiscal  | 82.895              | 326.551                  | 291.456             |
| Base negativa de contribuição social                     | 370.616             | 75.159                   | 445.775             |
| Variação cambial diferida                                | 713.616             | (378.158)                | 335.458             |
| Provisão para perdas                                     | 9.917               | (19.326)                 | 62.478              |
| Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis | 442.257             | 74.158                   | 516.415             |
| Outras diferenças temporárias                            | (18.938)            | 34.630                   | 7772                |
|  | 1.340.655           | (14.286)                 | 1.326.409           |
| Ativo não circulante                                     | 1.340.655           | -                        | 1.326.409           |

|  | Saldo em 31/12/2015 | Reconhecido no resultado | Saldo em 31/12/2016 |
|--|---------------------|--------------------------|---------------------|
| Prejuízo fiscal  | -                   | 82.895                   | 82.895              |
| Base negativa de contribuição social                     | -                   | 370.616                  | 370.616             |
| Variação cambial diferida                                | 291.660             | 421.966                  | 713.616             |
| Provisão para perdas                                     | 22.027              | 58.790                   | 81.817              |
| Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis | 369.129             | 77.178                   | 446.307             |
| Outras diferenças temporárias                            | (20.285)            | 3.916                    | (16.369)            |
|  | 652.348             | 664.745                  | 1.317.093           |
| Ativo não circulante                                     | 652.348             | -                        | 1.317.093           |

**c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:**

|                | Ativo     |           |
|----------------|-----------|-----------|
|                | 2016      | 2015      |
| 2016           | -         | 66.145    |
| 2017           | 261.320   | 241.418   |
| 2018           | 130.508   | 230.495   |
| 2019           | 158.047   | 252.603   |
| 2020           | 228.612   | 237.599   |
| 2021           | 169.639   | 131.941   |
| 2022 em diante | 380.240   | 170.094   |
|                | 1.328.408 | 1.340.655 |

**d) Ativos fiscais não contabilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base regradin da contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 64.346 (R\$ 65.444 em 31/12/2015), os quais não têm uma data final para expirar.

**5 - INVESTIMENTOS**

| Gerdau Internacional | Gerdau |
|----------------------|--------|
|----------------------|--------|

Jurta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: D02017148449D - 04/05/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75985BB461C1EEA7F2FE5B74C7748DEF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

  
 Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral

entendimento do exercício social, na ocorrência de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório decorrente acima. 3.14 - Reconhecimento da receita de vendas: A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concluídos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não tem nem controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos em respeito à transação possuem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão realizados pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. 3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais: Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou recuperação conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atingir os futuros resultados gerados ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras entidades relevantes para eliminação de recursos e incêndio de restauração que pode ser requerido. O custo final e dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais ou de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante estimado de obrigação é o montante e prazo dos desembolsos de caixa foram fixos ou podem ser determinados de uma maneira confiável. 3.16 - Use de estimativas: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou similares, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos trabalhistas, trabalhistas e previdenciários (nota 15) e provisões referentes à seleção de taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da taxa de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 17). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. 3.17 - Notas pronunciamentos: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas emitidas durante 2016. Em observância ao compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, a esperança que estes pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

**4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

|  | 2016           | 2015           |
|--|----------------|----------------|
| Caixa                                    | 315            | 5.951          |
| Bancos e aplicações de liquidez imediata | 91.077         | 894.572        |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa</b>     | <b>91.392</b>  | <b>900.523</b> |
| Títulos para negociação                  |                |                |
| Aplicações em renda fixa                 | 388.304        | 302.890        |
| Aplicações em debêntures                 | 51.136         | 292.140        |
| <b>Aplicações financeiras</b>            | <b>439.440</b> | <b>595.030</b> |

As aplicações financeiras em títulos para negociação incluem cotas do Fundo Participação composto por Certificado de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, cotas de outros fundos de investimentos, averiguação de depósitos da Gerdau S.A., os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. As operações são denominadas em reais, com juros variáveis a um percentual da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa nominal média anual de juros foi de 14,02% e 13,24%, para o exercício findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, respectivamente.

**5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

|   | 2016           | 2015           |
|---|----------------|----------------|
| Contas a receber de clientes  | 839.751        | 913.128        |
| (1) Provisão para risco de crédito                                      | (106.135)      | (76.134)       |
|   | <b>733.616</b> | <b>836.994</b> |
| A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguir: |                |                |
|   | 2016           | 2015           |
| Valores a vencer  | 774.557        | 818.475        |
| Vencidas:   |                |                |
| Até 30 dias   | 33.473         | 100.365        |
| Entre 31 e 60 dias  | 33.814         | 26.904         |
| Entre 61 e 90 dias  | 13.130         | 16.134         |
| Entre 91 e 180 dias   | 21.953         | 73.228         |
| Entre 181 e 360 dias  | 41.544         | 46.809         |
| Acima de 360 dias   | 31.276         | 29.510         |
| (1) Provisão para risco de crédito                                      | (106.135)      | (76.134)       |
|   | <b>833.616</b> | <b>836.992</b> |

Ativo não circulante

|   | 2016             | 2015             |
|---|------------------|------------------|
| c) Estimativas de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social |                  |                  |
| 2016  |                  | 88.146           |
| 2017  | 241.303          | 241.418          |
| 2018  | 130.538          | 230.495          |
| 2019  | 156.947          | 253.603          |
| 2020  | 238.812          | 237.599          |
| 2021  | 169.690          | 126.941          |
| 2022 em diante  | 280.240          | 176.854          |
|   | <b>1.326.405</b> | <b>1.341.605</b> |

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 64.346/R\$ 65.444 em 31/12/2015, os quais não têm uma data final para expirar.

**9 - INVESTIMENTOS**

|                                       | Gerdau Internacional Empreend. Ltd. - Grupo Gerdau | Gerdau Açominas Oversea Ltd. | Chopin Energia S.A. | Total      |
|---------------------------------------|--|------------------------------|---------------------|------------|
| Saldo em 01/01/2015                   | 4.941.436  | (2.245)                      | 11.073              | 4.950.264  |
| Resultado da equivalência patrimonial | (355.696)  | 5.811                        | (180)               | (350.065)  |
| Ajustes de avaliação patrimonial      | 1.686.185  | -                            | -                   | 1.686.185  |
| Aumento de capital social**           | 102.000  | -                            | 1.000               | 103.000    |
| Dividendos                            | (72.295)   | -                            | -                   | (72.295)   |
| Saldo em 31/12/2015                   | 6.301.630  | 3.566                        | 11.893              | 6.317.089  |
| Resultado da equivalência patrimonial | (612.177)  | 5.222                        | (231)               | (607.186)  |
| Ajustes de avaliação patrimonial      | 681.191  | -                            | -                   | 681.191    |
| Aumento de capital social**           | -  | -                            | 248                 | 248        |
| Dividendos                            | (112.265)  | -                            | -                   | (112.265)  |
| Saldo em 31/12/2016                   | 4.675.897  | 8.287                        | 11.898              | 4.696.082  |
| Capital total                         | 11.084.139   | 176.349                      | 25.070              | 11.285.558 |
| Patrimônio líquido ajustado           | 22.340.645   | 9.267                        | 23.819              | 22.373.731 |
| Participação no capital total (%)     | 20,92%   | 100%                         | 50%                 |            |

As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltd. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

|                                  | 2016             | 2015             |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Prejuízo do exercício            | (2.484.977)      | (1.693.144)      |
| Outros resultados abrangentes    | 4.746.451        | 6.079.921        |
| Total dos resultados abrangentes | <b>2.261.474</b> | <b>4.386.777</b> |

**10 - IMOBILIZADO**

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

|  | Terrenos, prédios e equipamentos construídos e instalações | Máquinas e equipamentos eletrônicos | Imobilizações de longo prazo | Outros    | Total     |
|--|--|-------------------------------------|------------------------------|-----------|-----------|
| Saldo em 01/01/2015                          | 1.967.405  | 4.529.017                           | 230.421                      | 746.719   | 8.312.824 |
| Adições                                      | 571  | 51.760                              | 1.825                        | 134.020   | 362.982   |
| Juros capitalizados                          | -  | -                                   | -                            | 17.803    | 17.803    |
| Transferências                               | 26.619   | 195.590                             | 5.329                        | (302.945) | 2.493     |
| Baixas                                       | (44.343)   | (12.657)                            | (4.136)                      | -         | (61.136)  |
| Perdas pelo não recuperabilidade de ativos** | (32.799)   | (186.805)                           | -                            | (543.729) | (763.333) |
| Saldo em 31/12/2015                          | 1.920.864  | 4.582.903                           | 233.439                      | 251.871   | 7.989.077 |
| Adições                                      | 21.184   | 43.130                              | 414                          | 91.577    | 166.305   |
| Juros capitalizados                          | -  | -                                   | -                            | 1.654     | 1.654     |
| Transferências                               | 51.064   | 223.799                             | 9.860                        | (383.329) | 2.794     |
| Baixas                                       | (1.100)  | (28.498)                            | (4.261)                      | -         | (33.859)  |
| Saldo em 31/12/2016                          | 1.969.012  | 4.820.334                           | 239.272                      | 570.523   | 8.029.141 |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE2765683C1D4EC8D6827C75665BB4B1C1EEA472FE5B74C7746DEF54D26D00  
 Arquivamento: 00003036081 - 05/05/2017

  
 Bernardo F. S. Benavente  
 Secretário Geral





| Item                       | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor |
|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. Receita operacional     | 1000  | 1000  | 1000  | 1000  | 1000  |
| 2. Despesa operacional     | (500) | (500) | (500) | (500) | (500) |
| 3. Resultado operacional   | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   |
| 4. Despesa financeira      | (200) | (200) | (200) | (200) | (200) |
| 5. Resultado líquido       | 300   | 300   | 300   | 300   | 300   |
| 6. Imposto de renda        | (100) | (100) | (100) | (100) | (100) |
| 7. Resultado após impostos | 200   | 200   | 200   | 200   | 200   |
| 8. Dividendos              | (100) | (100) | (100) | (100) | (100) |
| 9. Lucro líquido           | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   |

**ANTECIPAÇÃO**

**AMPLA COBERTURA**

**EXCLUSIVIDADE**

**FERRAMENTAS**

**CONTEÚDO ANALÍTICO**

## VALOR PRO

### ANTECIPA AS NOTÍCIAS QUE MOVEM O MERCADO

NOTÍCIAS, COTAÇÕES E GRÁFICOS A QUALQUER HORA E EM QUALQUER LUGAR.

- Informações que impactam os mercados e antecipam as decisões a partir de uma rede confiável de fontes.
- Equipe de repórteres acompanha de perto os bastidores das decisões governamentais e empresariais e disponibiliza notícias e entrevistas exclusivas.
- Casa das Caldeiras traz bastidores, análises, política monetária e antecipação de notícias.
- Coluna Bom dia Mercado oferece conteúdo indispensável para entender o cenário e avaliar as perspectivas do dia.

**Quem sabe antes decide melhor**

[WWW.VALORPRO.COM.BR](http://WWW.VALORPRO.COM.BR)

0800 003 1232

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275619  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
**CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.**  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D827C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036651 - 05/05/2017

*Gerardo F. S. Benavente*  
 Secretário Geral


**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**

 Companhia S/A  
 CNPJ nº 07.282.911/0001-41

**Depreciação e exaustão**

| Depreciação e exaustão acumulada | Terrenos, prédios e equipamentos de construção e instalações |             | Máquinas e equipamentos eletrônicos de dados | Inovabilizações em andamento | Outros    | Total     |
|----------------------------------|--|-------------|--|------------------------------|-----------|-----------|
|                                  | Saldo em 01/01/2015  | (67.595)    | (5.120.375)                                  | (2.140.035)                  | -         | (9.1528)  |
| Depreciação e exaustão           | (52.995)   | (295.179)   | (19.089)                                     | -                            | (85.218)  | (449.479) |
| Transferências                   | (9.616)  | 5.233       | 234  | -                            | (4.083)   | -         |
| Revers                           | 39.730   | (2.857)     | 2.147  | -                            | 23.710    | 77.704    |
| Saldo em 31/12/2015              | (180.476)  | (5.393.674) | (22.120)                                     | -                            | (146.951) | 4.570.145 |
| Depreciação e exaustão           | (49.191)   | (2.740,8)   | (6.965)                                      | -                            | (87.155)  | (567.219) |
| Transferências                   | (1.623)  | 2.895       | 7  | -                            | (57)      | -         |
| Revers                           | 913  | (2.796)     | 14.347                                       | -                            | 31.039    | 34.985    |
| Saldo em 31/12/2016              | (182.183)  | (5.583.331) | (7.14,42)                                    | -                            | (254.134) | 4.533.383 |
| <b>Imobilizado líquido</b>       |  |             |  |                              |           |           |
| Saldo em 31/12/2015              | 1.179.539  | 1.114.299   | 11.715                                       | 151.671                      | 227.771   | 3.345.085 |
| Saldo em 31/12/2016              | 1.161.694  | 1.235.590   | 11.817                                       | 57.953                       | 719.421   | 3.186.505 |

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2015 é de 6,6%, 6,4% em 2016.

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de depreciação e exaustão:

|                                      | Vida útil dos ativos imobilizados |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Prédio, construções e benfeitorias   | 10 e 20 anos                      |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 10 anos                           |
| Móveis e utensílios                  | 10 anos                           |
| Veículos                             | 5 anos                            |
| Equipamentos eletrônicos de dados    | 2,5 a 5 anos                      |

**ii) Valores oferecidos em garantia** - a Companhia oferece bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 22,3 milhões em 31/12/2016 (R\$ 18,5 milhões em 31/12/2015). **iii) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado** - a Companhia não identificou evidências no exterior sendo pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício (R\$ 73,236 em 31/12/2015). A Companhia mantém ao longo do primeiro exercício da contabilidade monitoramento do mercado estrangeiro em busca de identificar uma eventual deterioração, que é significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

**11 - INTANGÍVEL**

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao rescalvamento de software.

|                          | Relacionamento com fornecedores |          | Desenvolvimento de software | Total     |
|--------------------------|---------------------------------|----------|-----------------------------|-----------|
|                          | Saldo em 01/01/2015             | 56.054   | 992.301                     | 448.955   |
| Aquisição                | -                               | 58.703   | 58.703                      | 58.703    |
| Amortização              | (9.033)                         | (61.860) | (70.893)                    | (141.786) |
| Saldo em 31/12/2015      | 47.021                          | 989.144  | 436.765                     | 1.472.930 |
| Aquisição                | -                               | 33.495   | 33.495                      | 33.495    |
| Amortização              | (7945)                          | (71.493) | (79.438)                    | (152.476) |
| Saldo em 31/12/2016      | 39.076                          | 950.146  | 480.822                     | 1.370.044 |
| Vida útil média estimada | 5 a 20 anos                     | 7 anos   | -                           | -         |

**12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|                          | 2015     | 2016    |
|--------------------------|----------|---------|
| Resil (R\$)              | 175.7919 | 937.992 |
| Côdi Note-América USD    | 20.565   | 45.190  |
| Total dos financiamentos | 175.7919 | 983.182 |
| Circulantes              | 175.7919 | 983.182 |

monte, em 31/12/2016, R\$ 6.672 (R\$ 8.598 em 31/12/2015) e impactaria a linha de Despesas Financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 12, e são principalmente compostas por Libor. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados na produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de commodities. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totalizaria R\$ 116,171 em 31/12/2016 (R\$ 132,314 em 31/12/2015) e matérias-primas e demais insumos montaria R\$ 72,678 em 31/12/2016 (R\$ 81,079 em 31/12/2015). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam reportados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados.

**ii) Instrumentos financeiros por categoria**

| Ativos                        | Empréstimos e recebíveis | Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado |                 | Total Passivos                  | Outros passivos financeiros ao custo amortizado |
|-------------------------------|--------------------------|--|-----------------|---------------------------------|---|
|                               |                          | Empréstimos e recebíveis   | Outros passivos |                                 |   |
| Caixa e equivalentes de caixa | 97.393                   | -  | 97.393          | Fornecedores                    | 561.503   |
| Aplicações financeiras        | -                        | 339.440  | 339.440         | Empréstimos e financiamentos    | 1.179.487                                       |
| Contas a receber de clientes  | 833.612                  | -  | 833.612         | Partes relacionadas             | 2.671.903                                       |
| Partes relacionadas           | 66.185                   | -  | 66.185          | Outros passivos                 | 83.205  |
| Depósitos judiciais           | 134.123                  | -  | 134.123         | Outros passivos não circulantes | 27.163  |
| Outros ativos circulantes     | 105.273                  | -  | 105.273         |                                 |   |
| Outros ativos não circulantes | 75.789                   | -  | 75.789          |                                 |   |
|                               | 2.573.461                | 339.440  | 2.912.901       |                                 | 4.527.561                                       |

| Ativos                        | Empréstimos e recebíveis | Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado |                 | Total Passivos                  | Outros passivos financeiros ao custo amortizado |
|-------------------------------|--------------------------|--|-----------------|---------------------------------|---|
|                               |                          | Empréstimos e recebíveis   | Outros passivos |                                 |   |
| Caixa e equivalentes de caixa | 460.523                  | -  | 460.523         | Fornecedores                    | 950.283   |
| Aplicações financeiras        | -                        | 745.990  | 745.990         | Empréstimos e financiamentos    | 985.162   |
| Contas a receber de clientes  | 826.961                  | -  | 826.961         | Partes relacionadas             | 4.380.456                                       |
| Partes relacionadas           | 62.567                   | -  | 62.567          | Outros passivos                 | 83.248  |
| Depósitos judiciais           | 1.228.638                | -  | 1.228.638       | Outros passivos não circulantes | 48.900  |
| Outros ativos circulantes     | 49.944                   | -  | 49.944          |                                 |   |
| Outros ativos não circulantes | 149.590                  | -  | 149.590         |                                 |   |
|                               | 2.988.244                | 745.990  | 3.734.234       |                                 | 6.023.061                                       |

**ii) Mensuração ao valor justo:** O CPC 36 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando de mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA472FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

  
 Bernardo F. S. Derwanger  
 Secretário Geral



|                         |             |         |
|-------------------------|-------------|---------|
| Saldo em 31/12/2016     | 21.489      | 29.326  |
| Vida (2) média estimada | 39.729      | 430.570 |
|                         | 3 a 20 anos | 7 anos  |

**12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|                                   |           |         |
|-----------------------------------|-----------|---------|
| Real (R\$)                        | 2016      | 2015    |
| Dólar Norte-Americano (USD)       | 1.529.116 | 829.362 |
| Total dos financiamentos          | 10.596    | 45.181  |
| Capitalista                       | 1.718.487 | 895.115 |
| Não circulante                    | 215.489   | 234.322 |
| Vida: 20 anos dos financiamentos  | 89.998    | 750.840 |
| Vida dos juros dos financiamentos | 115.760   | 942.814 |
| Total dos financiamentos          | 16.727    | 92.348  |
|                                   | 1.718.487 | 895.115 |

A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2016 é de 9,04% (8,22% em 31/12/2015). Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são corrigidos pelo taxa fixa divulgada conforme os seguintes indicadores: DLP (Taxa de Juro de Longo Prazo), CDI (Certificado de Depósito Interbancário), ICPM (Índice Geral de Preço-Varejo), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O cronograma de pagamento de parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

|                |         |         |
|----------------|---------|---------|
| 2017           | 2016    | 2015    |
| 2018           | 181.792 |         |
| 2019           | 527.346 | 142.063 |
| 2020           | 121.732 | 116.212 |
| 2021           | 119.450 | 115.509 |
| 2022           | 48.082  | 47.144  |
| 2023 em diante | 181.677 | 139.730 |
|                | 898.968 | 750.840 |

**Garantias:** Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINANCIAMENTOS, com saldo devedor, em 31/12/2016 era de R\$ 22,9 milhões (R\$ 25,5 milhões em 31/12/2015), foram oferecidas as bens objeto destes, em alienação fiduciária.

**13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Considerações gerais:** A Gerda Açor Longos SA, sua controlada e controlada mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas no balanço e registadas em Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Depósitos judiciais, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. **b) Valor justo:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são inicialmente reconhecidos aos que seriam pagos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, empresas podem existir se forem liquidadas antecipadamente.

**c) Risco de taxa de câmbio:** O risco de câmbio refere-se ao risco de variações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras em relação ao Real brasileiro. O risco de câmbio pode ocorrer devido a operações de compra e venda de produtos estrangeiros e demais instrumentos financeiros. Para minimizar esse risco, a Companhia mantém permanentemente as operações de compra no mercado nacional e internacional. **Risco de taxa de juros:** É o risco do efeito de flutuações das taxas de juros dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos, monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode controlar o valor de juros com objetivo de reduzir esse risco. **Risco de taxa de câmbio:** É o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras.

A Companhia avalia sua exposição cambial no balanço e apresenta em o valor de seus ativos e de suas passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira são de equivalente a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o pagamento destas operações ocorre também a nível de taxa de câmbio, levando um desajustamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode controlar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

**Risco de crédito:** Este risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes das operações de vendas ou de créditos de longo prazo e instrumentos financeiros e gerado por operações de investimento financeiro. Para avaliar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada de situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação ao capital financeiro, a Companhia adota práticas de aplicação em instituições com baixo risco de crédito através de agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** Advém da escolha da Companhia em obter uma estrutura de financiamento para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre os dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmark. Os indicadores chave KPI - Key Performance Indicators relacionados ao objetivo "Saúde da Estrutura de Capital" são WACC (Custo Médio Ponderado de Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capital Investido.

|                               |           |           |           |           |
|-------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Depósitos judiciais           | 1.225.638 | 1.225.638 | 62.567    | 62.567    |
| Outros ativos circulantes     | 43.944    | 48.944    |           |           |
| Outros ativos não circulantes | 149.590   | 149.590   |           |           |
|                               | 1.999.244 | 1.999.244 | 3.731.234 | 3.731.234 |

**a) Mensuração ao valor justo:** O CPC 36 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pelo cancelamento de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas de Nível 1, onde os preços cotados não são aplicáveis, são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações disponíveis ao mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos; Nível 3 - informações não disponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2016, a Companhia mantém certos ativos cujo mensuração ao valor justo é realizada em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2016, são os seguintes:

|   | Mensuração ao valor justo |           |   |         |   |           |
|---|---------------------------|-----------|---|---------|---|-----------|
|   | Saldo contábil            |           | Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1) |         | Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2) |           |
|   | 2016                      | 2015      | 2016  | 2015    | 2016  | 2015      |
| <b>Ativo circulante</b>                           |                           |           |   |         |   |           |
| Caixa e equivalentes de caixa                     | 91.261                    | 690.523   |   |         | 91.261  | 690.523   |
| Aplicações financeiras em títulos para negociação | 336.440                   | 745.360   | 336.440   | 303.950 | 51.136  | 362.140   |
| Contas a receber de clientes                      | 630.612                   | 636.912   |   |         | 630.612   | 636.912   |
| Outros ativos circulantes                         | 105.273                   | 45.944    |   |         | 105.273   | 45.944    |
| Ativo não circulante                              |                           |           |   |         |   |           |
| Partes relacionadas                               | 86.185                    | 62.567    |   |         | 86.185  | 62.567    |
| Depósitos judiciais                               | 1.341.233                 | 1,225,638 |   |         | 1,341,233   | 1,225,638 |
| Outros ativos não circulantes                     | 75.796                    | 149.590   |   |         | 75.796  | 149.590   |
|   | 2.962.991                 | 3.731.234 | 336.440   | 303.950 | 2.564.877   | 3.247.964 |
| <b>Passivo circulante</b>                         |                           |           |   |         |   |           |
| Fornecedores                                      | 56.803                    | 553.293   |   |         | 56.803  | 553.293   |
| Empréstimos e financiamentos                      | 215.489                   | 234.322   |   |         | 215.489   | 234.322   |
| Outros passivos circulantes                       | 83.225                    | 83.248    |   |         | 83.206  | 83.248    |
| Passivo não circulante                            |                           |           |   |         |   |           |
| Empréstimos e financiamentos                      | 958.998                   | 750.840   |   |         | 958.998   | 750.840   |
| Partes relacionadas                               | 2.671.803                 | 4,360,455 |   |         | 2,671,803   | 4,360,455 |
| Outros passivos não circulantes                   | 33.163                    | 40.800    |   |         | 33.163  | 40.800    |
|   | 4.512.591                 | 6.022.961 |   |         | 4.512.591   | 6.022.961 |
|   | 2.275.521                 | 9.754.295 | 336.440   | 303.950 | 2.982.218   | 8.370.445 |

**14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECEBER**

|  |        |        |
|--|--------|--------|
| Encargos sociais sobre folha de pagamento            | 2016   | 2015   |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços   | 20.543 | 34.955 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados              | 34.545 | 27.999 |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | 5.127  | 3.297  |
| Imposto de Renda Retido na Fonte                     | 2.522  | 5.272  |
| Programa de Integração Social e outros               | 7.567  | 12.529 |
|  | 4.796  | 3.130  |
|  | 75.615 | 86.146 |

**15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e recuperação estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômica-financeira da Companhia. A provisão de contingência considerada o julgamento dos assessores legais e da Administração após os processos cujo provável ou não provável foi avaliado como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

|   |      |      |
|---|------|------|
| Provisões tributárias                           | 2016 | 2015 |
| Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços |      |      |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6927C75665B94B1C1EEA7F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
 Arquivamento: 000303681 - 05/05/2017

  
 Fernando F. S. Newinger  
 Secretário Geral

exposição a riscos de câmbio. O risco de câmbio refere-se à possibilidade de variações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real e o Dólar. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seus débitos equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento dessas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descompasso entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode sofrer variações financeiras cambiais, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio, utiliza-se de contratos swap de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxa de câmbio:** É o risco de efeitos de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxo de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seus débitos equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento dessas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descompasso entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode sofrer variações financeiras cambiais, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio, utiliza-se de contratos swap de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos vendidos para instituições financeiras e geridos por operações de investimento financeiro. Para mitigar esse risco, a Companhia atua como prática e análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo credor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com bom nível de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** Advém de acordo da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia adquire sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmark. Os indicadores chave (KPI - Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal de dívidas reduzido pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 4). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal de dívidas e pelo Patrimônio Líquido) (nota 12). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de risco. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através de implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobiliário. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, administrando variações pontuais no curto prazo:

|   |                              |
|---|------------------------------|
| WACC  | menor ou igual a 10%+0,5p.a. |
| Dívida Líquida/EBITDA                                 | menor ou igual a 2,5x        |
| Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas | menor ou igual a 5,5x        |
| Relação Dívida/Capitalização Total                    | menor ou igual a 80%         |

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tal como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** A política de gestão de endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas comprometidas e de disponibilidade virtual de linhas de crédito, com o sem risco em relação à disponibilidade, sem gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos é apresentado na nota 12.

| Obrigações contratuais       | 2016      |                |          |          |                |
|------------------------------|-----------|----------------|----------|----------|----------------|
|                              | Total     | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Empréstimos                  | 581.920   | 581.920        |          |          |                |
| Empréstimos e financiamentos | 1.178.487 | 219.486        | 648.579  | 167.542  | 141.877        |
| Pontos acumulados            | 2.571.803 |                |          |          | 2.571.803      |
|                              | 4.332.210 | 799.406        | 648.579  | 167.542  | 2.756.683      |

| Obrigações contratuais       | 2015      |                |          |          |                |
|------------------------------|-----------|----------------|----------|----------|----------------|
|                              | Total     | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Empréstimos                  | 553.263   | 553.263        |          |          |                |
| Empréstimos e financiamentos | 886.162   | 334.322        | 329.845  | 235.121  | 186.874        |
| Pontos acumulados            | 4.365.455 |                |          |          | 4.365.455      |
|                              | 5.804.880 | 887.585        | 329.845  | 235.121  | 4.342.319      |

#### Análise de sensibilidade

##### Impacto na Demonstração dos Resultados

| Previsão  | Variação  | 2016    | 2015    |
|---|-----------|---------|---------|
| Variações na moeda estrangeira                          | 5%        | 233.937 | 386.543 |
| Variações nas taxas de juros                            | 10 pontos | 6.572   | 6.589   |
| Variações no preço dos produtos vendidos                | 1%        | 175.171 | 132.914 |
| Variações no preço das matérias-primas e demais insumos | 1%        | 72.526  | 91.879  |

**Variações na moeda estrangeira:** A Companhia está exposta a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade apresentada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, não representará um ganho de R\$ 203.691 (R\$ 206.540 em 31/12/2015). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar, não representará uma despesa de mesmo valor. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impacto em virtude da exposição na taxa de câmbio. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 pontos base (pb) sobre a taxa de juros média aplicável à parte financeira de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros

| Provisão para Passivos Tributários, Trabalhistas e Cíveis | 2016   | 2015   |
|---|--------|--------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços        | 34.545 | 23.388 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados                   | 5.137  | 3.297  |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social      | 2.522  | 6.272  |
| Imposto de Renda Retido na Fonte                          | 7.967  | 12.529 |
| Programa de Integração Social e outros                    | 4.796  | 2.130  |
|   | 55.767 | 47.616 |

#### 15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada no consulto de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos no perfil econômico-financeiro da Companhia. A provisão foi controlada considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

##### Provisões:

|  | 2016      | 2015      |
|--|-----------|-----------|
| <b>Provisões tributárias</b>   |           |           |
| Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços                                      | 2.553     | 140       |
| Imposto Nacional do Seguro Social  | 239       | 903       |
| Recuperação Tarifária Extraordinária   | 6.971     | 27.146    |
| Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social | 1.281.040 | 1.088.905 |
| Outras provisões tributárias   | 16.556    | 14.903    |
| <b>Provisões trabalhistas</b>  | 185.122   | 133.562   |
| <b>Provisões cíveis</b>  | 45.004    | 34.966    |
|  | 1.930.485 | 1.360.616 |

**Provisões Tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à compensação de créditos de PIS, incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação às demandas que tratam da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos. **Provisões Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma delas apresenta-se afeita o valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedido de horas extras, inatividade, produtividade, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, entre outros. **Provisões Cíveis:** A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, que apresentavam em 31/12/2016 a montante indicado como provisão cível referente a essas questões. A movimentação da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada abaixo:

|                                       | 2016      | 2015      |
|---------------------------------------|-----------|-----------|
| Saldo no início do exercício          | 1.200.625 | 1.270.568 |
| (+) Adições                           | 105.638   | 172.205   |
| (-) Anulação montante                 | 147.237   | 107.248   |
| (-) Reversão de valores provisionados | 54.300    | 62.559    |
| Saldo no final do exercício           | 1.159.486 | 1.336.025 |

**Provisões contingentes não provisionadas:** Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível, mas não provável e devido a esta classificação não são apresentadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a)** **Contingências Tributárias:** a.1) A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas pertencem ao total avaliado de R\$ 457.901. a.2) A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos, cujo valor total avaliado importa em R\$ 272.948. a.3) A Companhia é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 117.059, oriundo sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recabimento Antecipado de Exportações" (RAE), cuja impugnação apresentada pela Companhia em 13/01/2017 se encontra pendente de julgamento na Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. a.4) A Companhia é parte em processos administrativos relativos à prescrição de débitos de ICMS devido nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97 de base de cálculo do imposto de Renda Pessoa Jurídica - (RPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da repositição societária realizada em 2004/2005. O valor total avaliado das atuações importa em R\$ 3.579.637 dos quais: (i) R\$ 2.518.787 correspondem a dos processos cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança administrativa, sendo que, para um deles, a Companhia já obteve decisão judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia no montante de R\$ 2.806.328; (ii) R\$ 505.269 correspondem a dos processos de Companhia que aguardam julgamento de seus Recursos Voluntários na primeira instância de Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); e (iii) R\$ 555.580 correspondem a um processo cuja intimação foi apresentada pela Companhia em 13/01/2017 e atualmente se encontra pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos, e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a "Operação"), estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, e fim de apurar supostos casos ilícitos. Considerando o envolvimento do nome da Gerdaul nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração da Gerdaul S.A. decidiu contratar assessores jurídicos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAUL ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765653C1D4E08D6827C75665BB4B1C1EEA472FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral


**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**

 COMISSÃO FISCAL  
 CNPJ Nº 07.384.741/0001-61

**CONTABILIDADE**

independente, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação dessas empresas incluíam cláusulas com a intenção de obter a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação dessas empresas incluíam a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da intenção de cometimento de ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna"). A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, em relação à retribuição do Igit, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). **b) Contingências Cíveis:** (i) A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 150,15T. Para tais demandas não foi efetuado provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. (ii) Depósitos judiciais: A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim categorizadas:

|              | 2016      | 2015      |
|--------------|-----------|-----------|
| Tributário   | 1.291.264 | 1.104.938 |
| Trabalhistas | 52.214    | 34.899    |
| Cíveis       | 31.769    | 35.792    |
|              | 1.341.233 | 1.175.629 |

**15 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**
**a) Composição dos saldos de mútuos**

|                                | 2016        | 2015        |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| <b>Mútuos ativos</b>           |             |             |
| <b>Empresas controladas</b>    |             |             |
| Gerdau S.A.                    | 3.360       | -           |
| <b>Empresas coligadas</b>      |             |             |
| Gerdau Açúcar S.A.             | 2.427       | 6.930       |
| Gerdau Aços Especiais S.A.     | 1.377       | 1.335       |
| Outros                         |             |             |
| Fundação Gerdau                | 57.460      | 54.237      |
| Outros                         | 66.785      | 42.507      |
|                                | 67.160      | 5           |
| <b>Mútuos passivos</b>         |             |             |
| <b>Empresas controladoras</b>  |             |             |
| Gerdau S.A.                    |             | (5.540)     |
| Metalúrgica Gerdau S.A.        |             | (696)       |
| <b>Empresas controladas</b>    |             |             |
| Gerdau Açúcar S.A.             | (2.671.680) | (4.353.973) |
| <b>Empresas coligadas</b>      |             |             |
| Itaigui Com. Imp. e Exp. Ltda. | 141         | 46          |
|                                | (2.671.539) | (4.353.927) |
| Despesas financeiras, líquidas | (252.080)   | (254.200)   |

**b) Condições de preços e encargos:** Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável.

empregadas optantes. O total do custo desta modalidade foi de R\$ 23.652 em 31/12/2016 (R\$ 30.597 em 31/12/2015).

**16 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS**

A Administração da Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 3.669 em 31/12/2016, sendo R\$ 3.027 no passivo circulante e R\$ 642 no passivo não circulante (R\$ 13.764 em 31/12/2015, sendo R\$ 3.475 no passivo circulante e R\$ 10.289 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

**18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social** - o capital social autorizado em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, estão subscritas e integralizadas 200.529.235 ações ordinárias e 18.262 ações preferenciais, totalizando o Capital Social realizado de R\$ 3.654.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital** - refere-se principalmente à reserva do Igit, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2016 (R\$ 1.335.132 em 31/12/2015). **c) Reserva de lucros:** **Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **Reserva de lucros - Incentivos fiscais** - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **Reserva de lucros - Investimentos e capital de giro** - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial** - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior, tidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta rubrica as ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efetos com prazo de incerto de longo prazo e a despesa com pleno direito de benefício (definitivo). **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

|  | 2016      | 2015        |
|--|-----------|-------------|
| Prejuízo do exercício  | (548.518) | (2.236.538) |
| Absorção de prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimentos e capital de giro | 403.319   | 2.236.538   |
| Absorção de prejuízo do exercício pela reserva legal                                       | 145.258   | -           |

O prejuízo do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de lucros - Investimentos e capital de giro e Reserva legal. No exercício de 2015 a Companhia destinou R\$ 82678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de reservas de lucros pré-existentis.

**20 - PREJUÍZO POR AÇÃO**

|  | 2016 | 2015 |
|--|------|------|
| Ordinárias Preferenciais                       |      |      |
| (em milhares, exceto ações e dívidas por ação) |      |      |
| Total  |      |      |
| Ordinárias Preferenciais                       |      |      |
| (em milhares, exceto ações e dívidas por ação) |      |      |
| Total  |      |      |

Números

Jurta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275619  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE2765663C1D4EC8D6B27C75665BB481C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente  
 Secretário Geral

|                                      |                                |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| <b>Ativos passivos</b>               |                                |
| <b>Empresas controladoras</b>        |                                |
| Gerdaul S.A.                         | (5.940)                        |
| Metalúrgica Gerdaul S.A.             | (690)                          |
| <b>Empresas controladas</b>          |                                |
| Gerdaul Apominas Overseas Ltd.       | (2.071.802) (4.253.672)        |
| <b>Empresas coligadas</b>            |                                |
| Apulim Com. Imp. e Exp. Ltda.        | (141) (48)                     |
|                                      | <u>(2.911.803) (4.358.458)</u> |
| <b>Despesas financeiras líquidas</b> |                                |
|                                      | <u>(252.082) (264.293)</u>     |

As Condições de preços e encargos: Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são realizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. Aproximações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e preços praticados entre as partes.

**d) Operações com partes relacionadas:**

| Empresa controladora                           | 2016      |                   | 2015             |                |
|--|-----------|-------------------|------------------|----------------|
|  | Compras   | Vendas (despesas) | Contas a receber | Contas a pagar |
| Gerdaul S.A.                                   | 32.331    | 27.267            | (13.72)          | (18.678)       |
| Debituras Gerdaul S.A.                         |           | (38.033)          | 51.436           |                |
| <b>Empresas coligadas</b>                      |           |                   |                  |                |
| Diaco S.A.                                     |           | (80.33)           | (19.660)         | 13.801         |
| Comercial Gerdaul Bahia                        |           | (8.881)           | (3.382)          | 1.045          |
| Gerdaul Apominas S.A.                          | 1.125.937 | 127.132           | (877.568)        | (71.425)       |
| Gerdaul Apom. Especial S.A.                    | 38.819    | 123.225           | (3.342)          | (3.951)        |
| Gerdaul American US Inc.                       | 32.258    |                   |                  |                |
| Gerdaul Lata S.A.                              |           | (3.448)           | (308)            |                |
| Soar Aceros S.A.                               |           | (148.125)         | (61.658)         | 127.182        |
| Empresa Siderurgica Del Peru S.A.A. - Soloperi |           | (384.326)         | (42.445)         | 28.287         |
| Soloperi S.A.                                  |           | (14.008)          | (3.322)          | 2.575          |
| Gerdaul ADA S.A.                               |           | (8.890)           | (141)            | 2.730          |
| Industrias Nacionales C. por A.                |           | (59.487)          | (45.221)         |                |
| Siderurgica Juliana, C.A.                      |           | (192)             |                  |                |
| Outras   |           | (37)              | (1.450)          | (4)            |

d) **Ativos concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdaul Apominas S.A., Gerdaul Apom. Especial S.A. e a controladora Gerdaul S.A., prestam garantia às subsidiárias GTL Trade Finance Inc., Gerdaul Holdings Inc. e Gerdaul Trade Inc., nas emissões de títulos com vencimento em 10 anos e 30 anos (Ten/Tenly/Zero Bond) no montante de R\$ 14,2 bilhões em 31/12/2016 (R\$ 18,9 bilhões em 31/12/2015). **d) Avisos recebidos:** A Companhia recebe avisos de comissão Gerdaul S.A. em contratos de financiamento, no montante de R\$ 622,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 415,6 milhões em 31/12/2015). **f) Remuneração da Administração:** A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 10,519 em 21/12/2016 (R\$ 28.021 em 31/12/2015).

**17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

a) **Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego:** A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdaul - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o aditamento deste plano, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldaço. Todos os participantes deste plano, após saldaço, poderão, à opção por aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b" abaixo, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldaço para o novo plano e agregar valor a esse resma por meio de contribuições futuras do participante e de patrocinador, além da reversibilidade dos recursos, ou não, não transferir o resma e manter o benefício saldaço no plano de benefício definido, corrigido somente pelo IPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldaço dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada e segue:

|  | 2016     | 2015     |
|--|----------|----------|
| Valor presente da obrigação de benefício definido    | (24.126) | (19.599) |
| Valor justo dos ativos do plano                      | 40.145   | 26.261   |
| Saldo ativo  | 16.030   | 6.662    |
| Restrição ao ativo devido à limitação de recuperação | (15.030) | (15.662) |
| Excesso líquido                                      |          |          |

b) **Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definido para o qual são feitas contribuições pelo patrocinador numa proporção da contribuição feita pelos

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
 Gerdaul Acos Longos S.A.  
 Opinião

|   |         |           |
|---|---------|-----------|
| Investimentos e capital de giro   | 403.309 | 2.236.598 |
| Absorção do prejuízo de exercício pela reserva legal  | 145.288 |           |
| O prejuízo de exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de Lucros- Investimentos e capital de giro e Reserva legal.       |         |           |
| No exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 81678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de reservas de lucros pré-liquidados. |         |           |

**20 - PREJUÍZO POR AÇÃO**

| Numerador  | 2016                   |              | 2015                   |                   |
|--|------------------------|--------------|------------------------|-------------------|
|  | Ordinária Preferencial | Total        | Ordinária Preferencial | Total             |
| Prejuízo atribuído disponível para acionistas ordinários e preferenciais | (548.568)              | (50.548.618) | (2.236.394)            | (704) (2.236.598) |
| <b>Denominador</b>   |                        |              |                        |                   |
| Medida ponderada de ações cedidas a média das ações em ressurta          | 208.526.226            | 18.282       | 200.526.226            | 19.262            |
| Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído                            | (2,74)                 | (2,74)       | (11,15)                | (11,17)           |

**21 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

|                                  | 2016        | 2015        |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Receita bruta de vendas          | 3.344.889   | 10.420.686  |
| Impostos incidentes sobre vendas | (1.688.232) | (1.968.821) |
| Descontos                        | (4.764)     | (2.793)     |
| Receita líquida de vendas        | 1.651.893   | 8.449.072   |

**22 - DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia costuma por apresentar a Demonstração do Resultado por Função Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

|   | 2016               | 2015               |
|---|--------------------|--------------------|
| Depreciação, exaustão e amortização           | (467.027)          | (485.478)          |
| Salários, encargos sociais e benefícios       | (1.242.687)        | (1.355.520)        |
| Materiais-primas e materiais de uso e consumo | (4.552.133)        | (5.191.248)        |
| Frete   | (470.864)          | (521.107)          |
| Perdas pelo não recuperabilidade de ativos    | (626.714)          | (928.822)          |
| Outras despesas/outras                        | (755.528)          | (8.225.258)        |
| <b>Classificados como:</b>                    |                    |                    |
| Costo dos produtos vendidos                   | (8.732.791)        | (3.585.304)        |
| Despesas com vendas                           | (329.942)          | (325.844)          |
| Despesas gerais e administrativas             | (460.148)          | (588.519)          |
| Perdas pelo não recuperabilidade de ativos    |                    | (743.320)          |
| Outras receitas operacionais                  | 9.285              | 9.554              |
| Outras despesas operacionais                  | (45.920)           | (19.807)           |
|   | <u>(7.959.528)</u> | <u>(6.238.258)</u> |

**23 - RESULTADO FINANCEIRO**

|  | 2016      | 2015        |
|--|-----------|-------------|
| Rendimento de aplicações financeiras               | 68.570    | 173.815     |
| Juros recebidos e outras receitas financeiras      | 54.750    | 62.518      |
| Total Receitas Financeiras                         | 123.320   | 236.333     |
| Juros sobre a dívida                               | (82.212)  | (58.780)    |
| Variações monetárias e outras despesas financeiras | (289.547) | (411.292)   |
| Total Despesas Financeiras                         | (471.855) | (470.072)   |
| Variação cambial, líquida                          | 938.100   | (1.470.653) |
| Resultado financeiro, líquido                      | 289.988   | (1.203.997) |

**24 - SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, roubo, vendaval, esgotamento, queda de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de Patrimônio no montante de R\$ 1305.558.

pretando liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAUL ACOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275819  
 Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 3CE27656B3C1D4EC8D6B27C758658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
 Arquivamento: D0003036681 - 05/05/2017

  
 Bernardo F. S. Barwanger  
 Secretário Geral

matemática individualmente planejadas para azeite de oliva e azeite de oliva extra virgem por meio de correções futuras do participante e da patrocinadora, além da transferência dos recursos, ou não transferir a reserva a menor e benefício definido no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os custos efetivos de mudança no taxa de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são mantidos e a conciliação é apresentada a seguir:

|   | 2016           | 2015           |
|---|----------------|----------------|
| Valor presente da obrigação de benefício definido               | 24.106         | 179.560        |
| Valor justo dos ativos do plano                                 | 40.145         | 36.261         |
| <b>Saldos líquidos</b>  | <b>16.039</b>  | <b>15.692</b>  |
| Receber de ativo financeiro devido à irrisolução de recuperação | (18.036)       | (18.983)       |
| <b>Saldo líquido</b>  | <b>(1.997)</b> | <b>(3.291)</b> |

M) **Plano de pensão com contribuição definida - plano empregado:** A Companhia mantém um plano de pensão definido para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção de contribuição feita pelos

|  |           |           |
|--|-----------|-----------|
| Juros recebidos e outros rendimentos financeiros   | 94.766    | 67.978    |
| Total Receitas Financeiras                         | 163.736   | 236.730   |
| Juros sobre a dívida                               | 82.172    | 192.780   |
| Variações monetárias e outras despesas financeiras | (288.547) | (471.297) |
| Total Despesas Financeiras                         | (471.855) | (470.077) |
| Variação cambial, líquida                          | 608.100   | 1.147.653 |
| Resultado financeiro, líquido                      | 269.989   | 1.733.987 |

prende liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como sistemas evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificar, omitir ou representar fatos intencionalmente.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação dos princípios contábeis utilizados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado.

Comunicamos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do âmbito da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Aconselheiros

Gerdau Açúcar Longos S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdau Açúcar Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, espelho patrimonial e financeiro da Gerdau Açúcar Longos S.A. em 31 de dezembro de 2016, e desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15, as demonstrações financeiras, encontram-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito da operação "Gerdau", bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme determinação de Conselho de Administração da Gerdau S.A. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais os possíveis impactos decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e/ou divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, se aplicável, considerá-lo esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com razão apropriada obtida na auditoria ou, de outra forma, alertar sobre distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgação, quando aplicável, de assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração

prende liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como sistemas evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificar, omitir ou representar fatos intencionalmente.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação dos princípios contábeis utilizados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado.

Comunicamos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do âmbito da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores independentes  
CRC 25000800-5 (P/R)

Porto Alegre, 17 de março de 2017

Adriano Machado  
Contador CRC 19042840-7 (P/R)

## DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

**Diretor Presidente**  
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

**Diretores Vice-Presidentes**  
CLAUDIO JOHANNPETER  
GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER  
FRANCISCO DEPPERMAN FORTES  
HARLEY LORENTE SCARDELLI

**Contadores**  
DENISE ABREU LANZONI  
CRC RS 363.2820-2 (S/RJ)  
CPF nº 94.528.700-5

Bernardo F. S. Barwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇÚCAR LONGOS S/A  
NIRE: 33300275619  
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA472FE5B74C7746DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO  
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico - SRP Nº 20017

Objeto: Rôde eletrônico para a compra de: Etiler, deprevel e para de 1000ml, no QUADRASTEL, junto ao HUCFFS, Pregão, através do CD. Desenvolvido através do tel. (21) 3038-2807 ou, no que tanger, no Serviço de LICITAÇÕES - Endereço: Rua Prof. Ruyzelle Paulo Rocco, 288 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ. Abertura da sessão: 25/04/2017 às 10:00 horas.

Marta Lucia Costa de Almeida  
Pregaria

**MARIA IZABEL CUNHA DE AGUIAR  
MATRÍCULA NA JUCERJA Nº 29101  
EDITAL DE LEILÃO**

Para leilão, autorizada pelo Desap/RI, e com base no parecer FBM/SPRGE 104/2014, dos veículos SOCADAS apreendidos pelas forças policiais e procedimento de fiscal, forte e salvo Adm, no dia 20/04/2017, às 13:00 horas. Av. Duque de Caxias, Nº 201 Desap/RI Vila Militar. Catálogo com a descrição completa e valores, no site www.prestigeleilao.com.br.  
Tel. 0800 telefone (21) 3365-1196. Anúnciação à vista. R\$ 11.34.17.

**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.  
CNPJ 07.336.761/0001-65 - NIRE 33300275819  
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO**

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (\*) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 18:00hrs, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 5.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros do Diretoria, indicar os membros do Conselho Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre as formas que visculando as publicações da Sociedade previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Re-nalizar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013; 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente (\*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escrituras deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pelo Instituto Financeiro depositário; (ii) as ações físicas, cópia de documento de identificação; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social; cópia de atestados/declarações dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identificação do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro - RJ, 10 de abril de 2017. André Bel Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente.

**Inbrands S.A.  
(Empresa Fechada)**

CNPJ Nº 07.336.761/0001-65 - NIRE 33300275819  
EDITAL DE CONVOCACÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
Convocamos os Senhores Acionistas da INBRANDS S.A. (Empresário) em seu Preleito, à saber: através do Edital de Convocação nº 001/2017, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 18:00hrs, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 5.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros do Diretoria, indicar os membros do Conselho Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre as formas que visculando as publicações da Sociedade previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Re-nalizar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013; 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente (\*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escrituras deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pelo Instituto Financeiro depositário; (ii) as ações físicas, cópia de documento de identificação; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social; cópia de atestados/declarações dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identificação do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro - RJ, 10 de abril de 2017. André Bel Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente.

**Eletronucleares** **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**Eletronucleares S.A. - ELETRONUCLEAR**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº. GALAPE-0752017

1. A Eletronucleares S.A. - ELETRONUCLEAR tem a honra de realizar Licitação no modalidade de Pregão Eletrônico para prestação de serviços de instalação, preparação, manutenção e integridade de documentos do Arquivo de Registro "NAUT" da Usina Nuclear de Angra 1. 2. Critério de Julgamento: Menor Preço. 3. O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) a partir de 18/04/17, ou, em caso de impossibilidade, ao custo de R\$ 10,00 (dez reais), no horário de 09:00h às 11:00h e de 14:00h às 18:00h, na Rua de Castelinho, nº. 95, 2ª andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ ou, na Rua dos Governadores Manoel Covas (BR 101/RJ-SP), km 517, Itaboraí, Angra dos Reis - RJ - Gerência de Aquisições Angra - GALA. 4. A entrega das Propostas a partir de 19/04/17 no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) 5. Abertura das Propostas às 10:00h (hor. local) do dia 20/04/17, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Registro de Atividade  
Gerência de Aquisições Angra

**EDITAL DE SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO**

**NORMA MARIA RHOCHADO**, Leiloeira Pública Oficial, inscrita nº 038 JUCERJA, estabelecida na Avenida Estácio Braga nº 227 - Gr. 704, Centro - Rio de Janeiro - RJ, tel. (21) 2522-7073, faz saber que, devidamente autorizada pelo Juízo Federal nº 003/2013-000001-48, venho em segundo público leilão presencial, no dia 19/04/2017, com início às 14:30 horas, na Av. Estácio Braga, nº 227, Gr. 704 - Centro / RJ, o imóvel identificado como Apartamento 1104 do Bloco 4 do prédio situado nesta cidade na Avenida Salvador Alende, nº 630, Recreio dos Bandeirantes, na freguesia de Jucapiranga, contido a) (1) vaga de garagem/cabana indistintamente situada na ÁREA 4 do subsolo e correspondente fração ideal de 94/15533843688 para o apartamento e de 20/170528843688 para o vaga de garagem do respectivo terreno designado por Bloco Comercial e Residencial com 21.670,00m², do quadro B de FAL 51485, que tem as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 330.474, do 1º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 5.514, de 20/11/1957, com a nova redação dada pela Lei nº 10.951/2004, combinada com as cláusulas do Contrato Particular de Compra e Venda, de Financiamento Imobiliário, de Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Fatos, lavrada em 27/10/2011, protocolada em 12/07/2012, com no. 1450294-11.79 do livro 1-142, para garantia da dívida representada o contrato pelas cláusulas e condições constantes do título, sendo este que se faz para pagamento àquela fiduciária/credora de dívida, vendida e alienada para acessórias legais e contratuais, que não foram pagas pela fiduciária/credora ANA PAULA RIBEIRO DE CARVALHO, CPF nº 025.027.027-15, nos termos do Contrato Particular supra referido, tendo sido este previamente constituída em mora, não a amendada e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome da fiduciária/credora, conforme art. 15 da matrícula 330474 do 1º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R\$ 1.227.830,14 (um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil e quarenta e quatro reais), fixado com base no valor de venda mais os acréscimos especificados nos §§ 2º e 3º do artigo 27 da Lei nº 5.514/1957, que já compreende os débitos de IPTU dos exercícios de 2016, 2016/16, 2016 e 16/16, no valor de R\$ 1.141,30. Cessão informada do condomínio que a unidade encontra-se adimplente até a presente data. Fora o omissis de interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante de longo vendedor arrematado de 5% de comissão à Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 20 da Lei nº 5.514/1957. A leiloeira nomeada, e seus procuradores, Sr. Daniele Salvo Machado, CPF nº 026.907.327-71 e Sr. Renato do Carmo Ribeiro Silva de Carvalho, CPF nº 385.283.257-06, foram desde já designados de ofício, para a realização do presente leilão. A Leiloeira oferece

**BIANCA S. PAIS DE CARVALHO - LEILOEIRA PÚBLICA  
CPF: 078.551.987-83  
EDITAL DE 1ª E 2ª PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS e INTIMAÇÃO**

1º. Público Leilão - 20/04/2017 às 13:00 hs  
2º. Público Leilão - 30/05/2017 às 13:00 hs

LOCAL: Avenida José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco II (Ed. Evolutor V Corporativo), sala de reunião 01, no 02 Corporate & Offices, Ilha do Tijara, Rio de Janeiro/RJ.

**BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO**, Leiloeira Oficial, mat. Juceria nº. 155, autorizada por SPE OVALUADE DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - CNPJ 14.305.535/0011-59 e SPE BARRA DÔMITA 3 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - 16.735.554/0011-20, venho em 1º e 2º Público Leilão, nas datas, horários e local acima citados, de acordo com o art. 6º parágrafo de Lei nº 4.591/64 ou Lei 6646/66, de direitos reais/propriedades unidades autônomas concluídas ou em construção e em fase ideal do terreno, assobios e herências, alienadas aos imóveis relacionados a seguir: 1 - Unidade 518, Ala A, do Empreendimento «VERTICE MALL & OFFICES» situado na Av. Miguel Antônio Ferraz, nº 1.333, Favela dos Bandeirantes/RJ, inscrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, lavrada em favor do banco HSBC Bank Brasil SA (R-13), nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda, lavrada em 07/03/2014, pelo 4º Tabelião de Notas, Acquirida do vendedor VITAVICAPÇOISBARBOSA JUNCE - ME, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia autenticada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ, valor de R\$ 1.145.000,00; 2 - Unidade 517, Ala B, do Empreendimento «VERTICE MALL & OFFICES» situado na Av. Miguel Antônio Ferraz, nº 1.333, Recreio dos Bandeirantes/RJ, inscrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, lavrada em favor do banco HSBC Bank Brasil SA (R-13), nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda, lavrada em 06/03/2014 pelo 4º Tabelião de Notas, Acquirida do vendedor VITAVICAPÇOISBARBOSA JUNCE, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia autenticada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ, valor de R\$ 1.145.000,00; 3 - Unidade 507 do Bloco B1, do Empreendimento «CHOICE RECORD RESIDENCE» situado na Av. Heilf nº 25, Freguesia de Jucapiranga/RJ, inscrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda lavrada em 07/03/2014 pelo 4º Tabelião de Notas/RJ, Acquirida do vendedor DANIEL ALVES FERREIRA, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia autenticada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ, valor de R\$ 1.145.000,00; 4 - Um cada 1000 do Bloco B1, do Empreendimento «CHOICE RECORD RESIDENCE» situado na Av. Heilf nº 25, Freguesia de Jucapiranga/RJ, inscrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda lavrada em 07/03/2014 pelo 4º Tabelião de Notas/RJ, Acquirida do vendedor EDUARDO CORRÊA DE OLIVEIRA, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia autenticada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ, valor de R\$ 1.017.500,00; 5 - Unidade 208 do Bloco B1, do Empreendimento «CHOICE RECORD RESIDENCE» situado na Av. Heilf nº 25, Freguesia de Jucapiranga/RJ, inscrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda lavrada em 28/03/2014 pelo 4º Tabelião de Notas/RJ, Acquirida do vendedor LUCIANE NEVES TUNOIS, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia autenticada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ, valor de R\$ 1.021.000,00. Todos os interessados que não se apresentarem, adjucação de venda serão devidos e os seguintes valores: comissão de Leiloeira de 5% sobre o valor de venda de cada alienação, despesas administrativas de ANTA e honorários advocatícios, 0,25% sobre o valor de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: D020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765669C1D4EC8DB6B27C75665BB4B51C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

  
Bernardo F. B. Benavente  
Secretário Geral







29N

atos, estatuto social e estatuto social de administração (art. 130, inciso I, da Lei nº 6.402/76 e Lei nº 11.042/04); b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, relativos ao ano de 2016; c) Deliberar sobre a proposta de aumento de capital, investimentos além de 20% (vinte por cento) da remuneração global dos administradores para o período de 2017 a 2018; e) Eleger os membros do Conselho Fiscal; f) Dar conhecimento das funções de membros do Conselho de Administração e eleição de seus substitutos; e g) Eleger os membros do Conselho de Administração II - **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Capitalização da reserva para suprir o déficit líquido do ano de 2016; e b) Alterar o artigo 1º do Estatuto Social em consequência da capitalização da reserva para suprir o déficit líquido do ano de 2016. **INSTRUÇÕES GERAIS:** a) Os acionistas e seus representantes deverão comparecer ao termo de art. 135 e respectivas §§ 1º e 4º da Lei das Sociedades por Ações, quanto à legitimidade e representação na Assembleia Geral e que se referir a assembleia. Ela deverá ser convocada no sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia; c) Os documentos objeto das deliberações das Assembleias Gerais em convocação encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Brasília, 04042017. Custos de Fretes: Brasília do Conselho de Administração.

le: 202181

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB**  
 CNPJ/ME nº 42.524.933/01-74  
 NIRE 33.1000818  
**GRUPO ADE ACIONISTAS**

Convidamos a disposição dos Senhores Acionistas na Gerência de Contabilidade da Companhia, na Rua Major Ávila, 356, 1º andar - Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, os documentos abaixo: Relatório de Administração sobre os negócios sociais e os principais atos administrativos do exercício findo e Cópia das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

le: 202182

**NIRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**  
 CNPJ/ME: 21.528.946/01-16 - NIRE: 333.3020214  
**CAPITAL FECHADO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados para se reunirem em AGOE, no dia 23/04/2017 às 10:30 h, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Wilson Rorup, nº 231, 2º andar (parte), para deliberar sobre as matérias abaixo identificadas: AGO: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016; (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31/12/2016; e (iii) a eleição de membros do Diretoria. AGE: (i) Ficar a remuneração mensal, indenizatória, dos Diretores no exercício social de 2017. Instruções Gerais: a) Encaminhar a disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2016, bem como os demais atos societários de ordem de dia da Assembleia; b) Os acionistas que desejarem ser representados, por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia com 48h de antecedência da realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por procurador deverá comparecer e observar-se ao disposto no artigo 115 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2017.

convocados no exterior que for representado por procurador deverá comparecer e observar-se ao disposto no artigo 115 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da Assembleia Geral deverão apresentar estes dados em até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva posição aderente, fornecida pelo órgão societário. Rio de Janeiro, 10/04/2017. Maria Amália Delfin de Melo Castro - Presidente do Conselho de Administração.

le: 202183

**BETAMART PARTICIPAÇÕES S.A.**  
 CNPJ/ME: 02.732.134/01-38 - NIRE: 333.3020186  
**CAPITAL ABERTO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em AGOE, no dia 23/04/2017 às 10h, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Wilson Rorup, nº 231, 2º andar (parte), para deliberar sobre as matérias abaixo identificadas: AGO: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016; e (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31/12/2016. AGE: Ficar o montante global da remuneração dos administradores no exercício social de 2017. Instruções Gerais: a) Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia, até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por procurador deverá comparecer e observar-se ao disposto no artigo 115 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da Assembleia Geral deverão apresentar estes dados em até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva posição aderente, fornecida pelo órgão societário. Rio de Janeiro, 10/04/2017. Maria Amália Delfin de Melo Castro - Presidente do Conselho de Administração.

le: 202184

**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**  
 CNPJ: 31.528.119/001-40  
**CONCESSÃO DE LICENÇA**

**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG** (uma pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº 1423/04, com validade até 28 de março de 2019, que a autoriza para renovação de um trecho de 1000 metros de extensão de um ramal existente de 8 polegadas de diâmetro de gás natural do Sistema do Alto Penedo AP-12, dentro de um terreno de margem da Rodovia Presidente Dutra, ENTRE A RUA CAMINHO DA IGREJA NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA OUTRA, DIREÇÃO LESTE, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REMANEJAMENTO SERPOEDICA - SÃO CRISTÓVÃO, município do RIO DE JANEIRO. Processo nº 5-87603.7020016

le: 202185

**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**  
 CNPJ: 31.528.119/001-40  
**CONCESSÃO DE LICENÇA**

**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG** (uma pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº 1423/04, com validade até 28 de março de 2019, que a autoriza para renovação de um trecho de 1000 metros de extensão de um ramal existente de 8 polegadas de diâmetro de gás natural do Sistema do Alto Penedo AP-12, dentro de um terreno de margem da Rodovia Presidente Dutra, ENTRE A RUA CAMINHO DA IGREJA NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA OUTRA, DIREÇÃO LESTE, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REMANEJAMENTO SERPOEDICA - SÃO CRISTÓVÃO, município do RIO DE JANEIRO. Processo nº 5-87603.7020016

**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**  
 CNPJ 17.28.71-8/01-81 - NIRE 33300275818  
**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (G) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 23 de abril de 2017, às 19h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 5.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Eleger os membros do Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e 5. eleger a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre as propostas que se referirem às publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Re-eleger a comissão de revisão constante do Anexo 1 da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2016; 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações propostas anteriormente; (7) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escriturais deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) o correspondente espécie pela instituição financeira depositadora; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identificação e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se faz presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, basta os documentos deverão ser traduzidos e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de origem. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas deverão ser manuscritas. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Sier Guedes Jaramprino - Diretor Presidente.

le: 202178

**ELETRONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR**  
 CNPJ (ME) 42.546.219/001-47  
 NIRE nº 33300138036

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas da Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR a se reunirem na sede da Empresa, na Rua do Condado nº 88, 11º andar, Rio de Janeiro - RJ, no dia 27 de abril de 2017, às 10 horas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE:**

1. Deliberar sobre alteração do Estatuto Social da Empresa, conforme segue: (i) alteração do art. 28, caput, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Conselheiros de Administração e torná-lo unificado, bem como o número de reeleições ao cargo; (ii) alteração do art. 28, caput, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Diretores e torná-lo unificado, bem como o número de reeleições ao cargo; (iii) inclusão do § 1º ao art. 28, com vistas a disciplinar que o prazo de exercício do Diretoria se prorrogará até a investidura dos novos membros, na forma do art. 155, §4º da Lei nº 6.404/76; (iv) inclusão dos §§ 2º e 3º ao art. 28, com vistas a adequar o Estatuto Social à Lei nº 13.332/2016 e Decreto nº 8.430/2016; (v) alteração do art. 34, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Conselheiros Fiscais e o número de reeleições ao cargo. Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1964 e Lei nº 13.332/2016 de 29 de dezembro de 2016.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
 Nire: 33300275818  
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
**CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.**  
 Autenticação: 3CE2765563C1D4E83D6827C756658B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
 Arquivamento: 00003036651 - 05/05/2017

  
 Bernardo S. Berwanger  
 Secretário Geral

**CERÂMICA GUARÁ LTDA - EPP**  
CNPJ: 26.172.346/001-40  
CONCESSÃO DE LICENÇA

CERÂMICA GUARÁ LTDA - EPP é uma pessoa que recebeu do Instituto Estadual de Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº 1030817, com validade até 31 de março de 2017, que a autoriza para fabricação de tijolos cerâmicos, sem incorporação de resíduos, na RUA DANCÓ Nº 160, TRAMBI, município de ITAUBORA. Processo nº: E-912011402003.

11/2017

**INES - INSTITUTO NOVA ECONOMIA DO BRASIL**  
CNPJ EM CONSTRUÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 25/05/2017 PARA FUNDADAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS INES - INSTITUTO NOVA ECONOMIA DO BRASIL, COM SEDE NA CIDADE DE PETROPÓLIS, RJ, À RUA WASHINGTON LUIZ Nº 341 - SALAS 8 E 9, CENTRO, NA QUAL FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE, A INDICAÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL, O ESTATUTO E O REGIMENTO INTERNO

11/2017

**GERDAU ACOS LONGOS S/A**  
CNPJ 07.358.701/001-45 - NIRE 33300275819  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

Convocamos as Senhoras Ações da GERDAU ACOS LONGOS S/A, (\*) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, à ser realizada, cumulativamente, no dia 25 de abril de 2017, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Av. José XXIII, 6.777 Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar o balanço e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a distribuição do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros da Diretoria, votar os membros do Comitê Executivo e votar a renovação dos Administradores; 4. Deliberar sobre as propostas de aumento de capitalização da Sociedade, previstas na Lei nº 8.446/11; 5. Re-eleger a relação de membros constantes do Anexo I da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/03/2016; 6. Considerar o Estatuto Social, sua alteração proposta anteriormente; (\*) Para poder sua qualidade de ação, os titulares de ações estatutárias deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela Instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identificação; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto social, cópia do ato de eleição dos administradores, devidamente registrados na órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se for previsto. Se tiver representada por procurador, deverá igualmente, apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de origem. Todos os custos deverão por alocados e todos os atestados originais reconhecidos. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Sier Gerdau Junior - Diretor Presidente.

11/2017

**1ª REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ 23.326.920/001-29  
EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO

das administradoras da Companhia para o exercício de 2017. (v) Atualização do art. 9º do E.S. para refletir adequadamente o valor atual do Capital Social da Companhia; (vi) Alteração dos arts. 12 e 29 do E.S. de forma a deixar clara a possibilidade de se realizar, respectivamente, Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Fiscal de forma não presencial; (vii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia serão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. O acionista poderá ser representado na Assembleia por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à Assembleia deverão apresentar documento hábil de identidade. Na representação de natureza pessoal jurídica, deverão ser também apresentados os documentos comprobatórios das respectivas sociedades (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Rio de Janeiro, 12/04/2017. Luis Henrique Cota de Saes e Silva Guimarães - Presidente do Conselho de Administração.

11/2017

**ELETRORAS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETRORAS**  
COMPARTELA ABERTA  
CNPJ 21.164.817/001-71 NIRE 333011221  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam convocadas as Senhoras Ações da Eletroras Participações S/A - ELETRORAS para se reunirem na sede da Companhia, à Avenida Marechal Floriano nº 19, 1ª andar, Sala 1.301, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, no dia 26 de abril de 2017, às 11 horas, em Assembleia Geral Extraordinária, e ao seu término, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

**Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a reforma do estatuto social da Companhia, com vistas a aprovar o estatuto social a Lei nº 13.363/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, alterando e atualizando o art. 1º, caput, § 1º, e incluindo nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º, 101º, 102º, 103º, 104º, 105º, 106º, 107º, 108º, 109º, 110º, 111º, 112º, 113º, 114º, 115º, 116º, 117º, 118º, 119º, 120º, 121º, 122º, 123º, 124º, 125º, 126º, 127º, 128º, 129º, 130º, 131º, 132º, 133º, 134º, 135º, 136º, 137º, 138º, 139º, 140º, 141º, 142º, 143º, 144º, 145º, 146º, 147º, 148º, 149º, 150º, 151º, 152º, 153º, 154º, 155º, 156º, 157º, 158º, 159º, 160º, 161º, 162º, 163º, 164º, 165º, 166º, 167º, 168º, 169º, 170º, 171º, 172º, 173º, 174º, 175º, 176º, 177º, 178º, 179º, 180º, 181º, 182º, 183º, 184º, 185º, 186º, 187º, 188º, 189º, 190º, 191º, 192º, 193º, 194º, 195º, 196º, 197º, 198º, 199º, 200º, 201º, 202º, 203º, 204º, 205º, 206º, 207º, 208º, 209º, 210º, 211º, 212º, 213º, 214º, 215º, 216º, 217º, 218º, 219º, 220º, 221º, 222º, 223º, 224º, 225º, 226º, 227º, 228º, 229º, 230º, 231º, 232º, 233º, 234º, 235º, 236º, 237º, 238º, 239º, 240º, 241º, 242º, 243º, 244º, 245º, 246º, 247º, 248º, 249º, 250º, 251º, 252º, 253º, 254º, 255º, 256º, 257º, 258º, 259º, 260º, 261º, 262º, 263º, 264º, 265º, 266º, 267º, 268º, 269º, 270º, 271º, 272º, 273º, 274º, 275º, 276º, 277º, 278º, 279º, 280º, 281º, 282º, 283º, 284º, 285º, 286º, 287º, 288º, 289º, 290º, 291º, 292º, 293º, 294º, 295º, 296º, 297º, 298º, 299º, 300º, 301º, 302º, 303º, 304º, 305º, 306º, 307º, 308º, 309º, 310º, 311º, 312º, 313º, 314º, 315º, 316º, 317º, 318º, 319º, 320º, 321º, 322º, 323º, 324º, 325º, 326º, 327º, 328º, 329º, 330º, 331º, 332º, 333º, 334º, 335º, 336º, 337º, 338º, 339º, 340º, 341º, 342º, 343º, 344º, 345º, 346º, 347º, 348º, 349º, 350º, 351º, 352º, 353º, 354º, 355º, 356º, 357º, 358º, 359º, 360º, 361º, 362º, 363º, 364º, 365º, 366º, 367º, 368º, 369º, 370º, 371º, 372º, 373º, 374º, 375º, 376º, 377º, 378º, 379º, 380º, 381º, 382º, 383º, 384º, 385º, 386º, 387º, 388º, 389º, 390º, 391º, 392º, 393º, 394º, 395º, 396º, 397º, 398º, 399º, 400º, 401º, 402º, 403º, 404º, 405º, 406º, 407º, 408º, 409º, 410º, 411º, 412º, 413º, 414º, 415º, 416º, 417º, 418º, 419º, 420º, 421º, 422º, 423º, 424º, 425º, 426º, 427º, 428º, 429º, 430º, 431º, 432º, 433º, 434º, 435º, 436º, 437º, 438º, 439º, 440º, 441º, 442º, 443º, 444º, 445º, 446º, 447º, 448º, 449º, 450º, 451º, 452º, 453º, 454º, 455º, 456º, 457º, 458º, 459º, 460º, 461º, 462º, 463º, 464º, 465º, 466º, 467º, 468º, 469º, 470º, 471º, 472º, 473º, 474º, 475º, 476º, 477º, 478º, 479º, 480º, 481º, 482º, 483º, 484º, 485º, 486º, 487º, 488º, 489º, 490º, 491º, 492º, 493º, 494º, 495º, 496º, 497º, 498º, 499º, 500º, 501º, 502º, 503º, 504º, 505º, 506º, 507º, 508º, 509º, 510º, 511º, 512º, 513º, 514º, 515º, 516º, 517º, 518º, 519º, 520º, 521º, 522º, 523º, 524º, 525º, 526º, 527º, 528º, 529º, 530º, 531º, 532º, 533º, 534º, 535º, 536º, 537º, 538º, 539º, 540º, 541º, 542º, 543º, 544º, 545º, 546º, 547º, 548º, 549º, 550º, 551º, 552º, 553º, 554º, 555º, 556º, 557º, 558º, 559º, 560º, 561º, 562º, 563º, 564º, 565º, 566º, 567º, 568º, 569º, 570º, 571º, 572º, 573º, 574º, 575º, 576º, 577º, 578º, 579º, 580º, 581º, 582º, 583º, 584º, 585º, 586º, 587º, 588º, 589º, 590º, 591º, 592º, 593º, 594º, 595º, 596º, 597º, 598º, 599º, 600º, 601º, 602º, 603º, 604º, 605º, 606º, 607º, 608º, 609º, 610º, 611º, 612º, 613º, 614º, 615º, 616º, 617º, 618º, 619º, 620º, 621º, 622º, 623º, 624º, 625º, 626º, 627º, 628º, 629º, 630º, 631º, 632º, 633º, 634º, 635º, 636º, 637º, 638º, 639º, 640º, 641º, 642º, 643º, 644º, 645º, 646º, 647º, 648º, 649º, 650º, 651º, 652º, 653º, 654º, 655º, 656º, 657º, 658º, 659º, 660º, 661º, 662º, 663º, 664º, 665º, 666º, 667º, 668º, 669º, 670º, 671º, 672º, 673º, 674º, 675º, 676º, 677º, 678º, 679º, 680º, 681º, 682º, 683º, 684º, 685º, 686º, 687º, 688º, 689º, 690º, 691º, 692º, 693º, 694º, 695º, 696º, 697º, 698º, 699º, 700º, 701º, 702º, 703º, 704º, 705º, 706º, 707º, 708º, 709º, 710º, 711º, 712º, 713º, 714º, 715º, 716º, 717º, 718º, 719º, 720º, 721º, 722º, 723º, 724º, 725º, 726º, 727º, 728º, 729º, 730º, 731º, 732º, 733º, 734º, 735º, 736º, 737º, 738º, 739º, 740º, 741º, 742º, 743º, 744º, 745º, 746º, 747º, 748º, 749º, 750º, 751º, 752º, 753º, 754º, 755º, 756º, 757º, 758º, 759º, 760º, 761º, 762º, 763º, 764º, 765º, 766º, 767º, 768º, 769º, 770º, 771º, 772º, 773º, 774º, 775º, 776º, 777º, 778º, 779º, 780º, 781º, 782º, 783º, 784º, 785º, 786º, 787º, 788º, 789º, 790º, 791º, 792º, 793º, 794º, 795º, 796º, 797º, 798º, 799º, 800º, 801º, 802º, 803º, 804º, 805º, 806º, 807º, 808º, 809º, 810º, 811º, 812º, 813º, 814º, 815º, 816º, 817º, 818º, 819º, 820º, 821º, 822º, 823º, 824º, 825º, 826º, 827º, 828º, 829º, 830º, 831º, 832º, 833º, 834º, 835º, 836º, 837º, 838º, 839º, 840º, 841º, 842º, 843º, 844º, 845º, 846º, 847º, 848º, 849º, 850º, 851º, 852º, 853º, 854º, 855º, 856º, 857º, 858º, 859º, 860º, 861º, 862º, 863º, 864º, 865º, 866º, 867º, 868º, 869º, 870º, 871º, 872º, 873º, 874º, 875º, 876º, 877º, 878º, 879º, 880º, 881º, 882º, 883º, 884º, 885º, 886º, 887º, 888º, 889º, 890º, 891º, 892º, 893º, 894º, 895º, 896º, 897º, 898º, 899º, 900º, 901º, 902º, 903º, 904º, 905º, 906º, 907º, 908º, 909º, 910º, 911º, 912º, 913º, 914º, 915º, 916º, 917º, 918º, 919º, 920º, 921º, 922º, 923º, 924º, 925º, 926º, 927º, 928º, 929º, 930º, 931º, 932º, 933º, 934º, 935º, 936º, 937º, 938º, 939º, 940º, 941º, 942º, 943º, 944º, 945º, 946º, 947º, 948º, 949º, 950º, 951º, 952º, 953º, 954º, 955º, 956º, 957º, 958º, 959º, 960º, 961º, 962º, 963º, 964º, 965º, 966º, 967º, 968º, 969º, 970º, 971º, 972º, 973º, 974º, 975º, 976º, 977º, 978º, 979º, 980º, 981º, 982º, 983º, 984º, 985º, 986º, 987º, 988º, 989º, 990º, 991º, 992º, 993º, 994º, 995º, 996º, 997º, 998º, 999º, 1000º.

**Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas de relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; 2. Deliberar sobre a proposta de administração da Companhia para distribuição do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos aos acionistas; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração e designar dentre os membros eleitos, o Presidente; 4. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; 5. Fazer a remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral (a) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros do Ordem dos Advogados do Brasil), (b) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (c) se fundo de investimento, pelo seu administrador eleito, pelo, ou outro, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, em conformidade com o artigo 1.326, III, da Lei nº

em conformidade com o compromisso firmado em 29/04/1998, sob pena e decurso o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rejeitados e cancelados a averbação respectiva, a termo do artigo 14, § 9º, do Decreto nº 3075, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 31 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 90-301.

11/2017

**1ª REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ 23.326.920/001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO, atendendo ao que me foi requerido pelo Espírito de São Paulo Alzugar, vale ao representante por sua inventariante MARIA HELENA ALVES ALZUGUR, brasileira solteira, advogada, residente à Rua Rainaldos Correa nº 39, apto. 702, Copacabana/RJ, RG nº 2.582.366, de 26/02/1975, e inscrita no CPF nº 074.901.507-90, por seu procurador, Roberto de Costa Alzugar, inscrito a ordem OAB nº 66, São João de Meriti/RJ, a vir e este cartório, na Avenida Maria Teresa, nº 260, Campo Grande/RJ, para pagar e reportar o valor das prestações em atraso, devidas pelo comparete de terreno designado por lote 32, de quadro 18, de Rua Projeteada "E", PAL. 19.789, Campo Grande/RJ, em conformidade com o compromisso firmado em 15/12/1998, sob pena e decurso o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rejeitados e cancelados a averbação respectiva, a termo do artigo 14, § 9º, do Decreto nº 3075, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 90-301.

11/2017

**1ª REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ 23.326.920/001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO, atendendo ao que me foi requerido pelo Espírito de São Paulo Alzugar, vale ao representante por sua inventariante MARIA HELENA ALVES ALZUGUR, brasileira solteira, advogada, residente à Rua Rainaldos Correa nº 39, apto. 702, Copacabana/RJ, RG nº 2.582.366, de 26/02/1975, e inscrita no CPF nº 074.901.507-90, por seu procurador, Roberto de Costa Alzugar, inscrito a ordem OAB nº 66, São João de Meriti/RJ, a vir e este cartório, na Avenida Maria Teresa, nº 260, Campo Grande/RJ, para pagar a importância referente as prestações em atraso, devidas pelo comparete de terreno designado por lote 5, de quadro 7, de Rua Projeteada "G", PAL. 19.788, Campo Grande/RJ, em conformidade com o compromisso firmado em 24/08/1998, sob pena e decurso o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rejeitados e cancelados a averbação respectiva, a termo do artigo 14, § 9º, do Decreto nº 3075, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 90-301.

11/2017

**PARQUES TEMÁTICOS S/A**  
CNPJ Nº 20.083.746/001-46 - NIRE Nº 33.300.159.984

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Ficam as Senhoras Ações da PARQUES TEMÁTICOS S/A, convocadas a comparecerem a Sede Social da companhia na Av. José Silveira de Azevedo nº 336, Santa Cruz, Rio de Janeiro, no dia 25 de abril de 2017 às 14:00 hs, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Examinar, discutir e votar: 1 - As contas e relatório de Administração da companhia; 2 - As Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social, findo em 31/12/2016, que foram publicadas em 12/04/2017, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1ª página 1, e 2ª página

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819  
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765663C1D4EC6DB927C758658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral



346

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

DIÁRIO OFICIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XLII - Nº 08 - PARTE V  
SEGUNDA-FEIRA - 17 DE ABRIL DE 2017

87

de Janeiro e demais Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 (acompanhadas ao Relatório de Administração, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos); 2) Fixação dos Conselheiros de Administração para o biênio de 2017/2018; 3) Tarcísio Bastos Cunha e Brílido Estrela Sá de Oliveira; 3) Fixação do Conselho Fiscal com mandato de 1 ano; Sr. Joazeir Teixeira de Resende; 4) Fixação de remuneração dos Administradores e dos membros eleitos do Conselho Fiscal. Foram os seguintes assuntos informados que se encontram à sua disposição na sede social: 1) documentação de acordo ao estatuto objeto de Ordenação da Cia. Rio de Janeiro RJ, 12 de abril de 2017. Carlos Henrique Silva Salazar - Presidente Interino.

**ONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO S.A.**  
CNPJ nº 101.124.029-74 - NIRE 333001802-5

**AVISO AOS AÇÕES** Concomitante às Sessões Ações realizadas em 14 de abril de 2017, a sua disposição na sede social da Companhia, situada na Rua Siqueira Campos, nº 13, 9º andar e nos salos 502 e 503, 701 e 702, 801, 804, 902 e 906-vestibulário de documentos a que se refere o Artigo 131 da Lei nº 6.404/76, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2017. Luis Roberto Nass de Almeida - Diretor.

Companhia, localizada na Av. das Américas nº. 3443, bloco 3, lojas 108, 102 e 105, Condomínio América Corporate, Bairro de Tijuca, Rio de Janeiro RJ, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGD. Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2017.

Antonio José de Almeida Carneiro  
Presidente do Conselho de Administração

n. 322981

**GENEPI INVESTIMENTOS S.A. (Companhia Aberta)**  
CNPJ/NIF nº 02.021.968/00-73 - NIRE nº 31.7.001332-4

**Edital de Convocação.** Foram os Srs. Administradores convocados para a AGD que se realizará em 20/04/2017, às 10:30 horas, na sede social da Cia., sito à Praça Tróia, 11, 61004, Pça. Centro RJ, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação, discutir e aprovar o Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Externos relativos ao exercício findo em 31/12/2016; b) Deliberação, discutir e aprovar a destinação do resultado líquido corrente do exercício social findo em 31/12/2016; c) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Cia.; d) Despesas Gerais; A Cia. informa a seus acionistas que os seguintes documentos foram publicados em 20/03/2017, nos jornais "Diário Comercial", "Diário de Notícias" e "Jornal O Dia" e no "DOERJ": (i) Relatório de Administração; (ii) Demonstrações Financeiras e (iii) Parecer dos Auditores Externos. Os documentos referentes às matérias acima mencionadas e demais previstas no item III do Edital foram apresentados à CVM por meio do Sistema Empresa/NET em 20/03/2017, e encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Cia., bem como disponíveis nos sites de Cia. ([www.genepi.com.br](http://www.genepi.com.br)), de BRAPF/COVESA S.A. ([www.brpfcovesa.com.br](http://www.brpfcovesa.com.br)) e de CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), assim como quaisquer

**NORTEC QUÍMICA S.A.**  
CNPJ 20.951.002/0001-07 - NIRE 333.002786-7

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação:** Foram convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGDE a ser realizada em 14 de maio de 2017, na sede social da Cia., na Rua 17 nº 203, bairro de Maricá, Araruama, Duque de Caxias RJ, a fim de deliberar e respeitar as seguintes Ordens de Dia: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2016 e distribuição de dividendos obrigatórios; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração; (iv) determinação de remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Cia.; (v) alteração da redação do Art. 2º do Estatuto Social da Cia. para refletir que a sede da Cia. está localizada no bairro de Maricá, Distrito de Araruama, Município de Duque de Caxias RJ; (vi) aumento do capital social da Cia. com a consequente alteração no estatuto no Art. 9º do Estatuto Social; (vii) previsão de que a Diretoria seja formada por até 2 (dois) Vice-Presidentes e redução de remuneração do cargo de Diretor Superintendente para Diretor Presidente, com a consequente alteração no estatuto dos Arts. 26, 30, 31 e 32 do Estatuto Social da Cia.; e (viii) criaçãoção do Estatuto Social da Cia. Duque de Caxias, 13/04/2017. Alberto Mattar Nassar - Presidente do Conselho de Administração

n. 32949

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A  
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA47F2FE5874C77448DEF54D28D00  
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





GERDAU AÇOS LONGOS S.A.  
CNPJ nº 07.358.761/0001-69  
NIRE nº 33300275819

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NO RIO DE JANEIRO, RJ, NA AV. JOÃO XXIII, 6.777, SANTA CRUZ, EM 13 DE JULHO DE 2018, ÀS 16h00min.

1. A assembleia foi convocada através de editais publicados nos dias 04, 05 e 06 de julho de 2018, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (respectivamente nas páginas 13, 10 e 12) e no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (respectivamente nas páginas E2, E2 e E4), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Destituição de membro da Diretoria.
2. Estavam presentes acionistas representando a maioria do capital social. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor André Brickmann Areno que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para secretário.
3. A Assembléia Geral Extraordinária, por unanimidade, deliberou destituir, à data de 13/07/2018, o Diretor Vice-Presidente Francisco Deppermann Fortes, em razão de sua aposentadoria, dando por encerrado o contrato do diretor e reputando extinto o respectivo vínculo trabalhista com a Companhia.
4. Nada mais foi tratado.

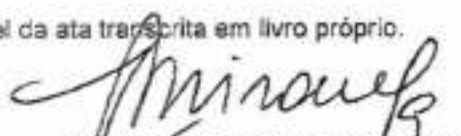
Rio de Janeiro, 13 de julho de 2018.

Mesa: André Brickmann Areno (Presidente da Assembleia); Otávio Augusto Trois de Miranda (Secretário da Assembleia); Acionista GERDAU S.A. representada por Otávio Augusto Trois de Miranda.

#### Declaração

Declaramos, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.

  
André Brickmann Areno  
Presidente

  
Otávio Augusto Trois de Miranda  
Secretário e Advogado  
OAB/RS nº 23.728

ASSO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
 PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DA FCPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO  
 RJ.84.24.03.02 - 07.358.761.000.169

## 01. IDENTIFICAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)<br>GERDAU ACOS LONGOS S.A. | Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ<br>07.358.761/0001-69 |
|--|---|

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

## 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

|                                   |                       |
|-----------------------------------|-----------------------|
| NOME<br>HARLEY LORENTZ SCARDOELLI | CPF<br>447.421.500-15 |
| LOCAL                             | DATA<br>24/07/2018    |

## 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 447.421.500-15

\* Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.834, de 05 de maio de 2016



Preparar Página  
para impressão



**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.3 – Procuração





Livro:- 5.102 – Páginas 235/238

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM:

GERDAU AÇOS LONGOS S.A e outras

226383

SAIBAM QUANTOS virem, este público instrumento que, no ano de dois mil e dezenove (2019), aos 27 (vinte e sete) dias do mês de FEVEREIRO, nesta cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, neste Cartório, perante mim escrevente, compareceram como outorgantes: **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, com sede na Av. João XXIII, nº 6777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, CNP nº 07.358.761/0001-69, NIRE 33300275819, com seu estatuto social consolidado, aprovado pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 20/04/2017, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 00003036881 em 05/05/2017, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 040/18 e alteração estatutária, aprovada pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 27/04/2018, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 00003209421 em 08/06/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 164/19; neste ato de acordo com o artigo 14º - parágrafo 4º de sua alteração estatutária, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 83087528 SSP/PR, CPF nº 346.819.490-00 e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, RG nº 8020206317 SSP/RS, CPF nº 352.524.130-53, ambos residentes e domiciliados em Barueri, SP, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária, realizada, em 27/04/2018, registrada na JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003209421, em 08/06/2018, acima mencionada. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **GERDAU AÇOMINAS S.A.**, com sede em Ouro Branco - MG, na Rodovia MG 443, Km 07, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.227.422/0001-05, NIRE 31300036677, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 27/04/2018, registrada na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 6878381, em 04/06/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 622/18; neste ato de acordo com o artigo 19º - parágrafo 4º - letra "a" de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado); eleitos através das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada em 27/04/2018, acima mencionada. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **GERDAU S.A.**, com sede na Av. das Nações Unidas nº 8.501 - 8º andar - conjunto 02 - Bairro Pinheiros - CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.611.500/0001-19, NIRE 35300520696, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20/04/2018, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003186651, em 27/04/2018 e na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35300520696, em 28/08/2018, do qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 163/19; neste ato de acordo com o artigo 12º - parágrafo 4º - letra "a" de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado), residentes e domiciliados nesta Capital; eleitos através da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/05/2018, registrada na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 508.287/18-2, em 23/10/2018, da qual cópia está arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social acima mencionado. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **METALÚRGICA GERDAU S.A.**, com sede na Av. das Nações Unidas nº 8.501 - 8º andar - conjunto 1 - parte - Bairro Pinheiros - CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.690.783/0001-09, NIRE 35300520751, com seu



10982602423218.900674728-5

P-28544 R-009728

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN PAULISTA  
SÃO PAULO SP CEP 04501-001  
FONE/FAX: 11-50417622



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

estatuto social consolidado, aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 23/04/2018, registrada na JUCERGS – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 4782379, em 28/06/2018 e na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 3530052075-1, em 29/08/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 166/19; neste ato de acordo com o artigo 13º - parágrafo 18º de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado), residentes e domiciliados nesta Capital, eleitos através da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/05/2018, registrada na JUCESP sob nº 508.285/18-9, em 23/10/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social acima mencionado. Os representantes legais das outorgantes declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **FUNDAÇÃO GERDAU**, com sede em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, nº 1.811, Floresta, CNPJ nº 92.678.473/0001-60, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Ata de Reunião do Conselho de Supervisão, realizada em 01/10/2007, registrado no 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre - RS sob nº 1567743, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 254/18; neste ato de acordo com o artigo 16º - parágrafo 3º de seu estatuto social representada por seus Diretores: Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado) e Sra. **ALBERTINA MARIA MELO DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº M 4203172 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob nº 592.258.666-15, ambos com escritório nesta Capital, eleitos através da Reunião do Conselho de Supervisão, realizada em 22/03/2018, registrada no 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre - RS sob nº 103649, em 29/05/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 165/19. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **Ana Carolina Xavier de Moraes Borba**, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE nº 31.395, CPF nº 049.004.014-47, com escritório profissional em Recife, PE, na Rodovia BR 232, Km 12,7, Distrito Industrial do Curado, CEP 50950-000; **Ana Cláudia Carvalho Floriano**, brasileira, solteira, OAB/MG nº 143.062, CPF nº 090.292.616-09, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1575, bairro Bandeirantes, CEP 32240-090; **Bianca Stella Piacentini Baruffaldi**, brasileira, solteira, advogada, OAB/SP sob o nº 288.493, CPF 007.996.510-52, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fabiano Faria Maia**, brasileiro, casado, advogado, OAB/MG nº 90.451, CPF nº 042.372.986-12, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fábio Eduardo de Pieri Spina**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP nº 134972, CPF nº 153.084.478-96, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fernanda Alckmin Fernandes Claudino**, brasileira, solteira, advogada, OAB/SP nº 309.634, CPF nº 329.411.748-50, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fernanda Pedreira Ribeiro**, brasileira, solteira, advogada, OAB/RS nº 104.573, CPF nº 024.170.160-01, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, na Avenida Borges de Medeiros, nº 650, Bairro Colonial, CEP 93212-110; **Fernanda Santana de Souza**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 177.482, CPF nº 089.611.476-76, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; **Gustavo Querotti e Silva**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RS nº 60.635, CPF nº 928.036.870-20, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, RS, na Avenida Borges de Medeiros, 650, Bairro Colonial, CEP 93212-110; **Flávia Renata Rodrigues da Costa Mariano**, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 131.517, CPF nº 081.865.796-70, com escritório profissional em Ouro Branco, MG, na Rodovia MG 443, Km 7, Fazenda do Cadete, CEP 36420-000; **Gabriela Gonçalves de Oliveira e Souza Stenger**, brasileira, casada, advogada, OAB/SP nº 252.854, CPF nº 307.945.638-64, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **João Paulo Gomes e**

Part. Fincas. Serv. M. 11.11.2018

13º TABELÃO DE NOTAS  
DISTRITO DE CAMPO BELO  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
TABELÃO AVELINO LUIS MARQUES



Cordeiro, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG nº 122.823, CPF nº 067.358.116-07, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; **Lella Silva Laão**, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 119.461, CPF nº 069.921.246-41, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 8º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Leonardo Silva Barbosa**, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/MG nº 112.637, CPF nº 043.387.976-90, com escritório profissional em Ouro Branco, MG, na Rodovia MG 443, Km 7, Fazenda do Cadete, CEP 38420-000; **Luciana das Graças dos Santos**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 114.332, CPF nº 057.804.246-08, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Maria Luiza Braga Do Espírito Santo**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 147.231, CPF nº 099.023.946-20, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Marina Duarte Teixeira Romanelli**, brasileira, solteira, OAB/MG nº 184.716, CPF nº 124.694.526-60, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1575, bairro Bandeirantes, CEP 32240-090; **Otávio Augusto Trois de Miranda**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RS nº 23.728, CPF nº 536.393.160-53, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Paloma Pasqualina Colombo**, brasileira, casada, advogada, OAB/RS nº 75.565, CPF nº 836.939.120-68, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, RS, na Av. Borges de Medeiros, nº 650, Colonial, CEP 93212-110; **Rafael Lebensold**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP nº 261.138, CPF nº 313.927.248-05, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Raquel de Melo Vieira**, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 83.252, CPF nº 032.145.216-08, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; **Thales Baleeiro Teixeira**, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/SP nº 113.542, CPF nº 088.514.258-05, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070. **PODERES:** Para o foro em geral, "ad e extra judicium", para agirem em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propondo e contestando ações, execuções, mandados de segurança, ingressos em ações rescisórias e demais procedimentos, inclusive processos administrativos, impugnar autos de infração, requerer falências e declarações de insolvência, habilitar-se em concordatas, falências e concurso de credores, representando a(s) **OUTORGANTE(S)** em assembleias de credores; nomear preposto para representar a(s) Outorgante(s); requerer e se fazer representar em ações de inventário e partilha, podendo aceitar encargos de inventariante, assinando os respectivos compromissos, acompanhando tais processos até seu final; excepcionar, representar a(s) **OUTORGANTE(S)** criminalmente, arguir suspeições, defender em todos os seus negócios e interesses em qualquer juízo ou instância, inclusive em conselhos de contribuintes; receber e dar quitação, transigir, acordar e desistir; podendo ainda, celebrar escrituras públicas de constituição de garantias em favor da(s) **OUTORGANTE(S)**, ou de recebimento, por estes, de bens dados em pagamento, bem como, representá-los perante autoridades policiais, podendo apresentar queixa ou notícia crime, perante Ministério Público e demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, empresas públicas e privadas, estabelecimentos da rede bancária e outros, assinando e requerendo em todos os assuntos de interesse dos outorgantes, representando ainda, perante qualquer agência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, com a finalidade de levantar alvarás judiciais; podendo receber e dar quitação, e tudo o mais praticar para o fiel desempenho da presente outorga de poderes de representação, inclusive substabelecer com reserva. A presente procuração será válida até 01 de março de 2020, exceto quando acostada a autos processuais, hipótese em que sua vigência será prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão dos referidos processos. De como assim o disse dou fé pediu e lhe lavrei o presente instrumento, que feito e lhe sendo lido em voz alta, pausada e clara, foi achado conforme, outorga aceita e assina. Ao Tabelião: R\$ 269,90, Estado: R\$ 76,76, Sec. Faz.: R\$ 52,48, ISS: R\$ 5,76, M.P: R\$ 12,96, R.Civil: R\$ 14,20, Tribunal: R\$ 18,52, Sta. Casa: R\$ 2,70, Total: R\$ 453,22 **SELO DIGITAL**



10982602423218.000674729-3

P.0384 IL00778

RIA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN PAULISTA  
SÃO PAULO SP CEP 04601-001  
FONE/FAX: 11-30417622



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

Nº 1112031PR022638327021919X A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: <https://selodigital.tjsp.jus.br> mediante a informação do código QR Code abaixo ou pelo número do selo digital. Eu, JOSÉ ROBERTO PAULO, escrevente, a escrevi. EU, HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES, Substituta a subscrevo. (aa) CESAR OBINO DA ROSA ERES / FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO / ALBERTINA MARIA MELO DE OLIVEIRA / HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES (Os emolumentos devidos pela presente, serão pagos por verba estadual, dentro do prazo legal). NADA MAIS, dou fé. Traslada em seguida. Eu, *marques*, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho ..... *marques* ..... da verdade.




139 Tabelião de Notas  
do Capital - SP  
HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES  
SUBSTITUTA DO TABELIÃO  
Rua Friburgo, 363 - São Paulo - SP

## SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que me foram por **GERDAU S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.611.500/0001-19, com sede na Avenida das Nações Unidas, 8.501 – 8º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP; e **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 07.358.781/0001-69, com sede na Avenida João XXIII, nº 6777, bairro Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ; e **GERDAU AÇOMINAS S.A.**, inscrita sob o CNPJ nº 17.227.422/0001-05, com sede na Rodovia 443, Km 07, Fazenda do Cadete, Ouro Branco/MG; aos advogados **WILLIAM EDUARDO FREIRE OAB/MG 47.727**, **TIAGO DE MATTOS SILVA OAB/MG 110.293**, **BRUNO FREIRE MAIA RODRIGUES COSTA OAB/MG 110.850**, **MARCELO AZEVEDO OAB/MG 130.790**, **PAULO HONÓRIO DE CASTRO JÚNIOR OAB/MG 140.220**, **ANA MARIA DAMASCENO DE CARVALHO FARIA OAB/MG 157.554**, **DANILO RESENDE SOARES OAB/MG 173.595**, **ENRIQUE DE CASTRO LOUREIRO PINTO OAB/MG 188.358**, **ISABELA CAMILA DA CUNHA OAB/MG 179.329**, **JESSICA RUBIALE BATISTA OAB/MG 169.454**, **JOÃO PAULO SANTAROSA DE ARAUJO AYRES OAB/MG 134.576**, **LUCIANA DE ALMEIDA GOMEZ OAB/MG 150.038**, **MARIA LUIZA TAVARES DE ALMEIDA OAB/MG 186.307**, **MARIANA JEANNERET MOURÃO OAB/MG 137.610**, **NATHÁLIA GIULIANA JANUÁRIO DE ANDRADE PORTUGAL OAB/MG 182.457**, **RODRIGO HENRIQUE PIRES OAB/MG 143.096** e **THIAGO PASSOS DE CASTRO E SANTOS OAB/MG 192.450**, todos integrantes do Escritório **WILLIAM FREIRE - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrado na OAB sob o nº 394, com sede na Rua Paraíba, 478, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para o foro geral, com cláusula *ad iudicia et extra*, para atuar, juntos ou separadamente, enquanto integrantes do escritório supracitado, em qualquer **órgão administrativo federal, estadual ou municipal em que tramitem Notificações, Autos de Infração, Procedimentos e/ou Processos Administrativos em geral** que possuam a empresa como parte, para que procedam todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses do outorgante em qualquer foro ou Instância que se fizer necessário, compreendendo os poderes para substabelecer.

Contagem, MG, 10 de abril de 2019.

  
**MARINA DUARTE TEIXEIRA ROMANELI**  
OAB/MG 184.716



**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 4 – Extrato de publicação da decisão de arquivamento – 02/11



0695409/2019



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental  
Supram Norte de Minas

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS

DIÁRIO DO EXECUTIVO

DATA: 09/11/2019

PÁGINA: 11

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Renovação de Licença de Operação: \*Gerdau Aços Longos S.A./ Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II - Silvicultura e produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada - Rio Pardo de Minas/MG - PA/Nº 03621/2005/007/2015 - Classe 5. Motivo: Apresentação insatisfatória de informações complementares. (a) Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, Secretário Executivo do COPAM.





**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 5 – Comprovante de pagamento de taxa de expediente



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

**Comprovante de Pagamento das Receitas Estaduais**

Nome  
GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

Endereço

Município  
RIO PARDO DE MINAS

UF  
MG

Telefone

Data de Vencimento  
27/11/2019

Data de Pagamento  
27/11/2019

Tipo de Identificação  
CNPJ

Numero Identificação  
07.358.761/0124-18

Código Municipal (para produtor rural e não inscrito)  
555

Mês/Ano de Referência  
11/2019

Nº Documento (anulação, dívida ativa e parcelamento)  
4300051290448

**Histórico**

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Serviço: ANALISE DE RECURSO INTERPOSTO - INDEFERIMENTO LICENCA

**Valores pagos**

1001-E - TAXA DE EXPEDIENTE - SEMAD Valor: 538,98

**Informações**

TAXA DE EXPEDIENTE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO ARQUIVAMENTO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - PA  
03821/2005/007/2015.

Linha 85660000005 6 38680213191 9 12712430096 4 12964480137 9

**AUTENTICAÇÃO**

Agência: 3527 Banco: 33 NSU: 170812 - Data de Pagamento: 27/11/2019

|              |            |               |
|--------------|------------|---------------|
| <b>TOTAL</b> | <b>R\$</b> | <b>538,98</b> |
|--------------|------------|---------------|

FLUXO VIA ÚNICA - EMISSÃO / CONTRIBUINTE (COMPROVANTE DE PAGAMENTO)



**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 6 – Parecer técnico Supram NM - papeleta de despacho nº 93/2019



|   |  |
|---|--|
| Empreendedor: <b>Gerdau Aços Longos S.A.</b>  |  |
| Empreendimento: <b>Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II</b> | Município: <b>Rio Pardo de Minas/MG</b>                        |
| Assunto: <b>Processo nº 3621/2005/007/2015</b>  |  |
| De: <b>Márcio Sousa Rocha</b>   | Unidade Administrativa:<br><b>Área Técnica – SUPRAM NM</b>     |
| Para: <b>Clésio Cândido Amaral</b>  | Unidade Administrativa:<br><b>Superintendente da SUPRAM NM</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O empreendedor Gerdau Aços Longos S.A. protocolou em 08/10/2015 o processo de Renovação de Licença de Operação para o empreendimento composto pelas Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, processo administrativo número 3621/2005/007/2015, cujas atividades desenvolvidas são G-03-03-4 Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada com capacidade instalada para produção de 147.450 mdc/ano (Classe 5, pela DN74) e G-03-02-6 Silvicultura em área de 6321,50 ha (Classe 3, pela DN 74).

Esta revalidação contempla a unificação das licenças de operação oriundas dos processos administrativos número 03621/2005/002/2009 das Fazendas Vale das Embaúbas I e II, e 03621/2005/005/2014 da Fazenda Riacho dos Porcos.

Foram solicitadas informações complementares através do ofício 0890/2016 cuja prorrogação do prazo foi requerida pelo empreendedor em 02/12/2016 (R0358772/2016). Em 26/12/19 (R0370268/2016) foi solicitado o sobrestamento para realização da complementação dos estudos de fauna até 31/09/2017. Considerando a mudança de gestor do processo e a realização da vistoria em 01/10/2018, foram solicitadas novas informações complementares através do Ofício SUPRAM NM 3221/2018. O empreendedor solicitou o sobrestamento do processo para entrega de parte das informações em 07/03/2019, com cronograma justificado, pelo prazo de 150 dias. As informações sobrestadas foram protocoladas tempestivamente em 02/08/2009 (R0115609/2019).

## 2. DA ANÁLISE DAS CONDICIONANTES

### Fazenda Vale das Embaúbas

Analisando-se as condicionantes da licença de operação desta fazenda, verificou-se o descumprimento de algumas das condicionantes, em especial as relatadas abaixo:

- Condicionante 3 "Manutenção das práticas de conservação de solos e sistemas de controle de erosão nas estradas e aceiros existentes em toda área do imóvel. Manutenção



das canaletas e camalhões destinado à água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial, principalmente nas estradas vicinais". Não foram apresentados relatórios anuais entre 2014 e 2016. Não obstante, o levantamento de erosões solicitado em informação complementar encontrou 51 pontos com erosões, em sua maioria associados a carreadores e estradas, demonstrando que as práticas de conservação do solo têm sido insuficientes.

- Condicionante 4: "Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da fauna, com ART de profissional habilitado. Com cronograma de atividades. Apresentar a cada 1 (um) ano relatório de diagnóstico". Não foram entregues os relatórios de 2015 e 2016, e três campanhas foram apresentadas intempestivamente. Portanto, 62,5% dos relatórios foram não foram entregues ou foram apresentados intempestivamente.
- Condicionante 5: "Apresentar projeto técnico de recuperação da flora - PTRF, para as áreas de Reserva Legal, aceiros, estrada desativada e corredores ecológicos onde não ocorreu regeneração do cerrado após retirada do eucalipto. O cronograma de execução deverá ser cumprido num prazo máximo de 150 dias. Posterior a execução, o empreendedor deverá enviar relatório de acompanhamento do PTRF, conforme DN 76/04. Este deverá apresentar fotografias da área sendo recuperada, além de estudo florístico para que possamos avaliar a eficácia do projeto executado". Das 19 datas previstas para relatórios semestrais entre os anos de 2010 e 2019, não foram entregues 15 e 02 foram entregues intempestivamente.

#### Fazenda Riacho dos Porcos

- Condicionante 2: "Manutenção das práticas de conservação de solos e sistemas de controle de erosão nas estradas e aceiros existentes em toda área do imóvel. Manutenção das canaletas e camalhões destinado à água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial, principalmente nas estradas vicinais." O levantamento de focos erosivos apontou a existência de erosões em 28 pontos, muitos deles associados a estradas, desta forma considera-se que as práticas de conservação do solo não foram bem aplicadas conforme determinou a condicionante acima.



### 3. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### Levantamento de espécies exóticas na reserva legal

Considerando grande parte das áreas de reserva legal dos empreendimentos foi averbada em locais onde anteriormente foi desenvolvido o cultivo de eucalipto. Desta forma as reservas atualmente são constituídas por áreas em regeneração em diferentes estágios. No entanto, durante a vistoria foi verificada a presença muito grande da espécie exótica em certas áreas da reserva. Deste modo, solicitou-se através informação complementar, um levantamento da presença de espécies exóticas, especialmente eucalipto na reserva legal do empreendimento. O empreendedor apresentou um estudo realizado através do processamento de imagens aéreas obtidas por drones.

- Na Fazenda Vale das Embaúbas, segundo o método utilizado, a presença de eucalipto na reserva legal foi enquadrada na classe de 0 – 10 indivíduos por hectare;
- Na Fazenda Riacho dos Porcos houve áreas de reserva com presença de eucalipto caracterizada na faixa de 40 a 50 indivíduos por hectare.
- No entanto verificou-se na vistoria que em porções da reserva legal, a presença de indivíduos de eucalipto é muito maior que os valores encontrados no levantamento. O fato de que o estudo levou em conta os limites dos antigos talhões de eucalipto ao dividir a área em unidades para as quais foi estabelecido o número de indivíduos eucalipto por hectare e que estas unidades não são homogêneas do ponto de vista de distribuição espacial e predominância de dossel superior da espécie exótica analisada pode ter contribuído para que número de indivíduos por hectare obtido no estudo fosse baixo na média. No entanto, em campo foi possível identificar áreas muito adensadas com dominância do eucalipto sobre a vegetação nativa (Imagens 04 e 05).
- Dessa forma, verifica-se que o levantamento deveria ter sido estratificado, agrupando espacialmente as áreas com maior presença da espécie em vez de utilizar como base os talhões antigos, que não refletem a realidade atual já que a rebrota do eucalipto não foi uniforme.

#### Delimitação das bordas de chapada e PTRF's

Foi realizado um levantamento de bordas de chapada nas duas fazendas. A partir deste levantamento o empreendedor propôs a delimitação das APP's. Entende-se que o levantamento e a proposição das APP's atendeu ao solicitado pela equipe técnica da SUPRAM.



Quanto a proposta de recuperação das áreas verificou-se que a maior parte dos pontos levantados na faixa de APP proposta sobrepõe estradas e carregadores, no entanto o empreendimento propõe a manutenção de todos estes acessos. A equipe da SUPRAM entende que os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa. Como verificado nos pontos L09, L10 e L11 da Fazenda Riacho dos Porcos e L1, L3, L4, L5, L6 e L7 mapeados na Fazenda Vale das Embaúbas I e II, os afastamentos deverão ocorrer em áreas de talhões. Em muitos dos pontos levantados o afastamento não causa aumento significativo nas distâncias de acesso, demonstrando a existência de alternativas locais (Imagem 01).

A necessidade do afastamento de estradas e carregadores da APP de borda da chapada fica evidenciada através do estudo que levantou a presença de processos erosivos no empreendimento e encontrou que, na fazenda Vale das Embaúbas 92% dos pontos com degradação do solo estão associados a estradas e carregadores. Na fazenda Riacho dos Porcos o número sobe para 100%. Considerando que a motivação que levou a Legislação a proteger as bordas de chapada com um faixa de 100 m é a necessidade de proteger estas áreas frágeis do potencial da ação de processos erosivos. A permanência de estradas nestes locais consiste em mais um fator de degradação.

Assim, em resumo, enquanto que o levantamento das bordas de chapada foi considerado adequado, a proposição de recuperação das áreas delimitadas como APP foi considerada insatisfatória.

#### **Boletim de ocorrência da invasão**

Durante a vistoria verificou-se que nas coordenadas 23 L 784292.00 m E / 8271628.00 m S havia uma área desmatada, posteriormente, via imagens de satélite a sua delimitação demonstrou tratar-se de 2,48 ha, como ilustrado na imagem 06 do anexo fotográfico. Na oportunidade, o representante do empreendimento informou que o desmate teria ocorrido em razão de uma invasão da propriedade, e que havia sido feito um boletim de ocorrência sobre o fato. Foi solicitada a apresentação deste documento através de informação complementar, no entanto o boletim de ocorrência apresenta-se com a coordenada muito distante do local onde foi verificada a supressão, cerca de 13 km. Ademais não há detalhamento de áreas ou volumes suprimidos. Foi relatado apenas que houve retirada de madeira, que a mesma foi verificada em campo descascada e que as cascas seriam para uso medicinal. Este relato dá a entender que o BO refere-se ao uma supressão de árvores isoladas e em menor escala do que a verificada em campo.



### Complementação dos estudos de fauna

Os estudos de fauna referente às classes apresentadas pelo empreendedor foram analisados e considerados satisfatórios, no entanto há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que não foi contemplada na informação complementar original. No PCA apresentado não consta proposta de Programa de Monitoramento de Fauna para nenhum grupo, bem como nenhuma documentação para emissão da Autorização de Manejo de Fauna.

### Programa de Educação Ambiental (PEA)

A Área de Influência Direta (AID) não foi definida de acordo com os impactos do empreendimento e o estudo foi apresentado em conjunto para 3 fazendas em Rio Pardo de Minas, porém, estas não possuem mesma AID.

A Fazenda Cercado de Baixo e de Cima (silvicultura e produção de biorredutor) é contemplada por outro processo de licenciamento.

As fazendas não são contíguas, mas Fazenda Riacho dos Porcos e Fazendas Vale das Embaúbas I e II estão sendo licenciadas no mesmo processo. Ainda assim o DSP deve ser feito na AID de cada uma.

Segundo a DN 214/2017,

Art. 11 O PEA poderá ser elaborado e executado em parceria com outras ações e programas de educação ambiental de empresas e/ou instituições públicas e privadas situadas na mesma AID do empreendimento ou buscar sinergia com outras ações de políticas públicas desenvolvidas na região, desde que comprove, perante o órgão licenciador, a correlação dessas ações aos impactos ambientais do empreendimento. DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo.

No estudo não foi apresentada nenhuma das justificativas para a elaboração de um PEA 'conjunto'.

Sobre o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), foi constatada a insatisfatoriedade em alguns pontos, sendo os principais:

- **Mobilização:** aplicação de questionário semiestruturado em conversa apenas com lideranças locais e moradores das comunidades.
- **Metodologia:** i) pesquisa em fonte secundária; ii) dados do EIA (também secundários para meio socioeconômico); iii) fontes oficiais sem informar quais seriam.





- **Oficinas DSP:** a devolutiva DSP foi feita apenas com lideranças sem envolver demais pessoas interessadas.
- **Público Externo:** Cronograma/Projeto executivo de 12 meses para apenas 1 projeto, a metodologia do projeto foi considerada insatisfatória e apresentou-se inconsistente com DSP e incoerente com DN 217/2017, Termo de Referência e IS Sisema 04/2018;
- **Público externo/Projeto executivo:** insatisfatório; cronograma apenas para 12 meses; projeto inconsistente com DSP — incoerente com DN 217/2017, Termo de Referência e IS 04/2018;

#### Outras considerações:

- Não foram informados os profissionais habilitados para execução do programa.
- O DSP apresentou levantamento de demandas que não são funções de PEA, tais como construir campo de futebol; construir posto de saúde; furar poço tubular e etc. Isto demonstrou incapacidade de condução de uma pesquisa de DSP focada na questão ambiental.

#### Proposta de cercamento/proteção de reservas

No documento apresentado em resposta a este item, o empreendedor questiona a efetividade do cercamento tendo em vistas experiências observadas anteriormente nas quais houve a violação das cercas para a passagem de animais. Em lugar de efetuar o cercamento, inicialmente, propõe um trabalho com a vizinhança através do levantamento dos locais com existência de rebanho bovino posterior trabalho de comunicação e conscientização dos vizinhos. Foram apresentados registros da entrada de animais, das marcas, localizações e ações feitas pela equipe de segurança junto a propriedades vizinhas. No entanto, por tratar-se de um processo instruído com EIA/RIMA e, portanto, com necessidade de apresentação de PEA, a equipe da SUPRAM entende que esta é a ferramenta ideal para que sejam trabalhadas, por exemplo, as questões que concernem a relação entre o empreendimento e a comunidade.

#### 4. CONCLUSÃO

Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, a equipe técnica da SUPRAM NM sugere o arquivamento do processo de Revalidação de Licença de Operação PA número 3621/2005/007/2015, do empreendedor/empreendimento Gerdau Aços Longos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas - SUPRAM NM

PAPELETA DE  
DESPACHO  
Nº 93/2019  
Nº Siam: 0676378/2019  
DATA: 29/10/2019

S.A./Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, município  
de Rio Pardo de Minas/MG.

**Márcio Sousa Rocha**  
Gestor Ambiental - SUPRAM NM

**Maria Júlia Coutinho Brasileiro**  
Gestora Ambiental - SUPRAM NM

**Warlei Souza Campos**  
Gestor Ambiental - SUPRAM NM

**Sarita Pimenta de Oliveira**  
Diretora Regional de Regularização Ambiental



### ANEXO FOTOGRÁFICO

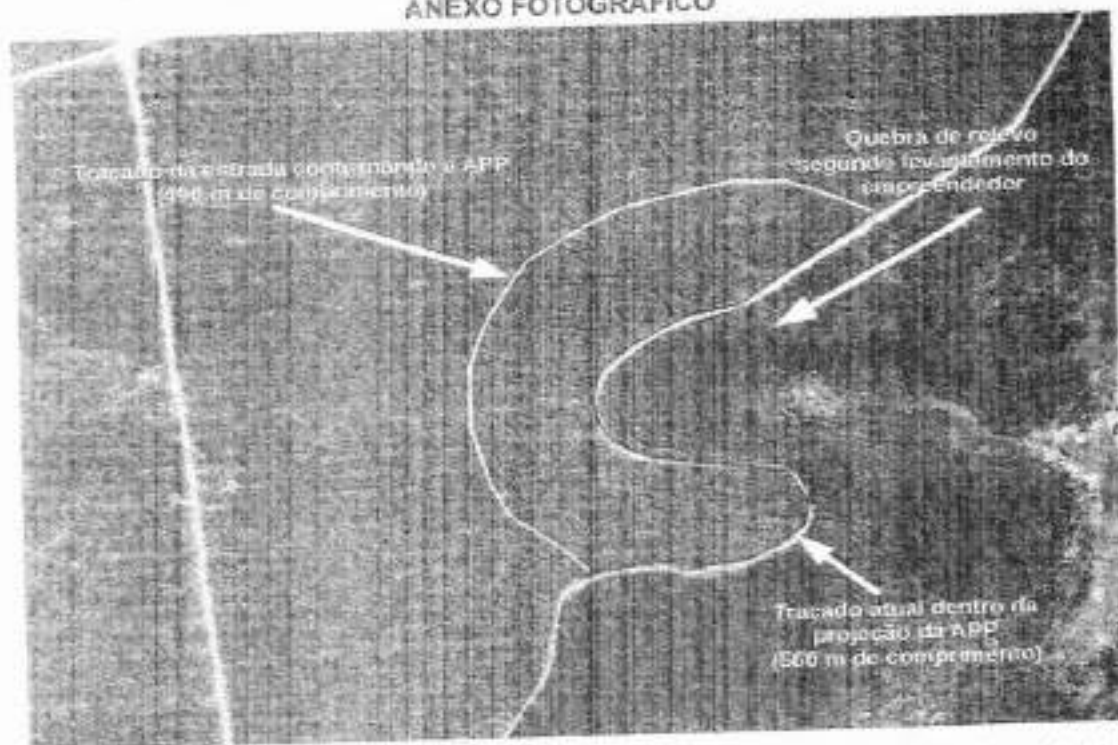


Imagem 01 – Projeção de APP da borda de chapada delimitada pelo empreendedor e traçado atual da estrada através da APP (mantida na proposta do empreendedor) e traçado contornado a APP. Fica demonstrada a alternativa locacional viável.

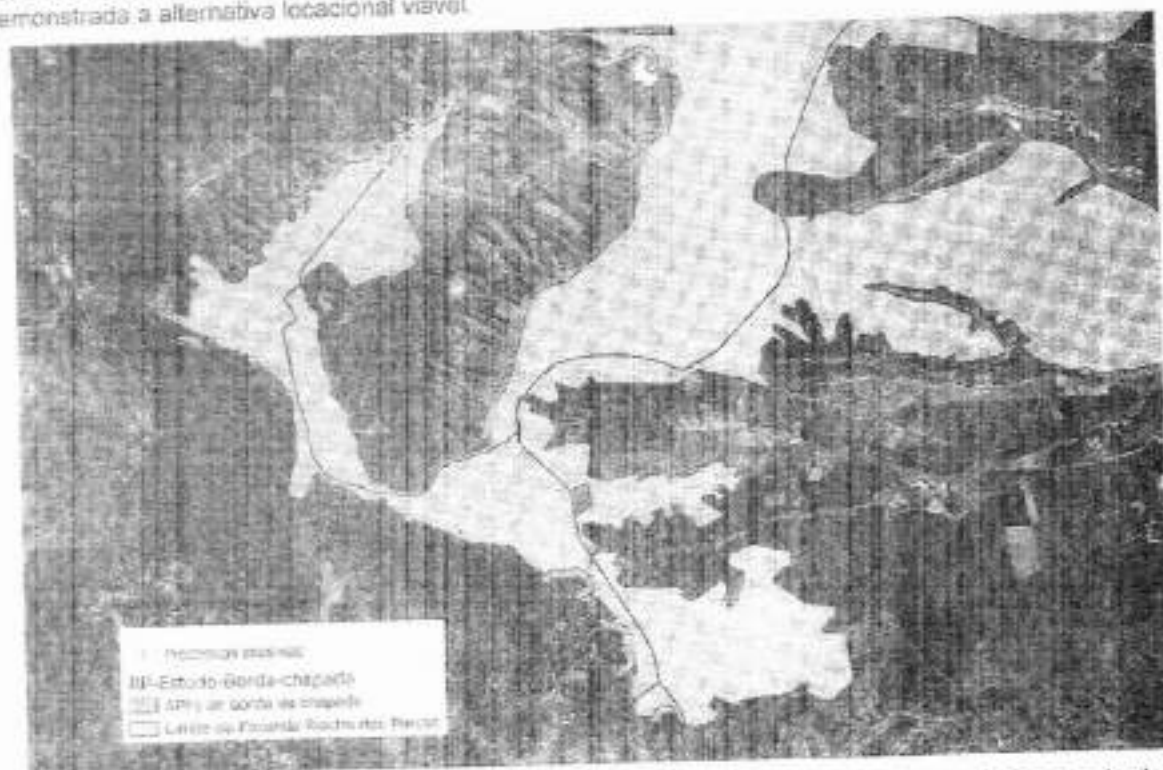


Imagem 02 – Processos erosivos (pontos verdes numerados), em sua maioria associados a estradas e áreas próximas as bordas de chapada.

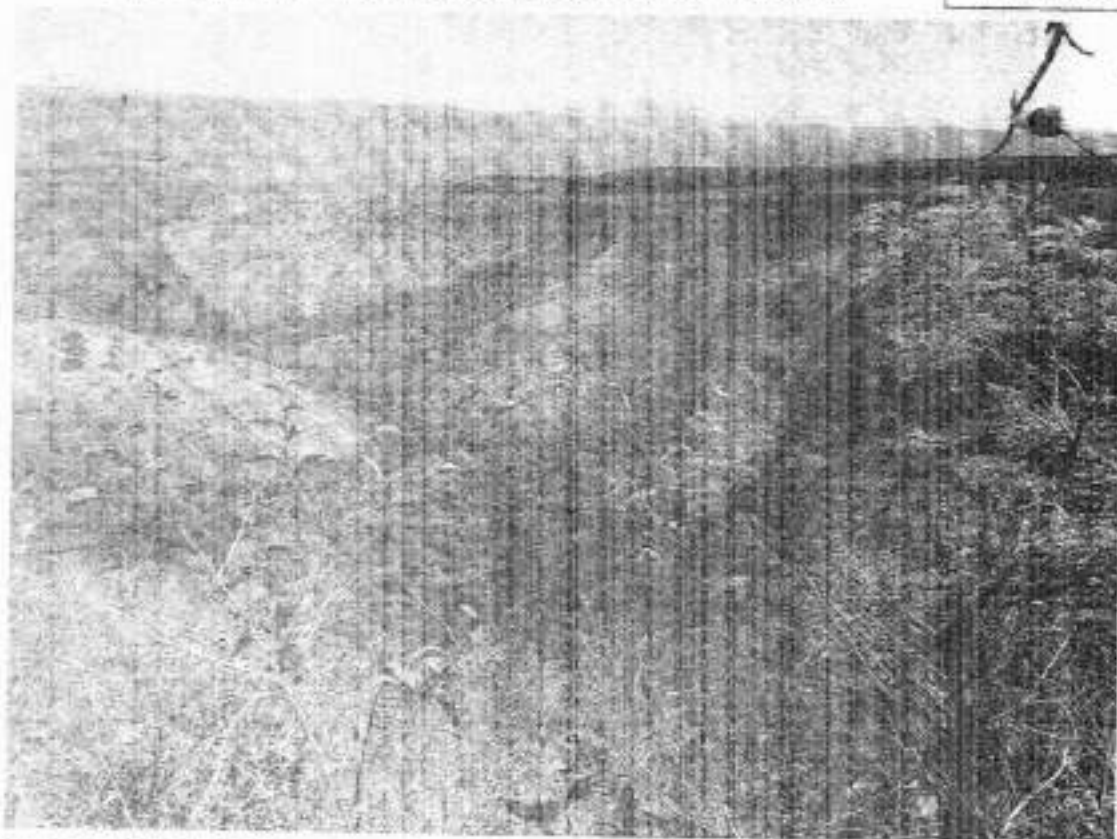


Imagem 03 - Vista de bordas de chapada existentes no empreendimento.



Imagem 04 - Grande incidência de eucalipto em reserva legal.

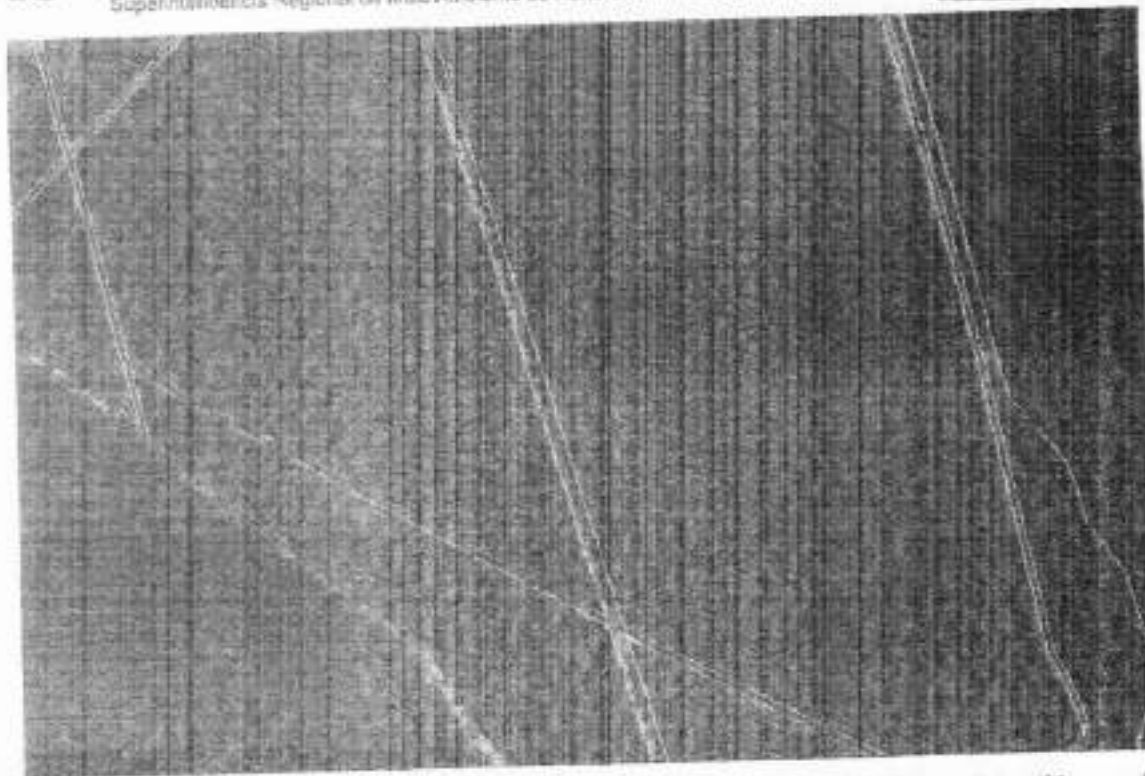


Imagem 05 – Imagem de satélite da área de reserva com grande presença de eucalipto. (Mesma área onde foi tirada a foto anterior)

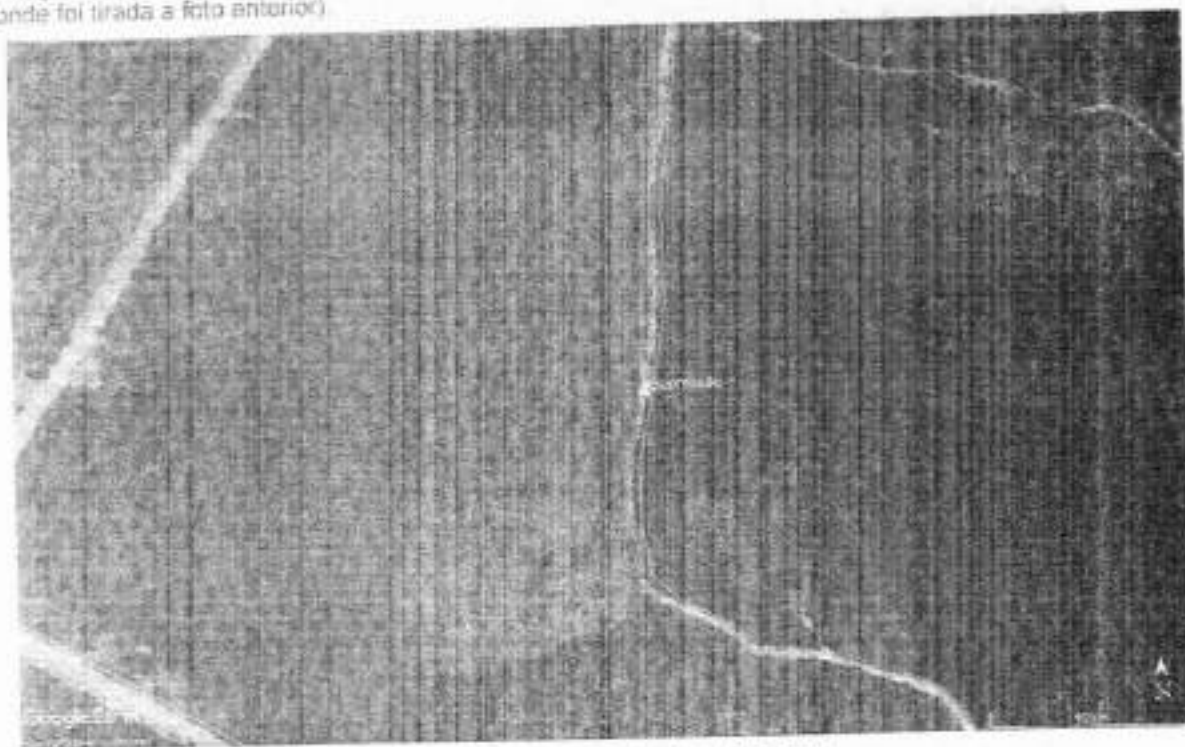


Imagem 06 – Área suprimida, na Fazenda Vale das Embaúbas (2,48 ha).

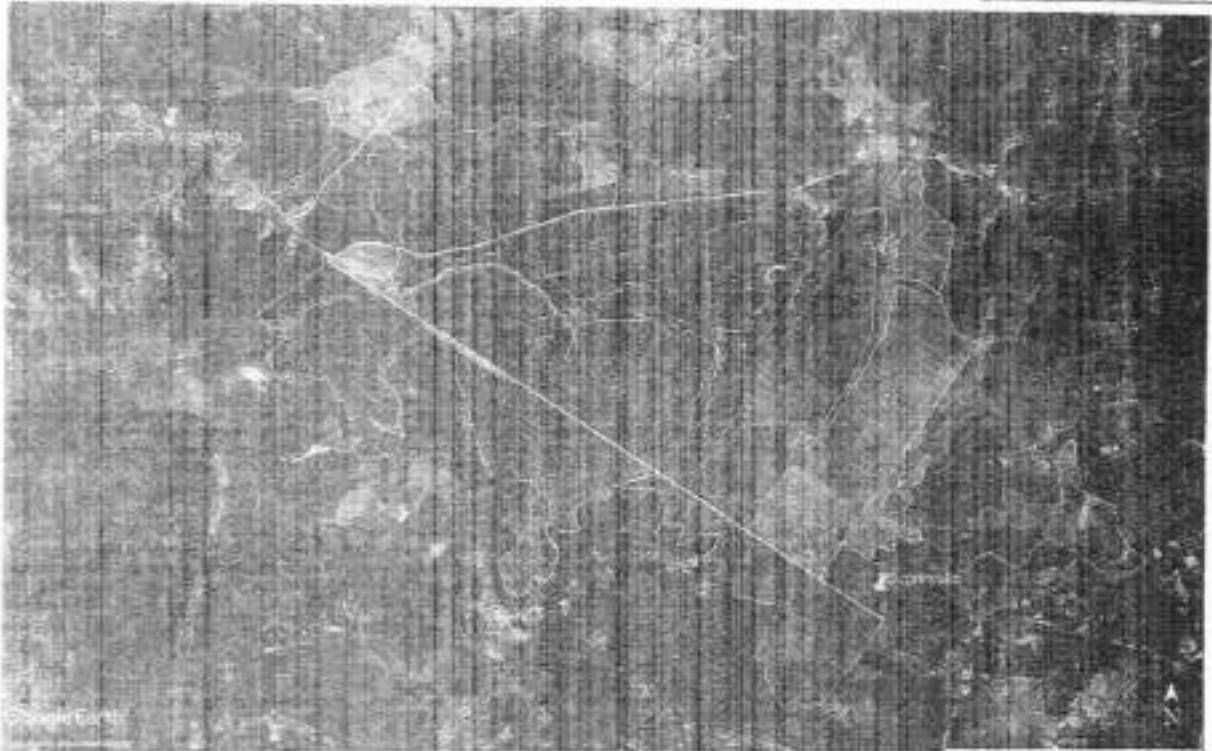


Imagem 07 – Visão geral da fazenda Vale das Embaúbas e distância entre a coordenada da supressão verificada em vistoria e a coordenada especificada no boletim de ocorrência número M7104-2018-00001232 de 05/09/2018 fornecido pelo empreendedor (13 km).



**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc 7 - Ofício nº 3221/2018 – Supram NM




OFÍCIO Nº 3221/2018 – SUPRAM NM  
REFERÊNCIA: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

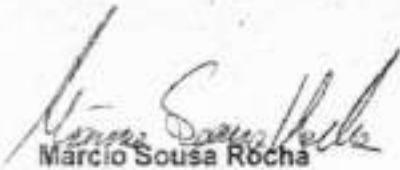
Montes Claros, 19 de outubro de 2018.

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que, com objetivo de dar continuidade à análise dos Processos de Licenciamento nº 3621/2005/007/2015 – Fazenda Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II do empreendedor Gerdau Aços Longos S.A., deverão ser apresentadas à Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM as informações complementares em anexo.

Na oportunidade esclarecemos que o senhor(a) dispõe de um prazo máximo de **60 dias** a partir do recebimento deste, nos termos do art. 22, da Lei Estadual nº 21.972/16. O não atendimento do prazo acima estipulado acarretará no arquivamento do referido processo e da licença solicitada, tendo em vista a inexistência de elementos essenciais à sua análise.

  
Cláudia Beatriz Oliveira Araújo Versiani  
Diretora Regional de Apoio Técnico –  
SUPRAM NM

  
Márcio Sousa Rocha  
Gestor Ambiental – SUPRAM NM

Gerdau Aços Longos S/A  
Rua Doutor José Maria Lacerda, 1.340, Cidade Industrial,  
Contagem/MG – CEP: 32.210-120  
E-mails: [luciana.andrade1@gerdau.com.br](mailto:luciana.andrade1@gerdau.com.br)  
[andre.carneiro1@gerdau.com.br](mailto:andre.carneiro1@gerdau.com.br)





Anexo-01 – Solicitação de informações complementares  
PROCESSOS DE LICENCIAMENTO Nº 3621/2005/007/2015  
OFÍCIO SUPRAM-NM Nº. 3221/2018

**1. Estudo espeleológico**

- a) Apresentar prospeção espeleológica com metodologia, mapa de potencial e caminhamento que recubra toda a ADA do empreendimento e seu entorno de 250, de acordo com a Instrução de Serviço SISEMA 08/2017. O Caminhamento deverá ser enviado plotado em mapa e em formato gpx.
- b) Constatada a presença de cavidade na ADA e/ou no seu entorno de 250 m, o empreendedor deverá apresentar a avaliação dos impactos da atividade ou do empreendimento sobre o patrimônio espeleológico, que deverá considerar todos os impactos reais e potenciais sobre todas as cavidades identificadas na ADA e no seu entorno de 250 m, bem como sobre suas respectivas áreas de influência.
- c) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo;
- d) Cadastro Técnico Federal (CTF) da empresa responsável pela prospeção e dos responsáveis técnicos;

**2. Levantamento de espécies exóticas na reserva legal (Eucalipto)**

- a) Apresentar um levantamento da presença e densidade de árvores de eucalipto abrangendo todas as áreas de reserva legal do empreendimento, nas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II;
- b) O levantamento deverá produzir um relatório com a classificação das áreas de reserva de acordo com a densidade da espécie exótica levantada e sua representação geográfica através de mapas;
- c) Este estudo deverá, também, ser realizado nas áreas de corredores ecológicos existentes no empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo

**3. Programa de controle de eucalipto e monitoramento da qualidade da reserva legal**

- a) Deverá ser apresentado um programa envolvendo controle do eucalipto e o monitoramento da qualidade das áreas de reserva legal;



- b) As medidas propostas no escopo do programa deverão ser tecnicamente adequadas à caracterização obtida no levantamento que trata o item 2 desta informação complementar;
- c) Apresentar cronograma de execução das atividades;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

#### 4. Delimitação de bordas de chapada

- a) Considerando a existência de relevo acidentado nas fazendas que compõem o empreendimento, pede-se para que seja feito o levantamento de bordas de chapada e a proposição dos afastamentos de talhões ou adequação dos recuos já existentes, considerando o artigo 9º, incisos V e VI da lei estadual 20.922/2013;
- b) O critério utilizado deverá ser harmonizado entre as duas fazendas;
- c) Apresentar PRAD/PTRF para os pontos em que forem necessários os afastamentos em função de bordas de chapada;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e projetos.

#### 5. Barramento

- a) Apresentar regularização para o barramento localizado nas coordenadas UTM 23 K 776808,56 m E e 8276723,72 m S;
- b) Caso o mesmo não seja regularizado e não haja interesse em fazê-lo, deverá ser apresentada proposta de desmobilização do mesmo acompanhado de PRAD/PTRF;
- c) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

#### 6. Reserva Legal

- a) Deverá ser apresentada nova proposta de reserva legal contemplando os afastamentos necessários ao atendimento do item 4 e as eventuais sobreposição de áreas de reserva em APPs deverão ser compensadas.

#### 7. Plantas – Considerando as alterações nos mapas decorrentes das propostas e projetos relativos aos itens anteriores, apresentar



- a) Apresentar arquivos digitais e impressos da nova planta. Conforme Art. 30 da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013. Deveram ser entregues no formato SHP ou KML com as camadas em arquivos separados, sendo:
- b) 01 (um) arquivo contendo o polígono da propriedade;
- c) 01 (um) arquivo contendo a área de Reserva Legal (Averbada);
- d) 01 (um) arquivo contendo proposta de averbação de Reserva, e complementação
- e) 01 (um) arquivo contendo as Áreas de Preservação Permanente;
- f) 01 (um) arquivo contendo Cursos d'água, veredas e solo hidromórfico;
- g) 01 (um) arquivo contendo estradas, aceiros.
- h) 01 (um) arquivo contendo áreas de vegetação remanescentes;
- i) 01(um) arquivo contendo polígono da área requerida supressão;
- j) Se houver outros usos e ocupações além dos itens mencionados acima, também deverão ser apresentados em arquivos separados.

#### 8. Efluentes sanitários

- a) Devido à dificuldade de identificação do tipo de fossa (séptica ou negra) associada aos banheiros isolados localizados nas praças de carbonização (Fotos 12 e 13 do relatório), pede-se para que sejam apresentados os projetos ou manuais destas fossas:
- b) Nos casos em que houver fossa negra deverão ser apresentados novos projetos para instalação de fossas sépticas;
- c) Apresentar proposta de destinação dos efluentes sanitários produzidos nas frentes de trabalho moveis da colheita florestal e demais atividades do empreendimento.
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos projetos.

#### 9. Programa de Educação Ambiental (PEA)

Apresentar novo PEA conforme diretrizes da Deliberação Normativa 214 de 26 de abril de 2017, conforme determinado pelo §1º do artigo 14º da referida norma.



**10. Boletim de ocorrência da invasão**

Tendo em vista a existência de uma área de reserva legal (Coordenadas 23 L 784292.51 m E, 8271628.50 m S) apresentando supressão de vegetação, sobre a qual foi informado pelo empreendedor tratar-se de invasão por terceiros, apresentar o boletim de ocorrência ou outro documento comprobatório do fato.

**11. Proposta de cercamento**

Considerando o acesso de animais domésticos às áreas de reserva legal em recuperação, identificados em vistoria e nos relatórios de acompanhamento apresentados, pede-se para que seja apresentada uma proposta de cercamento das áreas de reserva e APP, identificando os pontos críticos de acesso de animais.

**12. Recuperação de erosão**

Apresentar PRAD para recuperação da erosão localizada nas coordenadas 23 L 787167.09 m E, 8273032.45 m S. Caso existam mais erosões no empreendimento, estas deverão ser contempladas pelo projeto.

**13. Apresentação das informações**

Todas as informações deverão ser apresentadas em mídia impressa e digital, sendo que os mapas conforme descrito no item 7, enquanto que os demais documentos deverão vir nos formatos .doc, .docx, .odt, .pdf, .xls ou ods.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



feam

1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 66414 /20 18 Folha 1/32. AGENDAS: 01  FEAM 02  IEF 03  IGAM Hora: 10:10 Dia: 18 Mês: 10 Ano: 20183. Motivação:  Denúncia  Ministério Público  Poder Judiciário  Operações Especiais do GGFAI  SUPRAM  COPAMCRH  Rotina

4. Finalidade  
FEAM:  Condicionantes  Licenciamento  AAF  Emergência Ambiental  Acompanhamento de projeto  Outros  
IEF:  Fauna  Pesca  DAIA  Reserva Legal  DCC  APP  Danos em áreas protegidas  Outros  
IGAM:  Outorga  Outros

5. Identificação  
01. Atividade Reclusão de carvão vegetal de fonte plantada 02. Código G-03-03-4 03. Classe 5 04. Porte G  
05. Processo nº 3621/2005/007/2015 06. Órgão SEMAD MG 07.  Não possui processo  
08.  Nome do Fiscalizado Gerdaes Agros Longos S.A. 09.  CPF 10.  CNPJ 07.358.761/0124-18  
11.  CNPJ 07.358.761/0124-18 12. CNEC RENUAM 13.  RGP  Tr. Eleitoral  
14.  Plano de Recusa - UR RENUAM 15. Nº e tipo do documento ambiental  
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) 18. Inscrição Estadual - UF  
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência Rua Doutor José Maria Lacerda, 1340 20. Nº. / KM 21. Complemento  
22. Bairro Logradouro Cidade Industrial 23. Município Contagem / MG 24. UF MG  
25. CEP 31221-10-11210 26. Cx. Postal 27. Fone: 17113151211-3151316 28. E-mail luciana.andrade@gerdaes.com.br

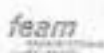
6. Local da Fiscalização  
01. Endereço Rua Agnês, Rocio, Fazenda de  
Fazenda dos Riachos das Boças - Vale das Embuchas I e II  
02. Nº. / KM 03. Complemento 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade  
05. Município Contagem do Minas 06. CEP 31221-10-0010 07. Fone ( ) - - - -  
08. Referência do local

| Georêncas  | SAD 19<br>Código Alégre | Latitude |        |             | Longitude |        |             |
|------------|-------------------------|----------|--------|-------------|-----------|--------|-------------|
|            |                         | Grau     | Minuto | Segundo     | Grau      | Minuto | Segundo     |
| Planas UTM | TUBO<br>22 23X 34       | 15       | 35     | 29,48       | 42        | 25     | 26,97       |
|            |                         | X=       |        | (6 dígitos) | Y=        |        | (7 dígitos) |

10. Croqui de acesso

01. Assinatura do Agente Fiscalizador

02. Assinatura do Fiscalizado



## 2. RELATÓRIO SUCINTO

Em vistoria ao empreendimento constituído pelas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II entre os dias 01 a 04 de outubro de 2018 da empresa Gerdaul Aços Longos S.A., localizadas no município de Rio Pardo de Minas/MG, referente ao processo de licenciamento nº 03621/2005/007/2015, vimos ou fomos informados que:

O empreendimento pleiteia a revalidação da licença de operação para as atividades de silvicultura e carvoejamento que são desenvolvidas nas duas fazendas que o compõe.

### Fazenda Vale das Embaúbas I e II

A infraestrutura do empreendimento é composta por estrutura de apoio composto por refeitório, escritório, depósito, quites de coleta seletiva em baias com mureta de proteção, banheiro com lavatório e sistema de tratamento de efluentes tudo está localizada no entorno da área da planta de carvoejamento. Nesta unidade de produção de carvão existem 125 fornos instalados, cada um com capacidade para 9 m<sup>3</sup> de lenha e possibilidade de realizar de 3 a 4 ciclos de carvoejamento por mês produzindo 2.000 mdc/mês. Durante a vistoria verificamos que a planta está operando em sistema de rodízio dos fornos. Fomos informados que o barro utilizado no barreamento dos fornos é oriundo do próprio empreendimento retirado de bacias de contenção.

A água utilizada na infraestrutura e na planta de carvoejamento é adquirida da COPASA e é transportada em caminhões-pipa em volume de 5.000 L/semana.

Para atendimento da planta de carbonização a empresa despõe de 28 funcionários. Que são transportados diariamente para a cidade por meio de ônibus de empresa terceirizada. Está planta é gerida por empresa terceirizada denominada Águia. O efluente sanitário produzido na planta é tratado através de sistema de fossa séptica (Foto 02). Os resíduos sólidos são destinados a associação dos catadores do município de Taiobeiras.

Fomos informados que não há na fazenda nenhum tipo de manutenção de veículos ou abastecimento sendo tudo realizado quando necessário na cidade de Rio Pardo.

Nas proximidades desta praça (777969 83 m E, 8275425.53 m S) existe uma estrutura desativada onde existia uma outra unidade de produção de carvão com fornos que foram retirados. Entretanto, ainda existe unidade de apoio com refeitório, sanitários, escritórios e sistema de tratamento implantado.

Vale das embaúbas – Imagem: 305 fornos

| 1. ASSINATURAS         | Servidor Credenciado                           | MASP/Nº PM        | Assinatura |
|------------------------|--|-------------------|------------|
|                        | 1. Marcio Sousa Rocha                          | 1397842-4         |            |
| 2. Waniel Souza Campos | 1401724-8                                      |                   |            |
| 3.                     |  |                   |            |
|                        | Fiscalizado/Representante do Fiscalizado _____ |                   |            |
|                        | Função/Vínculo com o Empreendimento: _____     | Assinatura: _____ |            |



### Silvicultura

Esta fazenda possui 3.820,43 ha de eucalipto implantado, representando 71,78% da área total da área da fazenda que é de 5322,12 ha, matrículas 4.173 e 4.371.

Há 17 funcionários na colheita, que são atendidos por área de convivência e banheiros químicos móveis. O efluente é deixado em um buraco e coberto com cal após a transferência do banheiro para o ponto seguinte.

### Combate a incêndio

A fazenda dispõe de um caminhão e duas caminhonetes destinados ao apoio a combate a incêndios. Fomos informados que há capacitação periódica e treinamento para brigada de incêndio. Não foi verificado torres de observação.

### Reserva Legal e Áreas de preservação permanente

A reserva legal apresentada em planta possui área de 1064,65 ha, 20% do total da propriedade. Parte desta área apresenta árvores remanescentes de eucalipto além de tocos com e sem incidência de rebrota. Esta área é resultante da conversão de talhões em reserva. Verificou-se em alguns pontos a existência de sobreposição em áreas de preservação permanente (APP).

Na planta apresentada, muitos dos recuos realizados em áreas de relevo acidentado foram plotados como sendo reserva legal em vez de APP.

Por se tratar de áreas de antigos talhões convertidas em reserva legal podemos observar que a vegetação nativa remanescente, entre as árvores de eucalipto remanescentes, vem se desenvolvendo em estágios de regeneração diferentes, em alguns locais foi verificado que ocorreu incêndios o que dificulta a regeneração. Verificamos que o empreendedor isolou o acesso a alguns carregadores de talhões antigos com colocação de caçambas de terra para impedir passagem de carros e motos. Não foi possível verificar nenhuma ação de replantio de espécies nativas. A maior parte destas áreas não estão cercadas.

Existem áreas de recuos realizados nos limites do plantio, plantios associados a quebras de relevos (borda de chapada). Foi possível verificar que há também pontos que não foram plotados como sendo APP de borda de chapada.

Nos pontos listados a seguir foram verificados locais do relevo em que os recuos foram insuficientes, considerados a faixa de APP necessária para bordas de chapada (Coordenadas

| 3. ASSINATURAS | Servidor Credenciado                      | MASP/Nº PM         | Assinatura  |
|----------------|---|--------------------|-------------|
|                | 1   | Marcio Sousa Rocha | 1397842-4   |
| 2              | Walter Souza Campos                       | 1401724-8          |             |
| 3              |   |                    |             |
|                | Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: |                    |             |
|                | Função/Vínculo com o Empreendimento:      |                    | Assinatura: |



UTM 23 L 782735.43 m E e 8276661.97 m S; 780947.06 m E e 8272696.62 m S; 778772.98 m E e 8271687.12 m S).

Em alguns pontos houve sobreposição de APP de borda de chapada em reserva legal: (Coordenadas UTM 23 L 775481.42 m E e 8279322.66 m S; 785754.48 m E e 8272638.37 m S; 786352.22 m E).

Verificou-se a existência de pontos em que é possível a caracterização como borda de chapada, não então não nem recuo nem delimitação na planta mais recente. (Coordenadas UTM 23 L 785095.91 m E e 8272468.44 m S; 787416.01 m E e 8272832.21 m S; 785754.48 m E e 8272638.37 m S; 786352.22 m E e 8272920.44 m S).

No centro do empreendimento há uma baixada com presença de solo hidromorfo, mas sem presença de água superficial. Esta faixa não faz parte do empreendimento, contudo foi realizado o recuo dos talhões e esta faixa é caracterizada nas plantas como sendo faixa de vegetação nativa (Foto 06).

No momento da vistoria havia a presença de gado em parte da área de reserva legal conforme foto 04 e referida coordenada (Coordenadas UTM 23 L 777236.10 m E 8280070.80 m S).

Foi identificada uma área roçada (desmatada) localizada na reserva do empreendimento (Coordenadas 23 L 784292.51 m E, 8271628.50 m S – Foto 09) que o representante da empresa informou tratar-se de ação de invasores e que foi lavrado boletim de ocorrência junto a Polícia Militar.

### Captações e barramentos

Nesta fazenda existe um barramento localizado nas coordenadas UTM 23 K 776808.56 m E e 8276723.72 m S (Foto 07) com área estimada de 0,68 ha. No momento da vistoria não havia água no mesmo e pôde ser identificado que não há estruturas de descarga de fundo, vertedouro ou mesmo equipamentos para captação de água.

No momento da vistoria foi informado que não há captações no empreendimento e, conforme visto no item sobre carvoejamento a demanda de água é suprida através da concessionária COPASA com transporte por meio de caminhão-pipa.

### Conservação do solo e água

Em geral o empreendimento apresenta boa condição dos solos ao longo da ADA, sendo que foram observadas apenas algumas erosões pontuais. Dentre elas a mais importante localiza-se

| 3. ASSINATURAS | Servidor Credenciado                      | MASP/Nº PM         | Assinatura  |
|----------------|---|--------------------|-------------|
|                | 1   | Márcio Souza Rocha | 1397842-4   |
| 2              | Walter Souza Campos                       | 1401724-8          |             |
| 3              |   |                    |             |
|                | Fiscalizador/Representante do Fiscalizado |                    |             |
|                | Função/Vínculo com o Empreendimento       |                    | Assinatura: |





nas coordenadas UTM 23 K 787162.57 m E e 8273031.62 m S (Foto 08), na qual verifica-se uma erosão de grande porte na lateral da estrada seguindo para fora do limite do empreendimento, contudo a contribuição de água para esta erosão vem da estrada do empreendimento.

Nas coordenadas UTM 23 K 775622.33 m E e 8277662.35 m S existe uma cascalheira cujos representantes do empreendimento informaram que está sendo recuperada (Foto 03). Visualizou-se a aplicação de resíduos (provavelmente casca de madeira) para a recuperação da área de extração.

### Fazenda Riacho dos Porcos

#### Silvicultura

Esta fazenda conta com uma área de 3.508,10 ha de eucalipto implantado representando 73,33% do total de 4.783,69 ha – matrícula 1.670.

#### Carvoejamento

Esta fazenda apresenta duas plantas de carbonização contíguas, operadas por empresas terceirizadas (Foto 10).

A planta operada pela Florocarv apresenta 150 fornos de 9 m<sup>3</sup> com produção de 2000 mdc/mês e 14 funcionários.

A planta operada pela Carvonorte tem 170 fornos e produz 2000 mdc/mês e 17 funcionários.

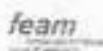
A água utilizada nas plantas de carvoejamento vem da COPASA através de caminhão-pipa em volumes semanais de 8 m<sup>3</sup>. O barro utilizado no processo de barrelamento dos fornos é retirado no próprio empreendimento e em bacias de contenção.

Os resíduos sólidos são armazenados em baias temporárias (Foto 17) para posterior destinação à associação de catadores do município de Taiobeiras.

Em ambas as plantas foi verificada a existência de estrutura de alojamento/refeitório e banheiros. Os efluentes líquidos dos mesmos são tratados em fossas sépticas (Foto 14). Algumas das fossas não foi possível verificar se eram fossas sépticas ou fossas negras (Foto 12).

Em cada uma das plantas existe área de estacionamento de máquinas e caminhões. Segundo informado as manutenções não são realizadas no empreendimento. Há depósitos utilizados para armazenamento de produtos oleosos em pequenos volumes, além de embalagens vazias dos

| 3. ASSINATURAS                                  | Servidor Credenciado  | MA SP/Nº PM | Assinatura        |
|---|-----------------------|-------------|-------------------|
|   | 1. Márcio Sousa Rocha | 1307642-4   |                   |
| 2. Wartei Souza Campos                          | 1401726-8             |             |                   |
| 3.  |                       |             |                   |
| Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____ |                       |             |                   |
| Função/Vínculo com o Empreendimento: _____      |                       |             | Assinatura: _____ |



mesmos, apresentando piso impermeável, acesso restrito e canaleta ligada a um sistema de coleta demonstrado nas fotos 15 e 16.

### Reserva legal e Áreas de Preservação Permanente

A reserva legal ocupa área de 980,55 ha (20,50% do total). Observa-se grande concentração de eucalipto nestas áreas, sendo que a maior densidade foi verificada porção centro-norte da reserva (Fotos 18 e 19). Apesar de a densidade variar com o local, a ocorrência da espécie exótica é verificada em todas as áreas de reserva desta fazenda.

Foi condicionada a implantação de um corredor ecológico para porções da reserva legal desta fazenda. Durante a vistoria, verificou-se que o corredor está implantado (Coordenadas UTM 23 L 748401.39 m E 8275476.88 m S) e apresenta vegetação em regeneração. Esta faixa certamente demandará ações de acompanhamento e controle e de brotações de eucalipto que virão com o passar do tempo.

O empreendimento localiza-se em região com relevo bem acidentado e verificou-se em campo que os recuos realizados nesta fazenda não ocorreram sob os mesmos critérios observados na fazenda Vale das Embaúbas I e II.

Alguns pontos de relevo acidentado próximo aos plantios foram amostrados conforme pontos a seguir: (Coordenadas UTM 23 L 753349.07 m E e 8282276.50 m S; 750381.90 m E 8283174.98 m S; 753339.00 m E e 8282247.00 m S).

Alguns dos recuos realizados nos talhões apresentam faixa inferior aos 100 metros determinados para APPs de bordas de chapada (Coordenadas UTM 23 L 749623.00 m E 8282990.00 m S; 748904.00 m E e 8281757.00 m S).

Outros pontos existe recuo suficientes, no entanto as APPs não foram discriminadas na planta e constam como Reserva legal (Coordenadas UTM 23 L 749005.00 m E e 8273608.00 m S).

### Espeleologia

Durante a vistoria não foi verificada a existência afloramentos rochosos nas duas fazendas, contudo existem muitas áreas de produção próximas a quebra de relevo e áreas com declives acentuados.

| 3. ASSINATURAS         | Servidor Credenciado                            | MASP/Nº PM        | Assinatura |
|------------------------|---|-------------------|------------|
|                        | 1. Marcio Sousa Rocha                           | 1397842-4         |            |
| 2. Warlei Souza Campos | 1401724-8                                       |                   |            |
| 3.                     |   |                   |            |
|                        | Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____ |                   |            |
|                        | Função/Vínculo com o Empreendimento: _____      | Assinatura: _____ |            |

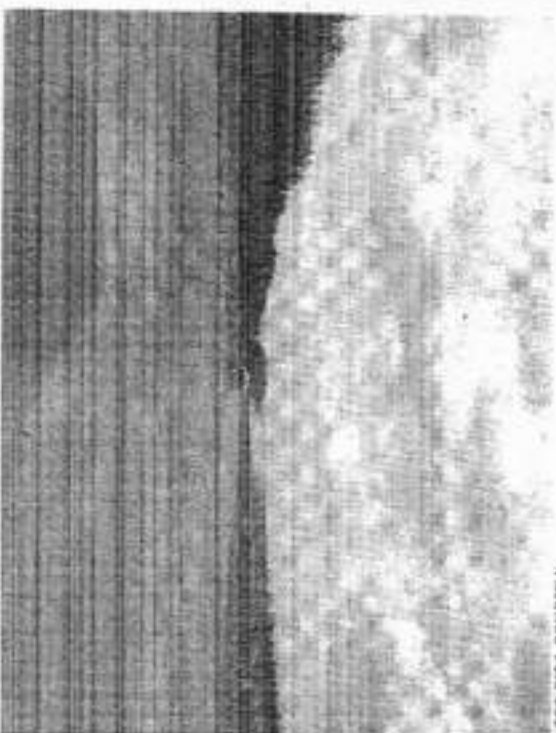


Foto 01. Vista geral da praça de carbonização (779000, 97 m E, 8275459,84 m S).

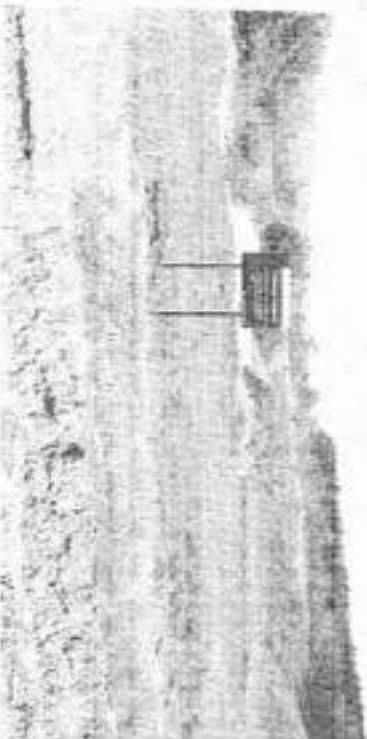


Foto 03. Cascalheira em recuperação (775622,33 m E, 8277662,35 m S).

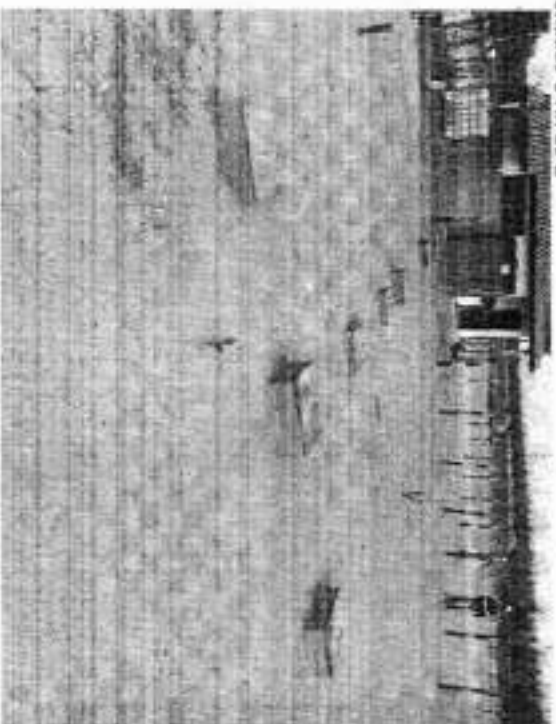


Foto 02. Sistema de tratamento de efluentes sanitários.

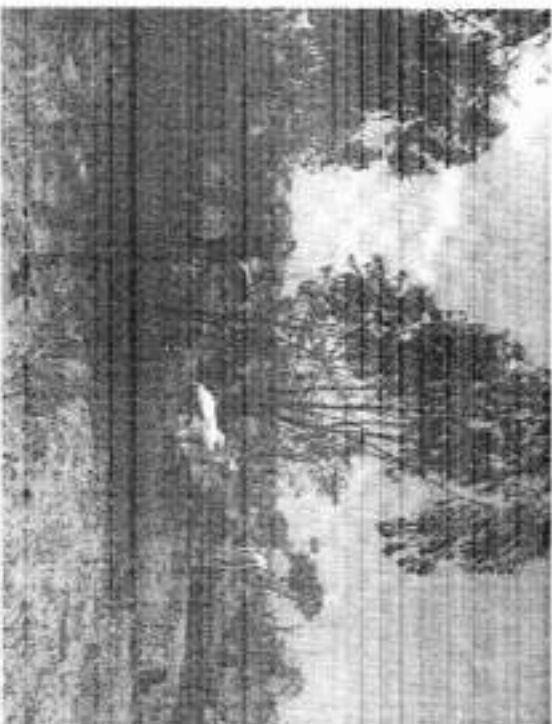


Foto 04. Cado em área de reserva (777236,10 m E, 8260070,80 m S).

Fazenda Riacho dos Porcos – Coordenadas UTM 23 L



Foto 05. Reserva legal com cerrado fraco na porção noroeste da fazenda (776886,77 m E, 8279969,50 m S).



Foto 06. Carreador antigo em área recuada (782744,94 m E, 8276675,69 m S)



Foto 07. Barramento seco (776752,49 m E, 8276672,87 m S)

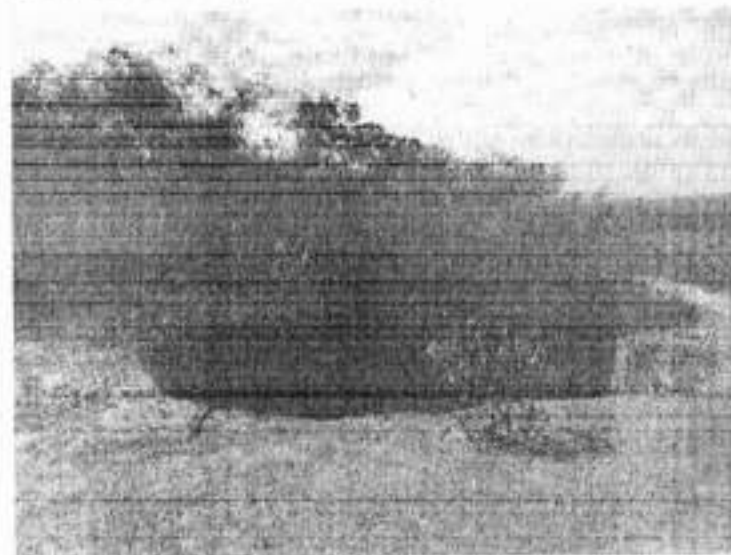


Foto 08. Erosão (787167,09 m E, 8273032,45 m S)

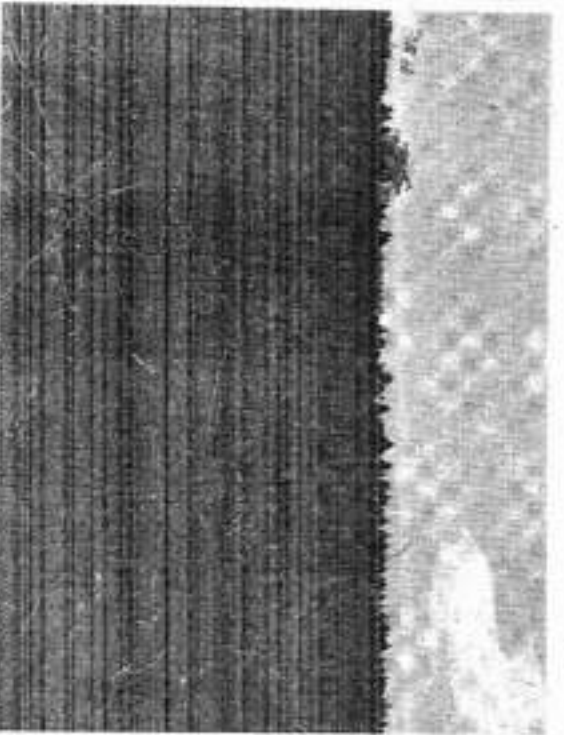


Foto 09. Área de reserva desmatada (794292,51 m E, 8271628,50 m S).



Foto 11. Pilhas de resíduos da limpeza da praça de carvoejamento (753334,73 m E, 8278841,27 m S).

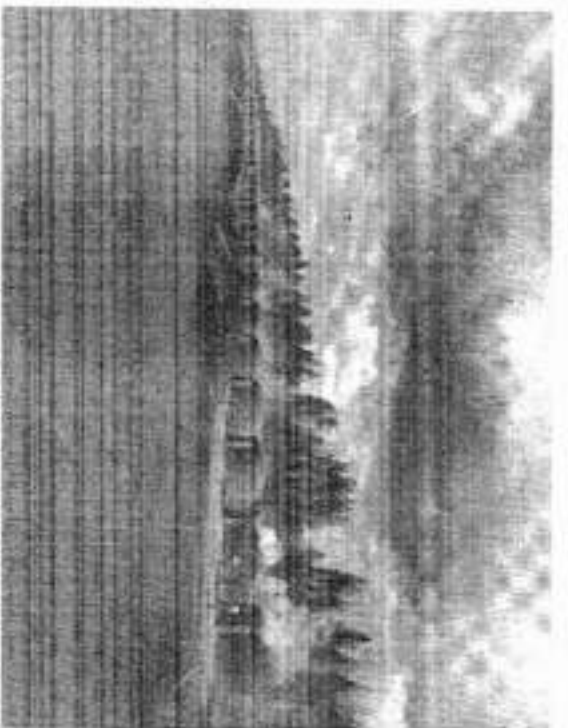


Foto 10. Praça de carbonização (752868,11 m E, 8279154,31 m S).

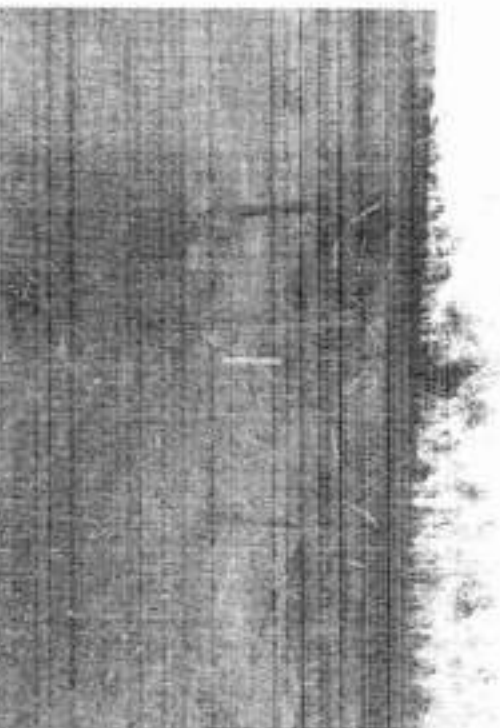


Foto 12. Fosso do barramento da praça de carbonização (753149,74 m E, 8279049,50 m S).

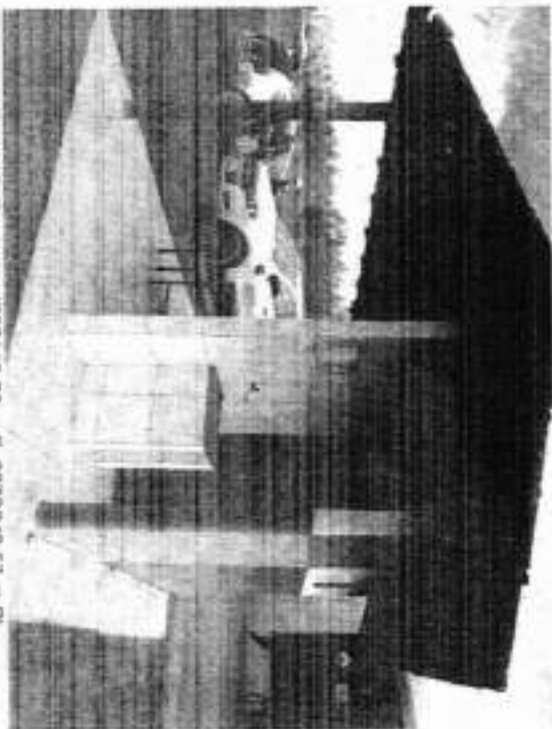


Foto 13. Banheiro (753149.73 m E, 8279009.57 m S)

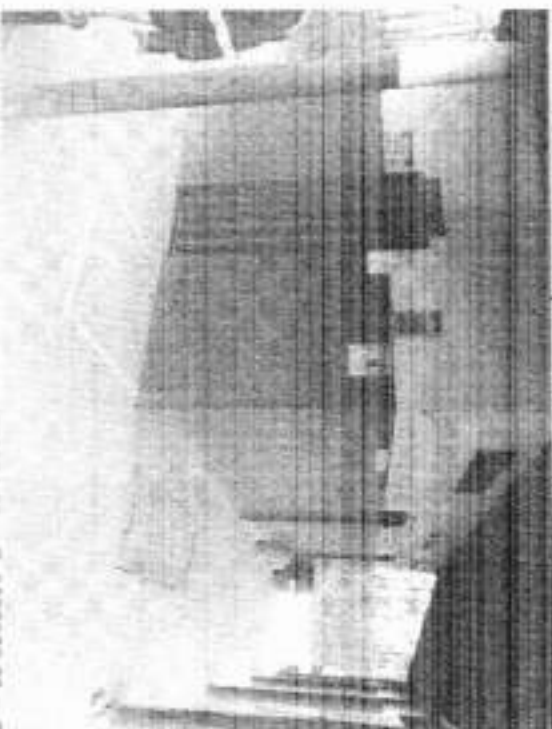


Foto 15. Depósito de produtos perigosos (752934.89 m E, 8279273.80 m S).

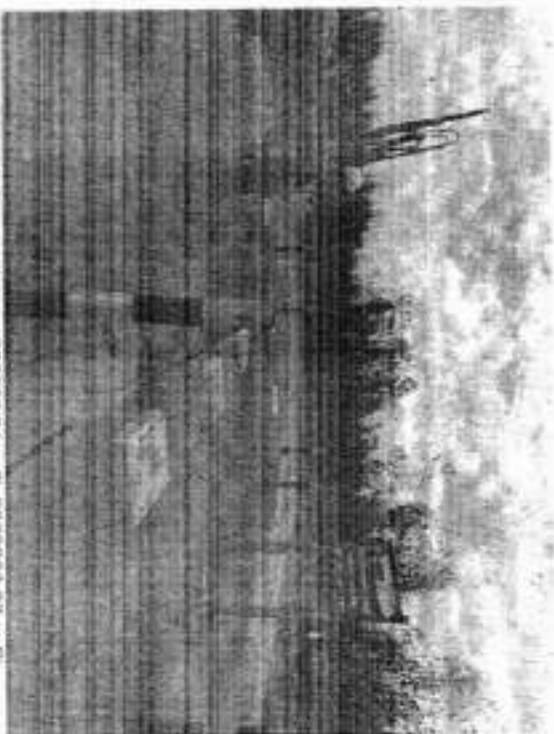


Foto 14. Fossa séptica (752903.74 m E, 8279203.07 m S)

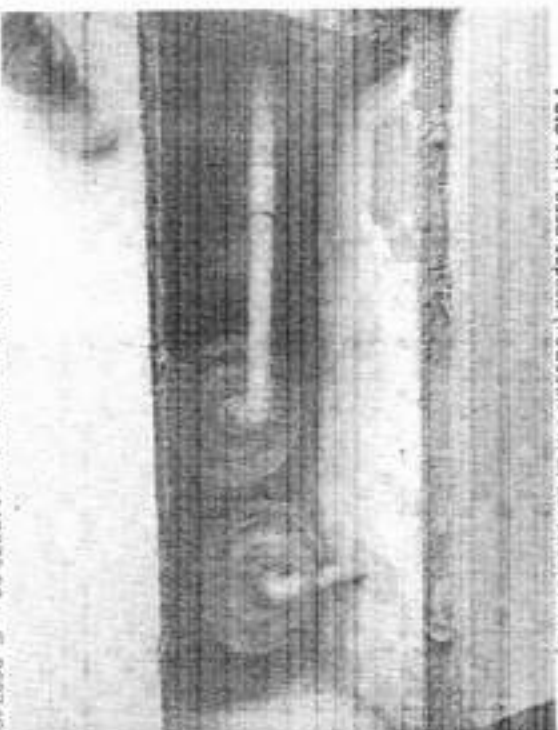


Foto 16. Setaena de contenção de efluentes vazamentos (449270.83 m E, 8267482.04 m S).



Foto 17. Baixa de resíduos sólidos (753474,88 m E, 8087481,76 m S)

Foto 19. Eucalipto em reserva legal (745128,65 m E, 4277050,79 m S).

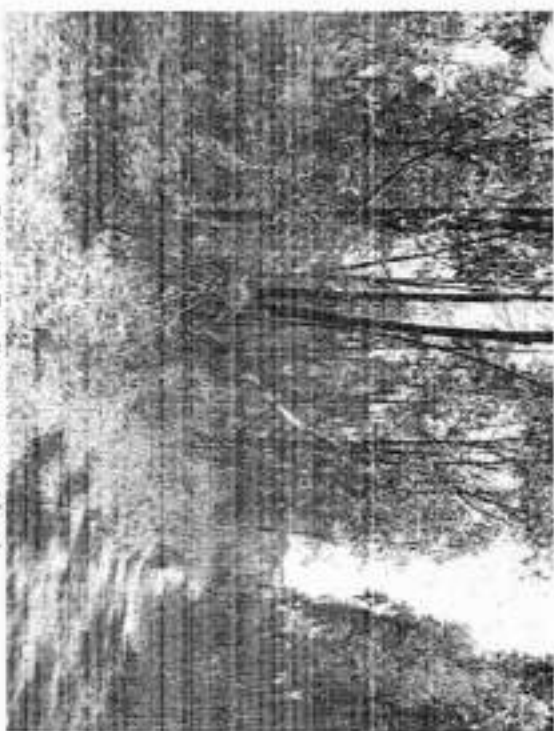


Foto 18. Eucalipto em reserva legal



Destinatário:

A/C  
Sociedade Gerdaú Aços Longos S/A  
Luciana Andrade  
Rua José Maria de Lacerda, 1340  
32216-120 Contagem/MG  
Obs: CLAUDIA-OF Nº 32212018 BIEFFEN- F. AO PA  
Nº 3623720050072015, AI Nº 66444201



Clube de Postagem  
18.10.2014

AR



BR585744955BR

GERDAU AÇOS LONGOS S/A  
CONTAGEM,  
RECEBIDO EM 07/11/18  
Marta 1155



Rua Gabriel Passos, 50, Centro, Montes Claros-MG  
CEP 39.400-112 - Telefone: (38) 3224-7500  
e-mail: [supramm@mcioambiente.mg.gov.br](mailto:supramm@mcioambiente.mg.gov.br)

**SUPRAM NORTE DE MINAS**



**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 8 – Ato de arquivamento



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Norte de Minas, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, não há como dar continuidade às análises técnico-jurídicas referentes ao licenciamento ambiental em questão.

Considerando o teor do parecer técnico e parecer jurídico, que recomenda o arquivamento do presente processo pelos fatos e fundamentos legais expostos

Considerando, desta forma, a regra prevista na lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

Determino o arquivamento do Processo Administrativo – PA Nº 3621/2005/007/2015 do empreendimento Gerdau Aços Longos S.A - Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II, CNPJ 07.358.761/0124-8, localizado no município de Rio Pardo de Minas/MG.

Em caso de necessidade, remeta-se os autos à Assessoria Jurídica da SEMAD para que os encaminhe à Advocacia Geral do Estado para inscrição do débito de natureza ambiental em dívida ativa do Estado.

Encaminhe-se os dados do presente processo à Núcleo das Denúncias Ambientais-NUDEN para fiscalização de praxe e apuração de eventuais infrações ambientais.

Montes Claros, 30 de outubro de 2019.

Clésio Cândido Amoral  
Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas

SUPRAM/NM – RUA GABRIEL PASSOS, nº 50, CENTRO, MONTES CLAROS/MG  
CEP: 39400-102 – Tel: (38) 3224-7500

**WILLIAM FREIRE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



GRUPO DE PRÉ-  
TRIAGEM  
OAO46795109BR  
DISTRITO  
A 301  
ORDEM: 13  
OPE 8415237 EST.ÇÃO. 102  
Recebido por: \_\_\_\_\_  
Documento: \_\_\_\_\_

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE  
NORTE DE MINAS - SUPRAM/NM  
Rua Gabriel Passos, nº 50, Centro  
Mantena, Caramuru - 39400-112

Direito Minerário

Direito Ambiental

Direito Tributário

Direito Penal